

# DINÂMICAS DE TRANSFORMAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS EM PORTUGAL NO PERÍODO 2011-2021

Eduarda Marques da Costa   Ana Louro   Pedro Franco





# DINÂMICAS DE TRANSFORMAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS EM PORTUGAL NO PERÍODO 2011-2021

Uma análise aos dados da plataforma do  
Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial"  
(Vol. I)

**TÍTULO**

Dinâmicas de transformação das atividades económicas  
em Portugal no período 2011-2021.  
Uma análise aos dados da plataforma do  
Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial"  
Vol. I

**AUTORES**

Euarda Marques da Costa (co-coord.)  
Ana Louro (co-coord.)  
Pedro Franco  
Centro de Estudos Geográficos  
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território  
Universidade de Lisboa

**ELABORAÇÃO CARTOGRÁFICA**

Vasco Costa

**PROPRIEDADE**

Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)

**PAGINAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA**

PLTC, Serviços Lda  
Paulo Fróis

**ISBN**

978-989-98130-1-4

**DEPÓSITO LEGAL**

534259/24

**DATA DA EDIÇÃO**

Julho 2024

---

Informação disponibilizada por: Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)

Desenvolvido no âmbito da Tipologia de Operação 1.16 – Reforço da Capacitação Institucional dos Parceiros Sociais  
com assento na CPSC do POISE

É interdita a reprodução total ou parcial dos conteúdos publicados neste estudo.

# Índice

INTRODUÇÃO.....	7
<b>1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO E NOTA METODOLÓGICA .....</b>	<b>11</b>
<b>2. PANORAMA DO TERRITÓRIO E POPULAÇÃO EM PORTUGAL.....</b>	<b>17</b>
2.1 Ocupação do território e contexto socio-demográfico da população .....	19
2.2.1 Desequilíbrios na distribuição da população e no sistema urbano .....	19
2.1.2 Entre o envelhecimento demográfico e a atração estrangeira .....	24
2.2 Contexto socioeconómico .....	28
2.2.1 Qualificação da população .....	28
2.2.2 Emprego e desemprego em Portugal.....	30
2.2.3 Desigualdades espaciais dos rendimentos e poder de compra .....	33
2.3 Atratividade dos territórios.....	36
2.3.1 Habitação: custos e disponibilidade.....	36
2.3.2 Despesas em cultura, desporto e ambiente .....	39
2.3.2 Atratividade turística .....	41
<b>3. DINÂMICA DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (2011-2021).....</b>	<b>49</b>
3.1 Emprego, Estabelecimentos e Empresas: um olhar nacional.....	51
3.2 Dinâmica por Grandes Grupos de Atividades Económicas.....	56
3.2.1 Enquadramento comparativo dos Grandes Grupos de Atividades Económicas .....	56
3.2.2 Grande Grupo 1: Comércio .....	59
3.2.3 Grande Grupo 2: Transportes e Armazenagem .....	64
3.2.4 Grande Grupo 3: Alojamento e Restauração .....	68
3.2.5 Grande Grupo 4: Serviços de Apoio à Produção .....	72
3.2.6 Grande Grupo 5: Serviços Pessoais.....	76
3.2.7 Grande Grupo 6: Serviços Sociais .....	81
<b>NOTAS FINAIS .....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>95</b>

# Índice de Figuras

Figura 1 – Etapas metodológicas.....	14
Figura 2 – Sub-regiões em Portugal (versão NUTS III - 2013).....	16
Figura 3 – Distribuição da população residente por região, 2021.....	20
Figura 4 – Densidade populacional por região, 2021.....	20
Figura 5 – Densidade populacional (hab./km <sup>2</sup> ) por município, 2021.....	20
Figura 6 – Variação (%) da população residente por município, 2011-2021.....	20
Figura 7 – Municípios em quatro quadrantes: densidade populacional, 2021 vs variação da população, 2011-2021.....	21
Figura 8 – População residente (n <sup>o</sup> ) em cidades por município, 2011 e 2018.....	23
Figura 9 – Taxa de urbanização (%) por município, 2011 e 2018.....	24
Figura 10 – Índice (Portugal=100) de renovação da população em idade ativa por município, 2011 e 2021.....	26
Figura 11 – Proporção (%) de população estrangeira que requisitou estatuto de residente no total da população residente por município, 2011 e 2021.....	27
Figura 12 – Proporção (%) de população residente com Ensino Secundário (1) e Ensino Superior (2) completos, 2011 e 2021.....	29
Figura 13 – Proporção (%) de população empregada por conta de outrem na população em idade ativa por município, 2020.....	31
Figura 14 – Proporção (%) de desempregados na população em idade ativa por município, 2011, 2019 e 2021.....	32
Figura 15 – Rendimento bruto médio declarado por agregado fiscal (€) por município, 2015 e 2020.....	34
Figura 16 – Poder de compra per capita (Portugal=100) por município, 2011 e 2019.....	35
Figura 17 – Valor mediano (€) das rendas por m <sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por município, 2017, 2019 e 2021.....	37
Figura 18 – Valor mediano (€) das vendas por m <sup>2</sup> de alojamentos familiares por região, 2016, 2019 e 2021.....	38
Figura 19 – Número de construções Novas para Arrendamento ou Venda por 1000 alojamentos por município, 2011, 2019 e 2021.....	39
Figura 20 – Proporção de despesas (%) das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesas (%) por município, 2014, 2019 e 2021.....	40
Figura 21 – Despesas em ambiente (€) por 1000 habitantes por município, 2011.....	41
Figura 22 – Capacidade (n <sup>o</sup> ) de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, 2021.....	43
Figura 23 – Taxa líquida de ocupação (%) dos estabelecimentos turísticos por município, 2019 e 2021.....	44
Figura 24 – Investimento (€) associado ao programa Portugal2020 (2014-2021) per capita por município.....	46
Figura 25 – Investimento (€) associado ao programa REACT-EU per capita (2020-2021) por município.....	46
Figura 26 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos (a) e em empresas (b) por região, percentagem do total nacional, em 2011, 2019 e 2021.....	52
Figura 27 – Taxa de variação do total de pessoas ao serviço em estabelecimentos por sub-região A) entre 2011 e 2019; B) 2019 e 2021; e C) 2011 e 2021.....	53
Figura 28 – Estabelecimentos (a) e empresas (b) por região, percentagem do total nacional, 2011, 2019 e 2021.....	53
Figura 29 – Taxa de variação do total de estabelecimentos por sub-região A) entre 2011 e 2019; B) 2019 e 2021; e C) 2011 e 2021.....	54
Figura 30 – (a) Pessoas ao serviço em estabelecimentos, (b) estabelecimentos, (c) pessoas ao serviço em empresas e (d) empresas, por grande grupo de atividade económica (proporção em relação ao total nacional), 2011, 2019 e 2021.....	56
Figura 31 – Número médio de pessoas ao serviço por estabelecimento (a) e número médio de estabelecimentos por empresa (b), por grande grupo de atividade económica, em 2011, 2019 e 2021.....	58
Figura 32 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de Comércio por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021.....	60
Figura 33 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades de Comércio, por município, 2021.....	62
Figura 34 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades de Comércio e taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades de Comércio, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021.....	63
Figura 35 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de Transportes e Armazenagem por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021.....	64
Figura 36 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades de Transportes e Armazenagem, por município, 2021.....	67

Figura 37 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades de Transportes e Armazenagem e taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades de Transportes e Armazenagem, por sub-região, nos períodos 2011-2019 e 2019-2021.....	68
Figura 38 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de Alojamento e Restauração por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021.....	69
Figura 39 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades de Alojamento e Restauração, por município, 2021.....	70
Figura 40 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades de Alojamento e Restauração e taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades de Alojamento e Restauração, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021.....	72
Figura 41 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de Serviços de Apoio à Produção por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021.....	73
Figura 42 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços de Apoio à Produção, por município, 2021.....	74
Figura 43 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços de Apoio à Produção e Taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades dos Serviços de Apoio à Produção, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021.....	76
Figura 44 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de Serviços Pessoais por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021.....	77
Figura 45 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços Pessoais, por município, 2021.....	78
Figura 46 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades dos Serviços Pessoais e taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades dos Serviços Pessoais, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021.....	80
Figura 47 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades dos Serviços Sociais por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021.....	81
Figura 48 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços Sociais, por município, 2021.....	84
Figura 49 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades dos Serviços Sociais e Taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades dos Serviços Sociais, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021.....	85
Figura 50 – Dinâmica evolutiva do pessoal ao serviço, estabelecimentos e emprego, por grupos de serviços (comércio, Transportes e Armazenagem, Alojamento e Restauração, Serviços de Apoio à Produção, Serviços Pessoais e Serviços Sociais), entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021.....	93

## Índice de Quadros

Quadro 1 – Composição dos grandes grupos de atividade económica.....	14
Quadro 2 – Proporção de população residente em cidades por região, 2011 e 2018.....	22
Quadro 3 – Índice de envelhecimento e Índice de renovação da população em idade ativa por região, 2011, 2019 e 2021.....	25
Quadro 4 – Proporção de população estrangeira que requisitou estatuto de residente no total da população residente por região, 2011, 2019 e 2021.....	26
Quadro 5 – Proporção de população residente com Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Superior completos, 2011 e 2021.....	28
Quadro 6 – Proporção de população empregada por conta de outrem na população em idade ativa por região, 2013, 2019 e 2020.....	30
Quadro 7 – Proporção de desempregados na população em idade ativa por região, 2011, 2019 e 2021.....	32
Quadro 8 – Rendimento bruto médio declarado por agregado fiscal (€) por região, 2015, 2019 e 2021.....	33
Quadro 9 – Poder de compra per capita (Portugal=100) por região, 2011, 2019 e 2021.....	35
Quadro 10 – Valor mediano (€) das rendas por m <sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por região, 2017, 2019 e 2021; e Valor mediano (€) das vendas por m <sup>2</sup> de alojamentos familiares por região, 2016, 2019 e 2020.....	37
Quadro 11 – Número de construções Novas para Arrendamento ou Venda por 1000 alojamentos por região, 2011, 2019 e 2021.....	38

Quadro 12 – Proporção de despesas das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesas (%) por região, 2017, 2019 e 2021; e Despesas em ambiente (€) dos municípios por 1000 habitantes por região, 2011, 2019 e 2021. ....	40
Quadro 13 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por região, 2017, 2019, 2021. ....	42
Quadro 14 – Investimento (€) associado ao programa Portugal 2020 <i>per capita</i> (2014-2021) por região; e Investimento (€) associado ao programa REACT-EU per capita (2020-2021) por região. ....	45
Quadro 15 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos e empresas, estabelecimentos e empresas, Portugal, 2011, 2019 e 2021; e Taxa de variação média anual, Portugal, entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021.....	51
Quadro 16 – Número médio de pessoas ao serviço por estabelecimento, região, em 2011, 2019 e 2021.....	55
Quadro 17 – Grandes grupos de atividade económica: Pessoas ao serviço em estabelecimentos e empresas, 2011, 2019 e 2021; e Taxas de variação médias anuais, 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021 .....	57
Quadro 18 – As três principais atividades de Comércio, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%) .....	60
Quadro 19 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades de Comércio, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021 .....	61
Quadro 20 – As três principais atividades de Transportes e Armazenagem, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%).....	65
Quadro 21 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades de Transportes e Armazenagem, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021 .....	66
Quadro 22 – As atividades de Alojamento e Restauração, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%).....	69
Quadro 23 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades de Alojamento e Restauração, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021 .....	71
Quadro 24 – As três principais atividades de Serviços de Apoio à Produção, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%).....	73
Quadro 25 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços de Apoio à Produção, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021.....	75
Quadro 26 – As três principais atividades de Serviços Pessoais, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%).....	78
Quadro 27 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços Pessoais, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021.....	79
Quadro 28 – As três principais atividades de Serviços Sociais, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%).....	82
Quadro 29 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços de sociais, em 2011, 2019 e 2021, e taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021 .....	83

# INTRODUÇÃO





# INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, Portugal sofreu mudanças notáveis, nomeadamente em termos de atividades económicas. Após uma forte transição económica nas décadas de 1980 e 1990, especialmente após a entrada do país na Comunidade Económica Europeia (CEE), deu-se a conversão da economia do setor agrícola para os setores das indústrias e dos serviços (Alves *et al.*, 2009), onde o turismo ganhou um papel crescente, impulsionado pelas condições climáticas, paisagísticas e culturais do país.

A economia nacional tem beneficiado de estratégias de diversificação, inovação e desenvolvimento tecnológico, reforçando setores emergentes como os das energias renováveis, tecnologias da informação e comunicação e ainda das ciências da vida, potenciando uma maior competitividade externa e a criação de emprego qualificado e também uma maior coesão e inclusão social, em parte alavancadas pelos diversos fundos comunitários (Ministério do Planeamento, 2022).

Contudo, alguns desafios no domínio socioeconómico persistem, onde se destaca o desemprego, a falta de qualificação da população e a baixa produtividade, limitando a capacidade de aumentar os salários; ou o envelhecimento populacional e dificuldade de regeneração dos ativos, que limitam o equilíbrio do mercado laboral (Amador, 2019). Para além destes constrangimentos, é de sublinhar a pandemia de Covid-19 que, a juntar aos impactes em saúde, foi geradora de fortes impactes económicos (nomeadamente o aumento do desemprego), sendo causadora de uma crise económica e social sem precedentes nas últimas décadas (EY – Parthenon, 2021).

O presente estudo pretende compreender as principais dinâmicas de transformação das atividades económicas no setor dos Serviços em Portugal, entre 2011 e 2021, tendo por base os dados estatísticos disponibilizados na plataforma do Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

Adicionalmente, o estudo tem ainda como objetivo identificar a existência e alteração de padrões territoriais, ao nível regional e municipal, bem como relacionar as dinâmicas de transformação das atividades económicas com alguns dos fatores socio-espaciais e sociodemográficos mais relevantes, onde se destaca o nível de urbanização dos territórios, o envelhecimento populacional e o nível de escolaridade; e fatores de atratividade, tais como os custos habitacionais ou a capacidade turística.

O estudo considera três momentos específicos – 2011, 2019 e 2021 –, os extremos motivados pelo momento censitário que permite a existência de uma maior disponibilidade de dados, e 2019 representando o ano pré pandemia de Covid-19. Desta forma, registaram-se as dinâmicas de transformação no período pré-pandemia de 2001-2019 e no período de pandemia entre 2019-2021, momento em que a economia no geral sofreu um forte embate, com especial incidência em alguns setores como o turismo e restauração.

As atividades económicas no setor do Comércio e Serviços, em Portugal, para o período entre 2011 e 2021, registaram uma considerável dinâmica de crescimento: 20,5% de acréscimo do número de empresas, 20% de estabelecimentos, 16,6% de pessoas ao serviço em empresas e 17% de pessoas ao serviço em estabelecimentos, dinâmica especialmente em crescendo entre 2011 e 2019. Contudo, a taxa de crescimento anual viu-se claramente afetada com o período de pandemia, particularmente o número de pessoas ao serviço em empresas e estabelecimentos. Um dos casos mais paradigmáticos é a região

do Algarve, com uma quebra de 6% de pessoas ao serviço em empresas e estabelecimentos, reflexo de uma economia baseada no turismo, setor que revelou a sua vulnerabilidade a agentes externos, neste caso, à pandemia e consequente restrição de mobilidade.

Num olhar por grandes grupos de atividades económicas, ao nível nacional, os Serviços de Apoio à Produção e o Comércio são os dois conjuntos que reúnem mais empresas, estabelecimentos e pessoal ao serviço em empresas e em estabelecimentos (como exemplo, ressaltamos a agregação de mais de 40% das pessoas ao serviço em estabelecimentos, em 2021). Contudo, as suas dinâmicas foram distintas na última década censitária: enquanto o primeiro se reforça, o segundo perde peso. No outro extremo, são os grandes grupos Transportes e Armazenagem e Serviços Pessoais que denotam menores volumes de empresas, estabelecimentos e emprego. São os grandes grupos dos Serviços de Apoio à Produção e do Alojamento e Restauração que denotam maiores discrepâncias entre regiões, fazendo prever uma maior heterogeneidade territorial que merece atenção.

Este estudo é composto por dois documentos: o Volume I, que apresenta uma análise da evolução da estrutura económica nacional, numa abordagem multinível, relacionando-a com alguns fatores de contexto e atratividade; e o Volume II – Atlas, composto pelo Atlas Regional e Atlas Municipal, que reúne a cartografia do vasto conjunto de indicadores de contexto e das atividades económicas disponibilizados na plataforma do Observatório.

O presente documento – Volume I – Relatório, organiza-se em quatro blocos. No primeiro é enquadrado o estudo e apresentada a nota metodológica. O segundo enquadra fatores influenciadores da dinâmica económica, nomeadamente nos domínios do sistema urbano, demografia, socioeconomia e de atratividade dos territórios. O terceiro bloco refere-se ao estudo das dinâmicas de transformação das atividades económicas em Portugal, no período 2011-2021, numa abordagem multiescalar (do nacional ao municipal). Finalmente, apresentar-se-ão as notas finais.

1.

ENQUADRAMENTO  
DO ESTUDO  
E NOTA METODOLÓGICA



# 1. ENQUADRAMENTO DO ESTUDO E NOTA METODOLÓGICA

O Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial" da Confederação de Comércio e Serviços de Portugal (CCP) disponibiliza uma plataforma aos seus associados (e não só) com um vasto manancial de indicadores estatísticos, ao nível municipal, para a totalidade do país (Portugal Continental e Regiões Autónomas). Esta disponibilização resulta de uma colaboração entre a CCP e vários organismos públicos responsáveis pela produção desta informação, entre os quais, o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), a Direção-Geral do Território (DGT), o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Esta plataforma<sup>1</sup> agrega um conjunto de 135 variáveis e 81 indicadores de contexto, de oferta e de resultado, sempre que possível, recolhidos com periodicidade anual, a partir de 2010, e como referido anteriormente, para todos os municípios de Portugal. Tal conjunto de informação estatística organiza-se em três categorias temáticas:

1. *Oferta de serviços*, reunindo indicadores sobre as empresas e pessoas ao serviço em empresas;
2. *Caracterização*, referente a indicadores sobre as características demográficas da população e sua ocupação territorial;
3. *Atratividade*, onde se incluem os domínios da qualidade de vida, cultura e lazer, níveis de acessibilidade e mobilidade.

Tendo a plataforma do Observatório como base, seguiram-se os passos metodológicos apresentados na Figura 1. Na *primeira etapa*, construiu-se uma matriz de dados a partir dos indicadores existentes na plataforma do Observatório, considerando o nível municipal. Simultaneamente, alguns indicadores complementares foram adicionados como forma de reforçar a informação sobre a oferta de serviços (nomeadamente, a análise dos estabelecimentos e pessoas ao serviço em estabelecimentos).

O conjunto dos indicadores selecionados para o estudo respondem aos seguintes eixos e domínios:

1. Enquadramento territorial e populacional nacional, onde se inserem: no sub-eixo i) Ocupação territorial e contexto sociodemográfico, os domínios da Demografia (11 indicadores); no sub-eixo ii) Contexto socioeconómico, os domínios da Educação (8 indicadores) e Emprego, desemprego e rendimentos (15 indicadores); no sub-eixo iii) Atratividade territorial, os domínios da Habitação e reabilitação urbana (9 indicadores); Sustentabilidade ambiental (21 indicadores); Qualidade de vida, cultura, lazer (15 indicadores), Turismo (3 indicadores) e Investimentos (5 indicadores).
2. Dinâmica das atividades económicas, reunindo dados dos domínios "Empresas" (43 indicadores), "Estabelecimentos" (12 indicadores) e "Pessoal ao serviço" (35 indicadores).

.....

1. Acesso à plataforma Confederação do Comércio e Serviços/Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial" (versão 1.3): <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMTc2NDZlYTBkMy00YjFmLTg0Y2MtYWZhNjYxMj-dlNTg4IiwidCI6ImViODg2NjRkLTA1NGltNDc0O5MTkwLVVlYWFKYTk0N2QwZSIsImMiOi9&pageName=ReportSection29a-Oce207089d3053583>

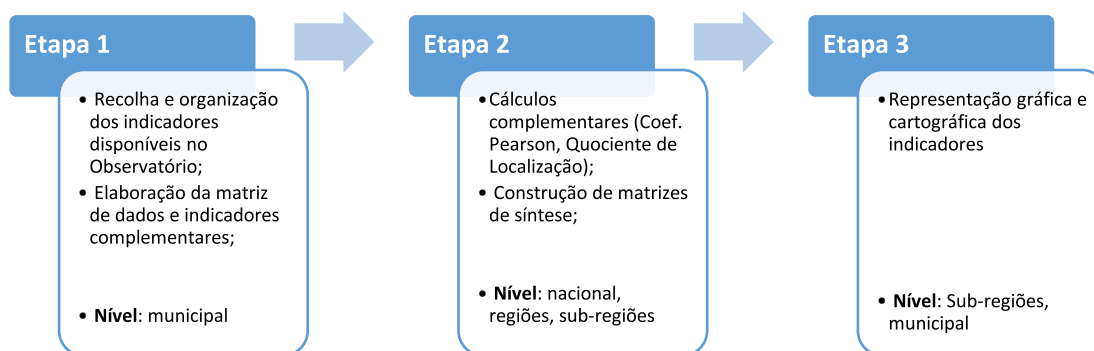


Figura 1 – Etapas metodológicas.

Como já referido, foram selecionados três períodos para a recolha de dados: prioritariamente os anos censitários (2011 e 2021) (substituídos pelos mais próximos em caso de indisponibilidade) e o ano de 2019 – o último ano pré-pandemia –, como forma de distinguir dois contextos díspares; um primeiro sem influência da COVID-19, e um segundo onde a pandemia foi um fator na realidade da economia e das populações.

Na *segunda etapa*, foram realizadas algumas operações de cálculos complementares de percentagens, índices, médias aritméticas, para além de correlações entre indicadores, recorrendo ao software *IBM SPSS Statistics 29.0*. Foram ainda calculadas, sempre que possível, taxas de variação para três períodos: 2011-2019, 2019-2021 e 2011-2021.

Nesta fase, para um melhor entendimento das dinâmicas das atividades económicas referentes às empresas, estabelecimentos e emprego optou-se pelo agrupamento das atividades económicas por secção em seis grandes grupos, tal como explicitados no Quadro 1. É com base nestes seis grandes grupos que serão analisadas as grandes tendências de transformação, sublinhando ainda algumas atividades específicas tendo em conta a sua relevância.

Grandes grupos de atividade económica	Secção da Classificação das Atividades Económicas (CAE)
Comércio	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (G)
Transportes	Transportes e armazenagem (H)
Alojamento e Restauração	Alojamento, restauração e similares (I)
Serviços de Apoio à Produção	Atividades de informação e de comunicação (J) Atividades imobiliárias (L) Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M) Atividades administrativas e dos serviços de apoio (N)
Serviços Sociais	Educação (P) Atividades de saúde humana e apoio social (Q)
Serviços Pessoais	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativa (R) Outras atividades de serviços (S)

Quadro 1 – Composição dos grandes grupos de atividade económica.

Nesta etapa foram realizadas correlações estatísticas entre indicadores como meio de identificar a relação entre os fenómenos e a sua repercussão territorial, por exemplo, entre as dinâmicas de cada grande grupo de atividades económicas e indicadores de contexto e resultado. A Correlação de *Pearson* mede o grau e direção entre duas variáveis em escala de razão ou intervalo, e situa-se entre -1 e 1. Assume-se então que um coeficiente positivo representa uma correlação positiva (quando uma variável aumenta, a outra também aumenta), e um coeficiente negativo demonstra uma correlação negativa (quando uma variável aumenta, a outra diminui). O valor do coeficiente dá-nos a intensidade da correlação: 0 a 0,3 – correlação residual, 0,3 a 0,5 – correlação fraca, 0,5 a 0,7 – correlação moderada, 0,7 a 0,9 – correlação forte, e acima de 0,9 – correlação muito forte (Wang & Rainer, 2007).

Também aplicado neste estudo, o Quociente de Localização (QL) representa o grau relativo de concentração de uma atividade em cada uma das unidades territoriais, identificando os padrões de concentração ou dispersão espacial que caracterizam determinados setores e atividades, baseado na realidade de uma região-padrão, neste caso Portugal. O Quociente de Localização é dado pela seguinte fórmula:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij}/E_i}{E_{tj}/E_t} \quad (0 \leq QL \leq \infty)$$

sendo  $E_{ij}$  o valor da atividade  $j$  na região  $i$ ;  $E_i$  o valor do total das atividades na região  $i$ ;  $E_{tj}$  o valor da atividade  $j$  na região-padrão  $t$ ;  $E_t$  o valor do total das atividades consideradas na região-padrão  $p$ . Desta forma, no cálculo é comparada a importância da atividade  $j$  na região  $i$ , com a importância que a atividade  $j$  possui na região-padrão  $p$ . Neste caso,  $j$  representa uma das atividades económicas em análise,  $i$  representa cada um dos municípios e  $t$  representa Portugal. Quanto ao resultado, um QL superior a 1 significa que o setor em análise está relativamente concentrado na região em questão, ou seja, determinado setor na região detém uma importância relativa superior à que possui a unidade de referência, revelando uma maior especialização nesta atividade do que a região-padrão. Por outro lado, se o QL for inferior a 1, constata-se que a atividade em questão não está relativamente concentrada na região analisada, isto é, o setor na região detém uma importância relativa inferior à que detém no espaço de referência.

A *terceira etapa* prende-se com a representação gráfica e cartográfica da informação estatísticas. No caso da representação cartográfica, foi mapeada a lista completa dos indicadores através do *software ArcGIS Pro 3.1.2*, para os três períodos temporais (na maioria dos casos), obtendo duas versões, uma representativa do nível sub-regional (NUTS III) e outra ao nível municipal. A taxa de variação de alguns indicadores foi também cartografada. No sentido de simplificar a leitura dos elementos gráficos, recorreu-se à codificação das sub-regiões, como constante na Figura 2. Todos os elementos cartográficos poderão ser consultados no Volume II deste relatório.

Desta forma, foi possível identificar a existência e alteração de padrões territoriais, ao nível regional e municipal, bem como relacionar as dinâmicas de transformação das atividades económicas com fatores socio-espaciais, tais como o nível de urbanização dos territórios; fatores sociodemográficos, como o envelhecimento populacional, o nível de escolaridade ou o poder de compra *per capita*; e fatores de atratividade, tais como os custos habitacionais ou a capacidade turística.

Apesar do grande manancial de dados disponíveis na plataforma do Observatório, e inerente às fontes produtoras dos dados estatísticos, foram encontradas limitações na recolha e tratamento dos dados, que não colocam em causa a validade dos resultados apresentados. Destacam-se como principais limitações i) a inexistência de dados para todos os indicadores para os três períodos de referência (2011, 2019 e 2021), obrigando, em alguns casos, à seleção de anos aproximados; ii) a inexistência de todos os dados para ambos os níveis sub-regional e municipal; e iii) a inexistência de dados para todas as unidades territoriais num mesmo ano.





NUTS II

Norte
  Centro
  AML
  Alentejo
  Algarve
  RAA
  RAM

Figura 2 – Sub-regiões em Portugal (versão NUTS III - 2013).

# 2.

## PANORAMA DO TERRITÓRIO E POPULAÇÃO EM PORTUGAL



## 2. PANORAMA DO TERRITÓRIO E POPULAÇÃO EM PORTUGAL

Neste capítulo, exploram-se diversos aspetos que refletem a complexa interação entre o espaço geográfico e os seus habitantes, como enquadramento das dinâmicas das atividades económicas em Portugal e sua diferenciação territorial. Assim, importa analisar a ocupação do território e o contexto sociodemográfico da população, o enquadramento socioeconómico e a atratividade dos territórios, destacando elementos que tornam determinadas regiões mais propensas a atrair investimentos, população e atividades económicas.

### 2.1 OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E CONTEXTO SOCIO-DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO

No domínio das Mudanças Sociodemográficas, destacam-se três fatores críticos emergentes: o crescimento natural em quebra, uma estrutura demográfica envelhecida e a intensificação dos movimentos pendulares; cujos impactes incidirão, a curto e longo prazo, no envelhecimento e perda de ativos no mercado de trabalho, na alteração das necessidades de equipamentos e serviços de saúde e de apoio, com impacto no emprego, no aumento da pressão sobre o sistema social e até no próprio modelo de ocupação do território (Carmo *et al.*, 2020).

#### 2.2.1 Desequilíbrios na distribuição da população e no sistema urbano

Em Portugal, existe um grande contraste entre as regiões de maior dimensão demográfica – Norte (35%), Área Metropolitana de Lisboa (AML; 28%) e região Centro (22%), e as restantes que representam os 16% de população remanescente (Figura 3; INE, 2021). Esta distribuição gera regiões de densidade populacional diferenciada, destacando-se a AML com a maior densidade (956 hab./km<sup>2</sup>), seguida da RAM (315 hab./km<sup>2</sup>), por oposição ao Alentejo (23 hab./km<sup>2</sup>), no extremo da baixa densidade (Figura 4).

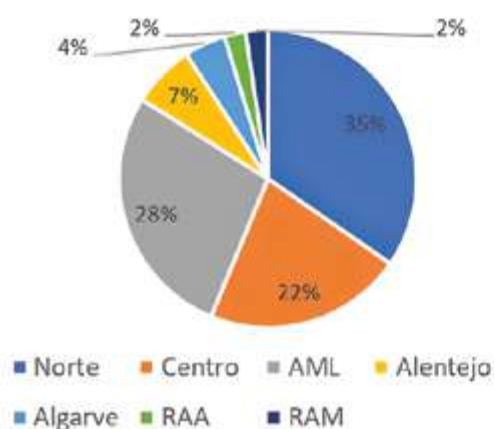


Figura 3 – Distribuição da população residente por região, 2021. Fonte: INE (2021q)

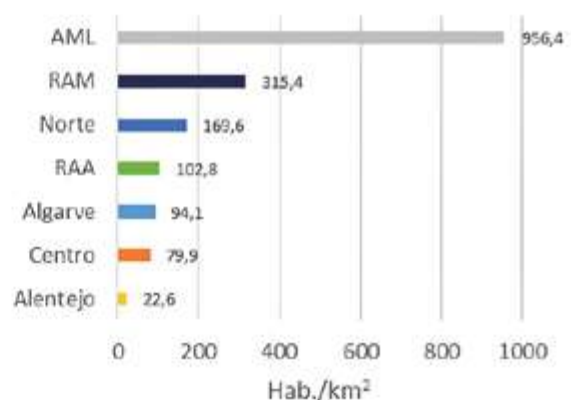


Figura 4 – Densidade populacional por região, 2021. Fonte: INE (2021e)

Ao nível municipal, fica latente a litoralização da população (Figura 5), evidenciando o contraste entre um litoral norte e centro mais denso, centralizado nas grandes cidades de Lisboa e Porto e nas suas envolventes metropolitanas, Aveiro e a sua área de influência, Braga, Coimbra e Peniche; e um interior populacionalmente menos denso, onde se destacam alguns municípios isolados, tais como Chaves (Alto Tâmega), Vila Real e envolvente (Douro), Viseu e sua área de influência (Dão-Lafões), Oliveira do Hospital (Região de Coimbra) e Covilhã (Beiras e Serra da Estrela). A sul, como já referido, predomina uma realidade de baixa densidade, com a exceção de Sines, no Alentejo Litoral, e alguns municípios do litoral algarvio (Portimão, Lagoa, Albufeira, Faro, Olhão e V.R.S. António). Já nas regiões autónomas, os territórios de maior densidade localizam-se essencialmente, na RAM, no sudeste da ilha da Madeira (Funchal e envolvente), e, na RAA, na área oeste de S. Miguel, onde emerge Ponta Delgada) e ilha Terceira.



Figura 5 – Densidade populacional (hab./km<sup>2</sup>) por município, 2021. Fonte: INE (2021e)

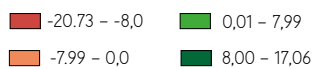
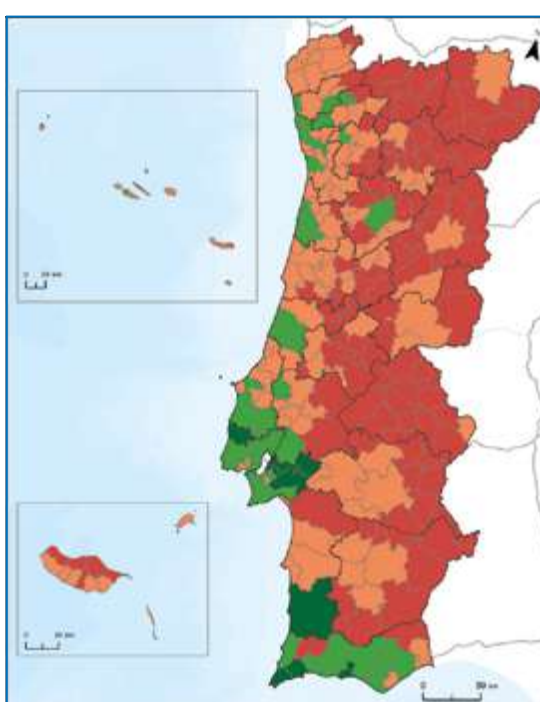


Figura 6 – Variação (%) da população residente por município, 2011-2021. Fonte: INE (2021q)

A variação da população, entre 2011 e 2021, evidencia também uma diferenciação litoral-interior. A população portuguesa tem vindo a crescer ao longo do tempo, com exceção de uma ligeira diminuição na última década censitária (-1,5%; de 10 565 836, em 2011, para 10 407 707 residentes, em 2021), minimizada por uma taxa de crescimento efetiva positiva nos últimos três anos do mesmo período (INE, 2021a). A quebra populacional deu-se de forma generalizada por todo o país (Figura 6), penalizando os municípios do interior, em especial os mais próximos das áreas fronteiriças. Contrariamente, o acréscimo populacional mostra-se na generalidade da AML e alguns municípios adjacentes do Oeste; no Algarve, em especial em Vila do Bispo, Lagos e Albufeira; em alguns municípios da AMP; em Aveiro e municípios envolventes e no núcleo Marinha Grande, Leiria e Batalha. Isoladamente, destacam-se os municípios de Viseu, Entroncamento e Odemira.

Combinando as dinâmicas no que respeita à densidade populacional em 2021 e variação da população 2011-2021, os municípios distribuem-se desigualmente por quatro quadrantes (Figura 7): a maioria dos municípios apresenta uma reduzida densidade populacional (abaixo da média nacional) e registaram um decréscimo da população residente (60%), enquanto um reduzido número de municípios de menor densidade observou um acréscimo populacional (3,6%). A situação é mais equilibrada quanto aos restantes municípios que apresentam densidade populacional acima da média, já que em 21% se observa uma diminuição populacional, situação contrária nos restantes 15% municípios.

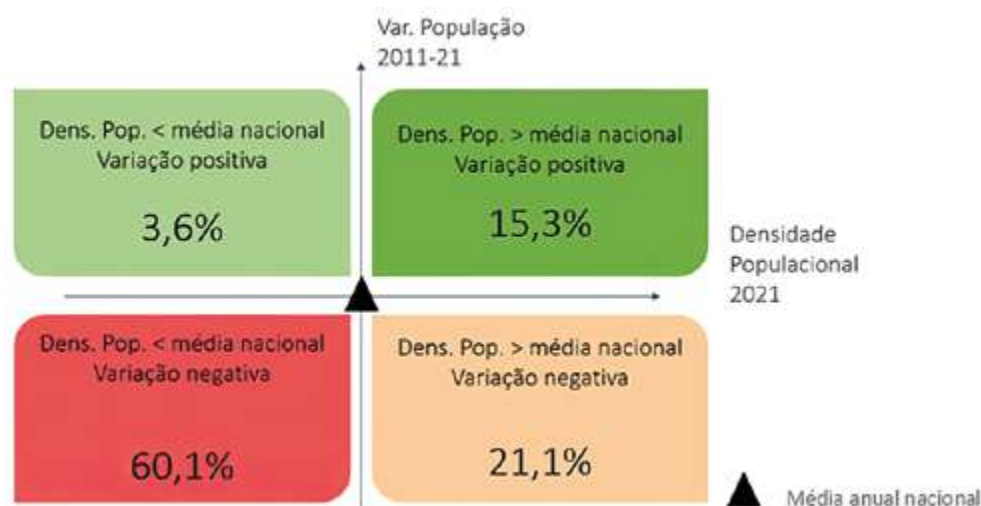


Figura 7 – Municípios em quatro quadrantes: densidade populacional, 2021 vs variação da população, 2011-2021

A tendência de urbanização mundial, e particularmente na Europa, é um dos fatores principais do agravamento dos desequilíbrios territoriais, aumentando a importância dos sistemas urbanos para o desenvolvimento do território, desafio explícito nas agendas europeias e nacionais urbanas e de ordenamento territorial das últimas duas décadas (Sá Marques *et al.*, 2019).

Seguindo a tendência mundial de crescente urbanização, embora abaixo dos 75% de média de população urbana na UE-27 (Ritchie & Roser, 2019), em 2018, 43% dos habitantes em Portugal residia em cidades (Quadro 2), destacando-se as sub-regiões RAM (69%), AMP (58%), a AML (51%) e o Alentejo Central (50%).

A atual distribuição da população urbana em Portugal representa um sistema urbano desequilibrado, tendo em conta a distribuição espacial, a dimensão e a importância das cidades. No caso português, em 134 dos 308 municípios existe uma ou várias cidades (INE, 2018). Apenas nos dois municípios centrais das áreas metropolitanas, a população urbana é superior a 200 mil pessoas, sendo que a população residente em Lisboa (550 700 hab.) é mais do dobro da residente no Porto (cerca de 237 mil hab.).

Unidades Territoriais	População residente em cidades (%)	
	2011	2018
Norte	41,5	42,6
Centro	31,2	32,7
Área Metropolitana de Lisboa	51,7	51,0
Alentejo	34,4	36,7
Algarve	49,2	48,4
Região Autónoma dos Açores	28,9	30,1
Região Autónoma da Madeira	64,3	68,6
<b>Portugal</b>	<b>42,1</b>	<b>43,0</b>

Quadro 2 – Proporção de população residente em cidades por região, 2011 e 2018<sup>2</sup>. Fonte: INE (2019)

Considerando que as cidades médias são fundamentais para a redução do desequilíbrio da rede urbana, nomeadamente da macrocefalia imposta pelas duas grandes cidades e dos contrastes entre litoral e interior, apenas nove apresentam entre 100 mil e 250 mil residentes urbanos, sendo uma parte deles municípios metropolitanos (Almada, Sintra e Amadora da AML, Matosinhos, Gondomar e Vila Nova de Gaia, da AMP), e apenas três não metropolitanos (Coimbra, Braga e Funchal); em 77 municípios a população situa-se entre os 10 e os 100 mil residentes urbanos e 45 municípios apresentam menos de 10 mil habitantes em cidades, tendencialmente localizadas no interior do país. Esta distribuição evidencia uma rede urbana desequilibrada, constituída essencialmente por pequenas cidades, com um reduzido número de cidades médias e uma grande discrepância entre as pequenas e grandes cidades em termos de número de cidades e população residente.

O desequilíbrio da urbanização tem também uma expressão espacial quanto ao número de cidades e residentes em cidades (Figura 8 e Figura 9):

- > Mais de 50% dos municípios com, pelo menos, uma cidade e 78% da população urbana estão na faixa litoral de Portugal Continental (até 25km à linha de costa), com particular destaque para o eixo entre as duas áreas metropolitanas e uma parte do Algarve;
- > 11% dos municípios e 5% da população urbana localiza-se numa segunda faixa (25 a 50km à costa), com particular destaque para os municípios de Guimarães, Fafe e Vizela na sub-região Ave; Felgueiras, Amarante e Marco de Canaveses no Tâmega e Sousa; ou o triângulo Ourém, Tomar e Torres Novas no Médio Tejo;
- > 28% dos municípios com cidades respeitam a 11% de população urbana localizam-se no interior do país (ou seja, a mais de 50km de distância à costa). Com relevância demográfica, destacam-se as constelações Bragança–Macedo de Cavaleiros–Mirandela–Miranda do Douro em Terras de Trás-os-Montes; Chaves–Valpaços no Alto Tâmega; Viseu–Mangualde–Santa Comba Dão na sub-região Viseu

2. População residente em cidades. Acesso ao indicador estatístico do Observatório:  
<https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0008306.html>

Dão-Lafões; o grande eixo respeitante à sub-região Beiras e Serra da Estrela, onde se destaca a Covilhã, Guarda, Fundão e Seia, entre outras; ou ainda, o triângulo Elvas–Ponte de Sor–Portalegre no Alto Alentejo; e os casos de Évora e Beja e suas áreas envolventes;

> Os restantes 9% de municípios e 6% da população residente em cidades localizam-se nas ilhas.

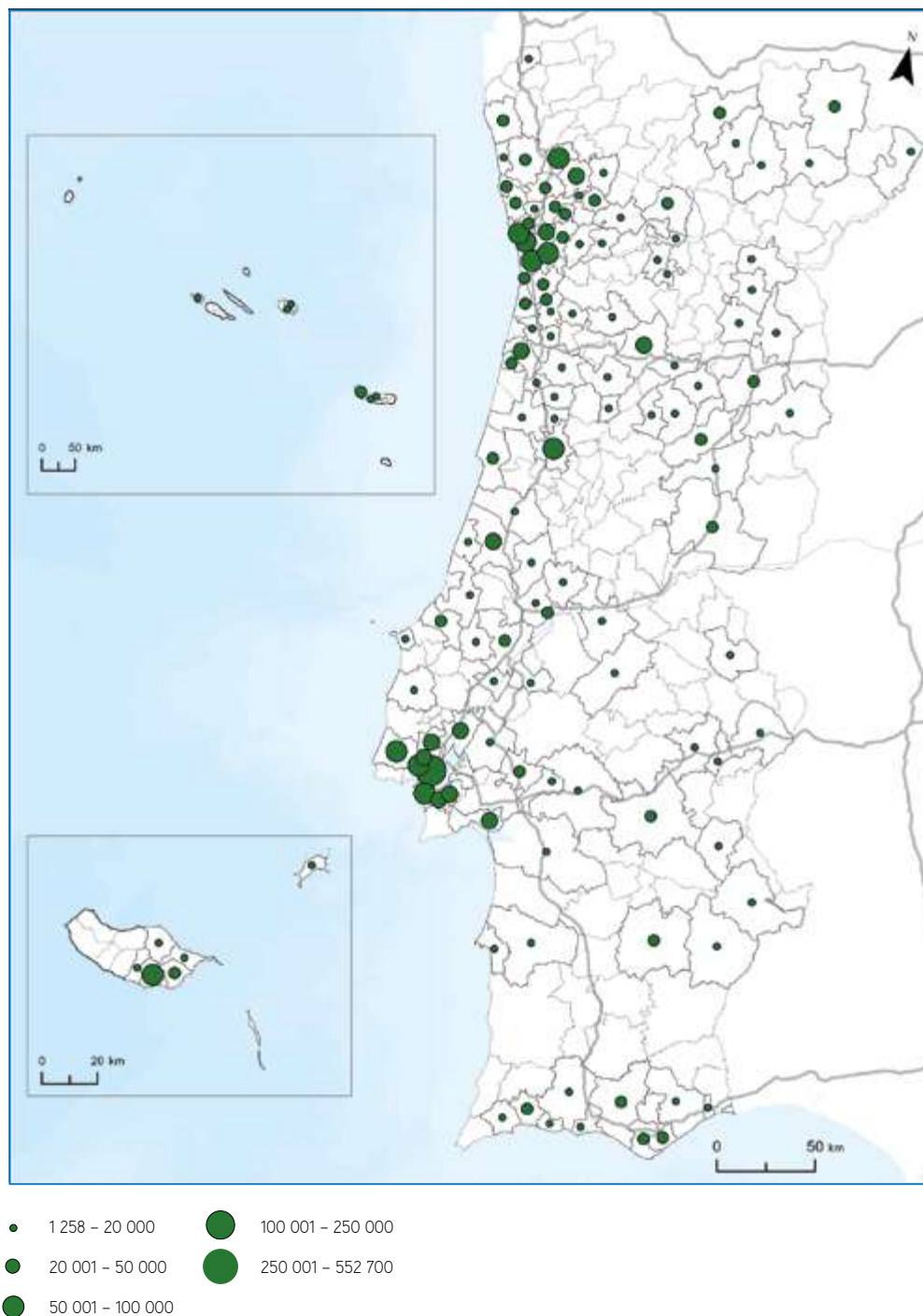


Figura 8 – População residente (nº) em cidades por município, 2011 e 2018. Fonte: INE (2019)



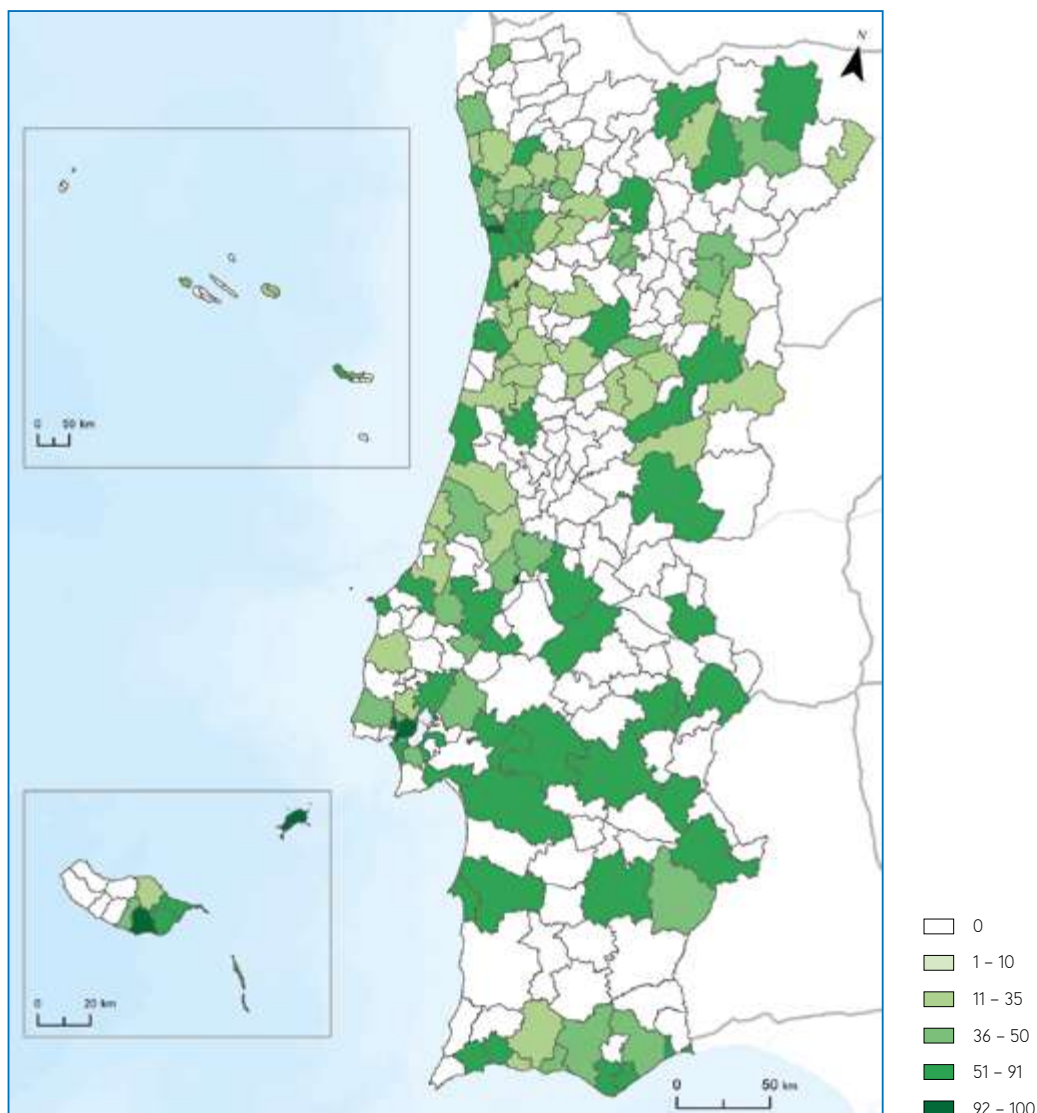


Figura 9 – Taxa de urbanização (%) por município, 2011 e 2018. Fonte: INE (2019)

## 2.1.2 Entre o envelhecimento demográfico e a atração estrangeira

A evolução do sistema urbano português até à atualidade, especialmente após 2000, deve-se a várias razões, em particular ao fenómeno de envelhecimento demográfico, primeiro das populações rurais, e depois das populações urbanas, e quebra da natalidade, com impacte na redução populacional de forma (quase) transversal por todo o país; mas também pela oscilação do fluxo migratório, em particular da entrada de imigrantes e da solicitação da sua residência permanente em Portugal, que se constrengem em momentos de crise económico-financeira, momentos esses que potenciam, simultaneamente, a emigração dos nacionais (Marques da Costa, 2017).

O envelhecimento populacional, em Portugal, tem-se refletido fortemente no Índice de Envelhecimento<sup>3</sup>, especialmente entre 2011 e 2021, que evoluiu de 128 para 181 idosos por cada 100 jovens (Quadro 3).

3. Índice de Envelhecimento: Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos). População residente por grupo etário. Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0008273.html>

Este fenómeno tornou-se um obstáculo na renovação da população ativa, cujo índice diminuiu de 93 para 76, entre 2011 e 2021, podendo aumentar os desafios relativos às características da mão de obra disponível no mercado de trabalho português.

Unidades Territoriais	Índice de envelhecimento			Índice de renovação da população em idade ativa		
	2011	2019	2021	2011	2019	2021
Norte	114,7	169,3	185,0	92,7	76,3	75,5
Centro	163,0	215,0	226,9	96,2	74,5	73,5
Área Metropolitana de Lisboa	117,6	140,8	149,8	86,2	65,7	68,0
Alentejo	177,9	210,1	214,1	89,9	93,0	88,6
Algarve	124,2	161,8	173,8	85,5	64,3	67,3
Região Autónoma dos Açores	74,5	104,7	113,6	93,1	70,8	70,1
Região Autónoma da Madeira	88,9	141,2	158,2	142,2	89,1	87,5
<b>Portugal</b>	<b>128,0</b>	<b>169,4</b>	<b>181,3</b>	<b>118,9</b>	<b>67,0</b>	<b>68,3</b>

Quadro 3 – Índice de envelhecimento e Índice de renovação da população em idade ativa por região, 2011, 2019 e 2021<sup>4</sup>. Fonte: INE (2023k, 2023l)

Neste contexto, sublinham-se diferenças regionais e municipais. Em 2011, as AMP e AML demonstravam algum equilíbrio entre grupos etários (110 e 118 idosos por 100 jovens, respetivamente), enquanto as regiões do Centro e Alentejo revelaram índices de envelhecimento consideravelmente mais elevados (163 e 178 idosos por cada 100 jovens). Apenas na RAM e na RAA se registaram mais jovens do que idosos (89 e 75 idosos por cada 100 jovens, respetivamente). Esta situação reflete-se ao nível local, na medida em que apenas um quarto dos municípios portugueses apresentava um índice de renovação da população ativa positiva, com destaque para os 27 dos 30 municípios insulares e um conjunto de 11 municípios das sub-regiões Tâmega e Sousa e Cávado, na região Norte, para além dos restantes 33 municípios dispersos por Portugal Continental (ex. Oliveira de Frades, Murtosa, Mafra, Sesimbra, Monforte, Alvito, Albufeira, entre outros) (Figura 10).

Após uma década, o índice de envelhecimento tornou-se ainda mais expressivo, tanto nas áreas metropolitanas, mais evidente na AMP (175) do que na AML (150), como nas regiões que já detinham um perfil populacional muito envelhecido, atingindo valores acima dos 200 idosos por cada 100 jovens (ex. 227 no Centro e 214 no Alentejo), e até, ao nível-sub-regional, índices acima de 300 idosos por 100 jovens, nomeadamente em Terras de Trás-os-Montes (355) e no Alto Tâmega (386), no Norte, e na Beira Baixa (325), na região Centro. Consequentemente, também o índice de renovação da população ativa foi penalizado, havendo contrastes entre regiões (entre um índice de 67% no Alentejo e os 89% na AML), maior ainda se olharmos ao nível sub-regional, onde se contam oito das 25 sub-regiões com índice inferior a 65, essencialmente localizadas de norte a sul do interior do país, ou ao nível local, onde apenas três municípios – Ribeira Grande, Lagoa (RAA) e Odemira – registam um maior número de adultos jovens (20 e 29 anos) comparativamente ao número de adultos próximos da idade da reforma (55 e 64 anos) (Figura 10).

4. Índice de renovação da população em idade ativa.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0008267.html>

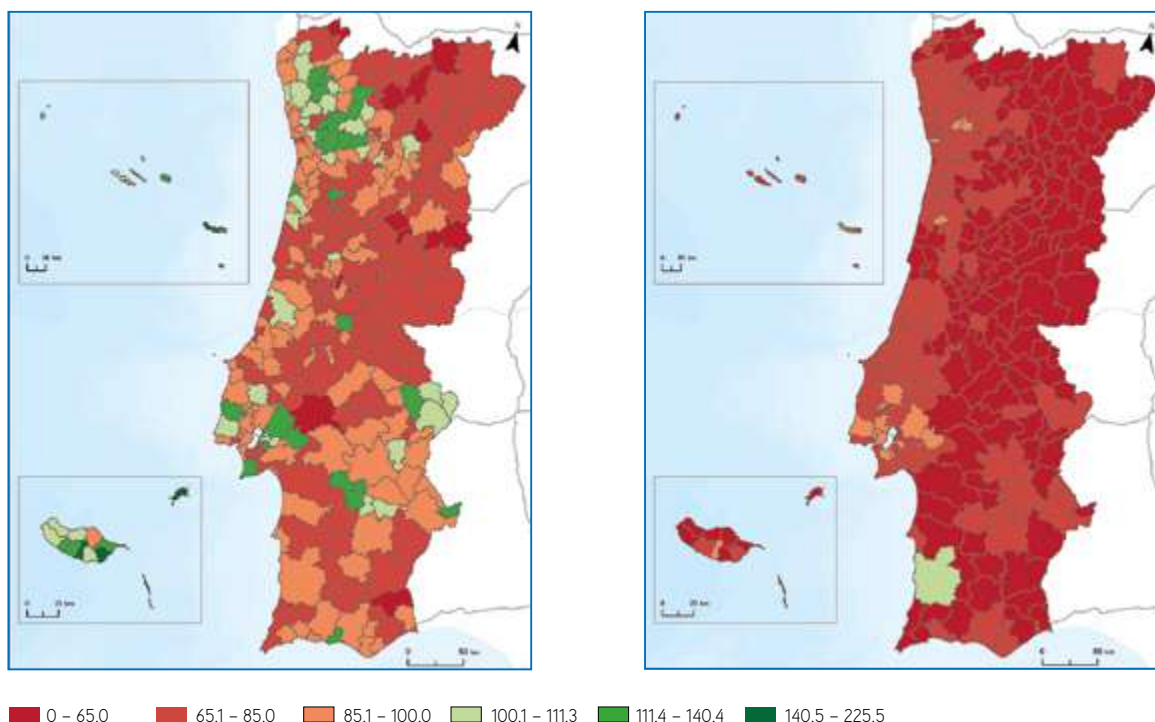


Figura 10 – Índice de renovação da população em idade ativa por município, 2011 e 2021. Fonte: INE (2023l)

Por outro lado, recentemente, a atratividade de Portugal para residência evoluiu positivamente, de uma muito reduzida proporção de população estrangeira que requisitou o estatuto de residente em 2011 (0,4%), no rescaldo da crise da economia portuguesa de 2008 (Marques da Costa, 2017), para 1,2%, em 2019, e 1,1%, em 2021, demonstrando que a crise pandémica não teve esse mesmo efeito de retração pese embora a restrição à mobilidade à escala mundial (Quadro 4).

Unidades Territoriais	População estrangeira que requisitou estatuto de residente (% da população residente)		
	2011	2019	2021
Norte	0,2	0,6	0,6
Centro	0,3	0,8	0,7
Área Metropolitana de Lisboa	0,8	2,2	1,9
Alentejo	0,4	0,9	0,9
Algarve	1,1	3,8	2,6
Região Autónoma dos Açores	0,1	0,2	0,3
Região Autónoma da Madeira	0,2	0,6	0,7
<b>Portugal</b>	<b>0,4</b>	<b>1,2</b>	<b>1,1</b>

Quadro 4 – Proporção de população estrangeira que requisitou estatuto de residente no total da população residente por região, 2011, 2019 e 2021<sup>5</sup>. Fonte: INE (2023p)

5. População estrangeira que solicitou estatuto de residente.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0009108.html>

Entre 2011 e 2021, estudantes, reformados, investidores, docentes e trabalhadores altamente qualificados são os principais perfis de requerentes, sendo o estudo, a reforma e o reagrupamento familiar os motivos de entrada em Portugal mais frequentes. Importa, contudo, ressaltar, que nem todos os perfis migratórios compensam os atuais constrangimentos demográficos (Oliveira, 2021). A AML e Algarve destacam-se como as regiões onde maior proporção de população estrangeira requisitou estatuto de residente nos três períodos em análise.

Ao nível municipal, em 2011, a proporção de estrangeiros que requisitou estatuto de residente revelou-se bastante homogénea, emergindo Odemira, fruto dos grandes investimentos na produção agrícola intensiva, grande parte do Algarve e alguns municípios dispersos, tais como Coimbra, Pedrogão Grande, Óbidos, Ferreira do Alentejo, Moura, Lisboa e municípios adjacentes (Figura 11).

Volvida a década, e no rescaldo da pandemia de Covid-19, verificou-se uma maior heterogeneidade no nível de atração estrangeira por município. As sub-regiões do litoral sul (AML, Alentejo Litoral e Algarve) reforçaram-se como territórios atratores de população estrangeira, com valores que se situam entre 2,2% (AML) e 3,8% (Algarve) em 2019, valores que desceram ligeiramente para 2021 no pós-pandemia (1,9% na AML e 2,6% no Alentejo Litoral e Algarve), crescendo alguns municípios isolados com um comportamento ainda mais atrativo, tais como Odemira (12,4%), Vila do Bispo (11%), Aljezur (10,6%), Albufeira (8,6%), Cuba (7,0%), Lisboa (6,9%), Lagos (6,8%) e Tavira (6,1%), pese embora o perfil do imigrante seja distinto (ex. trabalhador no setor agrícola no caso de Odemira, trabalhador no setor da restauração e reformados no caso dos municípios algarvios).

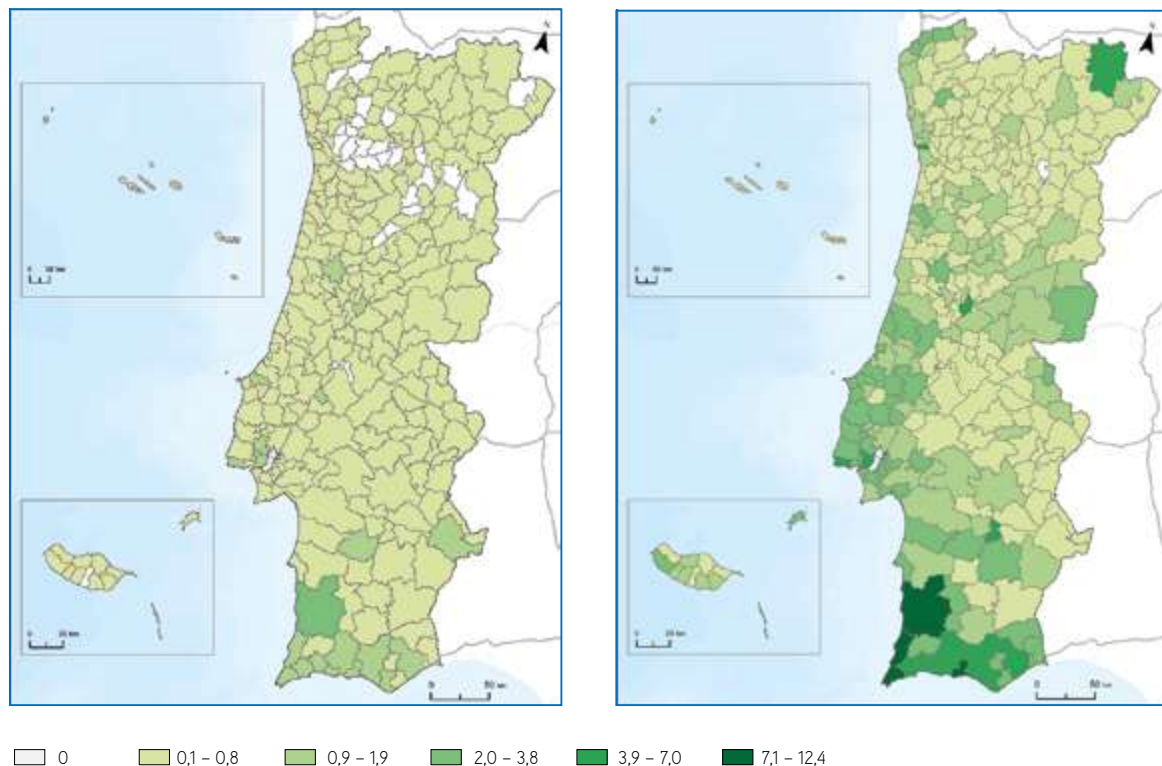


Figura 11 – Proporção (%) de população estrangeira que requisitou estatuto de residente no total da população residente por município, 2011 e 2021. Fonte: INE (2023p)

## 2.2 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

As características socioeconómicas da população desempenham um papel crucial nas dinâmicas de transformação das atividades económicas de um país. No período de 2011 a 2021, diversas mudanças influenciaram a economia portuguesa, nomeadamente no domínio da educação e qualificação da força de trabalho, condições do mercado de trabalho e distribuição dos rendimentos.

### 2.2.1 Qualificação da população

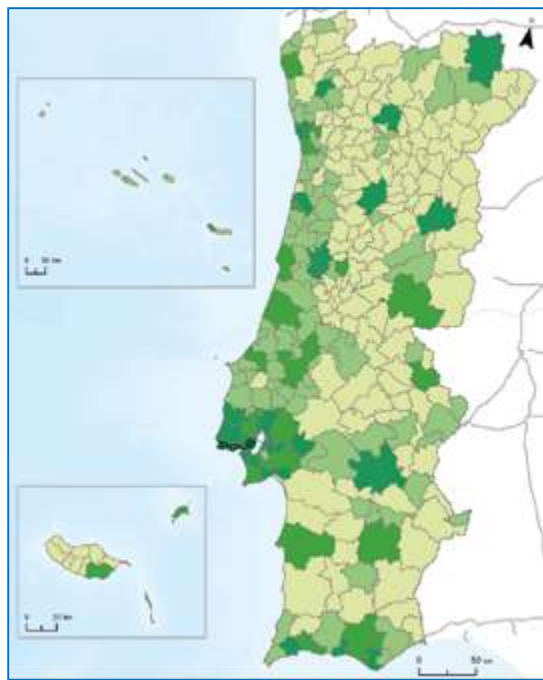
Os níveis de qualificação da população são fundamentais para enquadrar as competências da mão de obra num país ou região, em termos técnicos, científicos, tecnológicos, entre outras, com impacto no tipo de emprego que aí se desenvolve e daquele que se pode vir a fixar.

Neste sentido, fica clara a tendência de qualificação da população a residir em Portugal, em particular entre os dois períodos da última década censitária 2011-2021, com a redução do peso absoluto e relativo da população sem escolaridade ou apenas com o Ensino Básico (pese embora este representasse em 2021, 48% da população), e consequente aumento para um quinto da população que concluiu o Ensino Secundário, obrigatório desde o ano letivo 2009/2010, mas também no Ensino Superior (situado agora nos 17%, e especial sobrerrepresentação na AML) (Quadro 5).

Unidades Territoriais	População residente por nível de escolaridade completo (%)							
	Sem escolaridade		Ensino Básico		Ensino Secundário		Ensino Superior	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Norte	18,7	12,5	58,6	51,8	12,6	20,1	10,2	15,6
Centro	20,0	13,2	56,2	50,8	13,3	20,6	10,5	15,4
Área Metropolitana de Lisboa	16,8	12,5	49,4	40,8	17,3	23,9	16,5	22,8
Alentejo	22,7	15,1	55,0	50,8	13,5	21,2	8,8	12,9
Algarve	19,7	15,2	53,3	46,0	16,6	23,8	10,4	15,0
Região Autónoma dos Açores	20,9	13,7	60,1	55,0	10,9	18,8	8,2	12,5
Região Autónoma da Madeira	21,7	14,6	55,8	50,3	12,8	20,7	9,7	14,4
<b>Portugal</b>	<b>18,9</b>	<b>13,0</b>	<b>55,1</b>	<b>48,2</b>	<b>14,2</b>	<b>21,5</b>	<b>11,8</b>	<b>17,2</b>

Quadro 5 – Proporção de população residente com Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Superior completos, 2011 e 2021. Fonte: INE (2022a, 2022b, 2022c)

Apesar da tendência de qualificação generalizada da população, esta é ainda fortemente influenciada pelos fatores de metropolização e litoralização da população urbana, com diferentes dinâmicas consoante o nível de escolaridade (Figura 12). Por um lado, é clara a maior predominância de residentes com o Ensino Secundário concluído nos municípios metropolitanos e litorais, para além de algumas cidades relevantes do interior, como Évora e Vila Real. O mesmo padrão não se verifica quanto à população licenciada: pese embora o seu aumento relativo também de forma generalizada no país, a residência nas áreas metropolitanas, em áreas do litoral ou nas grandes cidades que compõem o sistema urbano nacional, torna-se um fator ainda mais preponderante. Assim, em 2021, o grande destaque quanto ao peso de população residente mais qualificada dá-se nos municípios de Lisboa, Cascais e Oeiras, na AML, Porto, Aveiro e Coimbra.



11,7 - 23,0    23,1 - 30,0    30,1 - 35,0    35,1 - 50,0    50,1 - 66,3

1



2,9 - 10,0    10,1 - 15,0    15,1 - 20,0    20,1 - 30,0    30,1 - 44,0

2

Figura 12 – Proporção (%) de população residente com Ensino Secundário (1) e Ensino Superior (2) completos, 2011 e 2021. Fonte: INE (2022a, 2022c)

## 2.2.2 Emprego e desemprego em Portugal

O entendimento das condições da população em idade ativa é fundamental para o estudo da dinâmica económica. Considerando a população em idade ativa como todas as pessoas com idade entre 15 e 64 anos, é possível distinguir três grandes grupos: a população empregada, por conta própria ou conta de outrem, em regime integral ou parcial; a população desempregada; e a população fora da força de trabalho, o que inclui estudantes e reformados, entre outros.

A proporção de população empregada por conta de outrem, ou seja, que trabalha para um empregador público ou privado, com base na população em idade ativa, contribui para o debate sobre a estabilidade do mercado de trabalho e o nível de emprego formal, apoiando o desenvolvimento de políticas condizentes com as características das empresas e emprego em determinada região.

Ao nível nacional, a proporção de população empregada por conta de outrem evoluiu de 31% para 37%, no período 2013-2020 (Quadro 6). Dada a maior concentração de atividade económica, e particularmente de grandes empresas, e maior especialização dos serviços, a AML é a região que apresenta maior proporção de empregados por conta de outrem, tanto em 2013 como em 2020 (36% e 41%, respetivamente), estando as restantes regiões entre os 30% e 40%, com exceção das regiões autónomas (abaixo dos 30% em todos os períodos).

Unidades Territoriais	População empregada por conta de outrem na população em idade ativa (%)		
	2013	2019	2020
Norte	30,3	37,4	36,2
Centro	30,0	36,5	36,2
Área Metropolitana de Lisboa	36,3	42,4	41,4
Alentejo	26,9	33,5	33,3
Algarve	31,2	42,2	35,9
Região Autónoma dos Açores	Sem dados	28,9	27,0
Região Autónoma da Madeira	24,3	30,0	26,0
<b>Portugal</b>	<b>30,8</b>	<b>38,2</b>	<b>36,9</b>

Quadro 6 – Proporção de população empregada por conta de outrem na população em idade ativa por região, 2013, 2019 e 2020<sup>6</sup>. Fonte: INE (2023o)

Contudo, numa abordagem local, dois aspetos devem ser destacados. O primeiro aspeto prende-se com a demonstração do perfil do emprego nacional fortemente ancorado no emprego próprio, na medida em que em apenas 15 dos 308 municípios predomina o emprego por conta de outrem (Figura 13), com particular destaque, em 2020, para Lisboa (92,4%) e Oeiras (80,4%). Tais municípios encontram-se dispersos pelo país e apresentam perfis económicos distintos: aos dois municípios referidos, juntam-se o Porto, Vila Nova de Cerveira, Sines, S. João da Madeira, Castro Verde e Azambuja, entre outros.

6. População empregada por conta de outrem por nível de escolaridade. Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0010382.html>

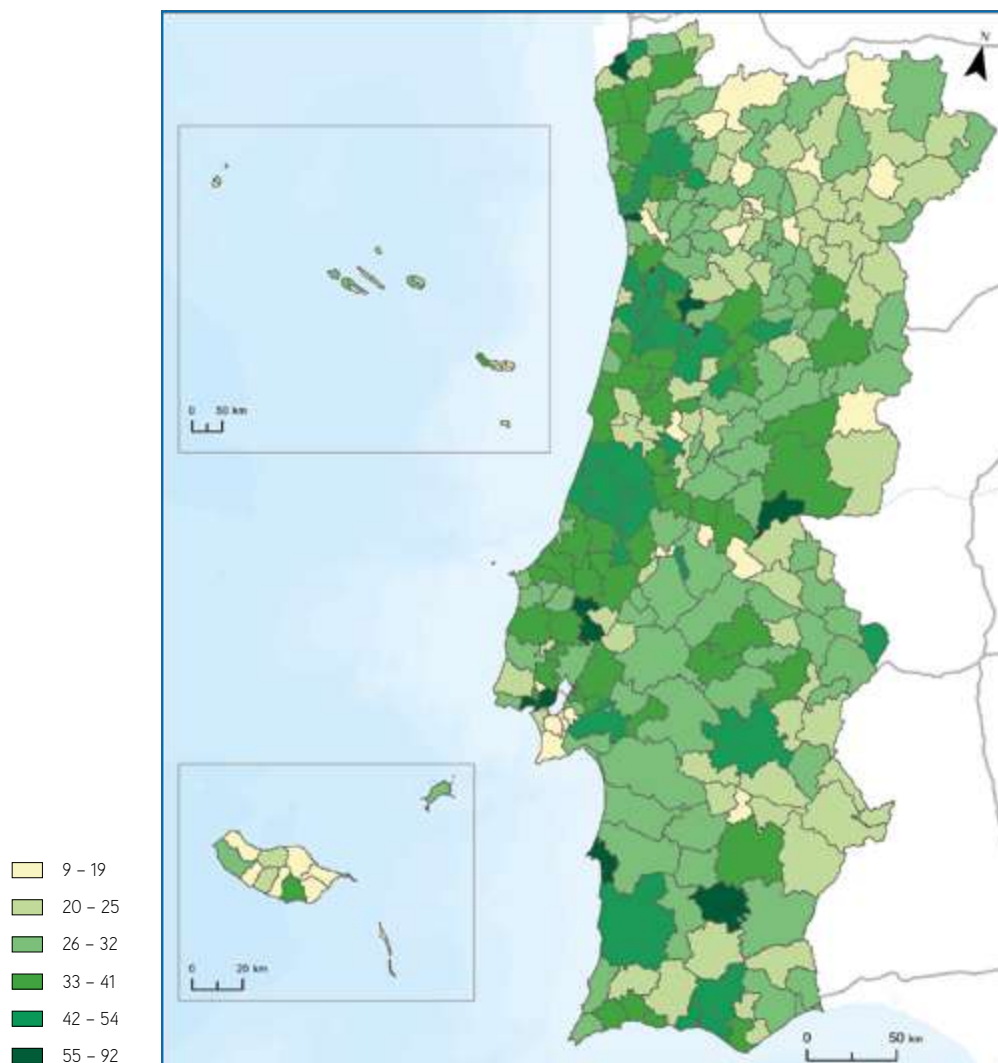


Figura 13 – Proporção (%) de população empregada por conta de outrem na população em idade ativa por município, 2020. Fonte: INE (2023o)

O segundo aspeto a salientar é a grande diversidade de situações dentro da própria Área Metropolitana de Lisboa, onde as elevadas proporções de empregados por conta de outrem dos municípios de centros nevrálgicos da economia nacional, contrastam com vários municípios da margem sul do Tejo (ex. Barreiro, Seixal, Almada e Moita, entre outros), que registam um perfil altamente centrado no emprego por conta própria, refletido numa proporção de emprego por conta de outrem inferior a 20%.

Por outro lado, na última década censitária 2011-2021, o desemprego em Portugal tem sido oscilante, reagindo negativamente a diversos fatores, nomeadamente contextos de crise nacional e/ou internacional no domínio económico-financeiro ou no domínio da saúde (Marques da Costa, 2017; Tavares *et al.*, 2022).

Em 2011, Portugal registou 8,2% de desempregados no total da população em idade ativa (Quadro 7), com maior incidência nas regiões Norte (10,4%) e Algarve (9,3%), reflexo do período de crise financeira global, agravado por uma dívida pública nacional elevada, um setor financeiro fragilizado e a implementação de medidas de austeridade, constringendo os domínios económico e social, resultado da solicitação de assistência financeira internacional ao Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, cujo Programa de Resgate Financeiro ficou conhecido como "Troika".



Unidades Territoriais	Desempregados na população em idade ativa (%)		
	2011	2019	2021
Norte	10,4	6,0	6,7
Centro	7,3	4,4	5,0
Área Metropolitana de Lisboa	7,6	4,4	6,3
Alentejo	6,9	5,2	5,7
Algarve	9,3	4,7	9,1
Região Autónoma dos Açores	Sem dados	9,3	4,2
Região Autónoma da Madeira	Sem dados	9,9	6,1
<b>Portugal</b>	<b>8,2</b>	<b>5,2</b>	<b>6,3</b>

Quadro 7 – Proporção de desempregados na população em idade ativa por região, 2011, 2019 e 2021<sup>7</sup>.  
Fonte: IEFP (2021)

Paulatinamente, a economia começou a evoluir positivamente e o desemprego decresceu para 5,2%. Mais uma vez, um novo fator externo, agora associado à pandemia de Covid-19, fez com que o sistema económico sofresse um novo embate, levando ao encerramento de diversas empresas ou à sua reestruturação e, conseqüentemente ao aumento do desemprego para 6,3%, em 2021. Ao nível local, em 2011, 20% dos municípios apresentava uma taxa de desemprego superior a 10% (Figura 14), com especial incidência e de forma generalizadas nas regiões Norte e Algarve, no primeiro relacionado com os impactes numa economia centrada na indústria, e no segundo relacionado com a preponderância da economia baseada no setor turístico; e ainda na faixa interior das regiões Centro e Alentejo.

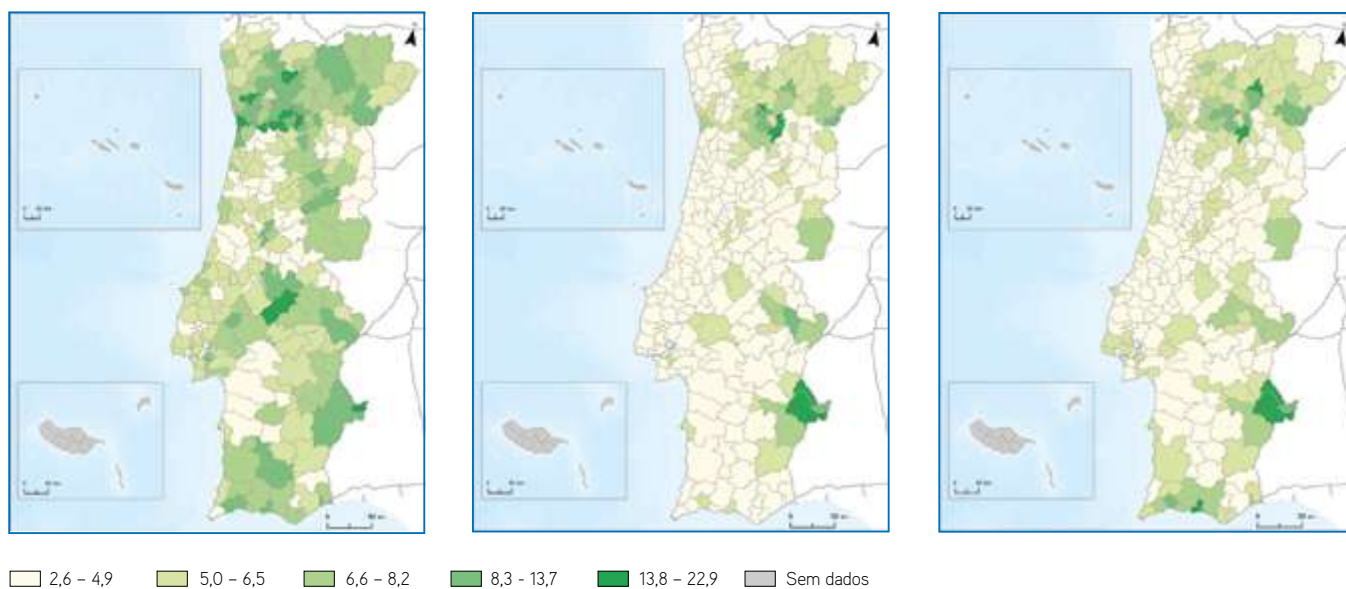


Figura 14 – Proporção (%) de desempregados na população em idade ativa por município, 2011, 2019 e 2021.  
Fonte: IEFP (2021)

7. Desempregados por nível de escolaridade.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0009991.html>

No ano pré-pandémico de 2019, apenas em 4% dos municípios se registava mais de 10% de desemprego, dispersos especialmente pela faixa interior e região Norte de Portugal (ex. Tabuaço, Moimenta da Beira, Santa Marta de Penaguião, Mourão, Moura, Monforte, Peso da Régua). O pós-pandemia veio evidenciar o desemprego nos municípios já vulneráveis em 2019, crescendo o fenómeno do desemprego em ambas as áreas metropolitanas e também no Algarve, fruto das restrições de movimento que afetaram fortemente o setor turístico.

### 2.2.3 Desigualdades espaciais dos rendimentos e poder de compra

Os rendimentos e o poder de compra são fundamentais para entender de que forma a população tem capacidade para atender às suas necessidades básicas, incluindo alimentação, habitação, saúde, no fundo, de que forma os indivíduos e as famílias conseguem cumprir com o direito a um nível de vida adequado, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Pereirinha *et al.*, 2020).

Por vários motivos, como a subida do salário mínimo e médio e o aumento das pensões, reformas e prestações sociais, o rendimento bruto declarado por agregado fiscal (Cardoso *et al.*, 2020), em Portugal, aumentou 19% entre 2015 e 2020 (de 16.686 euros para 19.866 euros) (Quadro 8).

Unidades Territoriais	Rendimento bruto médio declarado por agregado fiscal (€)		
	2015	2019	2020
Norte	15 002	17 383	18 392
Centro	15 557	17 866	18 848
Área Metropolitana de Lisboa	20 425	22 636	23 321
Alentejo	15 153	17 243	18 195
Algarve	14 469	16 576	17 218
Região Autónoma dos Açores	16 265	18 278	19 195
Região Autónoma da Madeira	15 951	18 053	19 021
<b>Portugal</b>	<b>16 686</b>	<b>18 988</b>	<b>19 866</b>

Quadro 8 – Rendimento bruto médio declarado por agregado fiscal (€) por região, 2015, 2019 e 2021<sup>8</sup>.  
Fonte: INE (2023r).

Entre as regiões portuguesas, a AML é a que mais se distancia positivamente da média nacional do rendimento bruto declarado por agregado fiscal (com 20 425 euros, em 2015, e 23 321 euros, em 2020), mas também aquela onde se registou menor crescimento (14%), contrariamente ao Algarve onde se verificam os menores valores médios (14 469 euros, em 2015, e 17 218 euros, em 2020) e um crescimento de 19%.

Se em 2011, era evidente a diferenciação de rendimentos entre a faixa litoral norte até Lisboa e alguns municípios dispersos, com maiores rendimentos médios, e a restante grande parte do país, em 2020, essa discrepância esbateu-se (Figura 15), suportado nos acréscimos consideráveis principalmente em municípios economicamente mais vulneráveis (27% dos municípios portugueses registaram um acréscimo do rendimento médio acima de 20% e 70% dos municípios acréscimos entre 10% e 20%). Cinfães, Santa Marta de Penaguião e Odemira apresentam os valores médios mais baixos (inferiores a 12.499€ por agregado), contrastando com Oeiras, Lisboa, Cascais e Alcochete, todos na AML, os únicos quatro municípios com valores médios por agregado acima dos 25.000€. A realidade da região Norte é ainda

8. Rendimento bruto declarado por agregado fiscal.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0009762.html>

merecedora de destaque. Entre 2015 e 2020, todas as sub-regiões registam um crescimento acima dos 20%, em particular no Ave (25%), Cávado (26%) e Tâmega e Sousa (27%), contrastando com um enclave de sub-regiões com os menores rendimentos brutos declarados médios por agregado, com cinco das oito sub-regiões abaixo dos 17.000 euros anuais (Tâmega e Sousa, Alto Tâmega, Douro, Alto Minho e Ave).

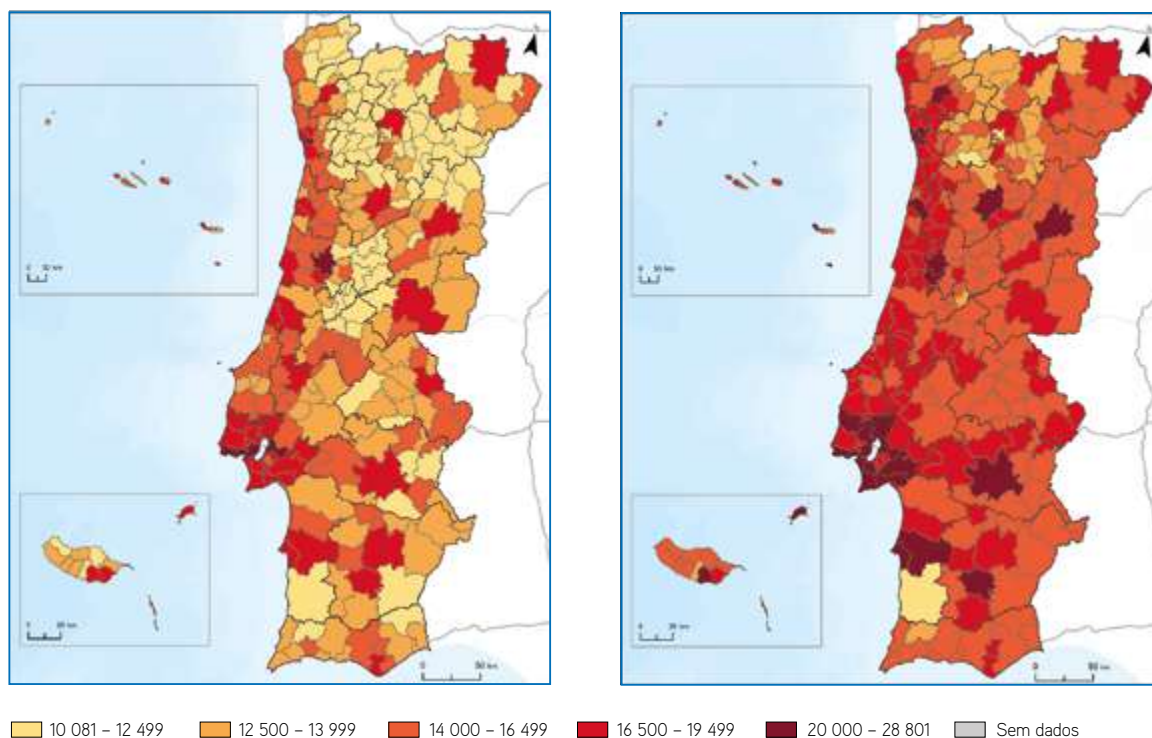


Figura 15 – Rendimento bruto médio declarado por agregado fiscal (€) por município, 2015 e 2020.  
Fonte: INE (2023r)

Como indicador socioeconómico, o poder de compra *per capita* demonstra a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte das pessoas, relacionando-se com o rendimento disponível e com o custo de vida da área de residência. Neste caso, tendo Portugal como unidade de base (índice=100), um poder de compra *per capita* inferior a 100 reflete um poder de compra da população de determinado território abaixo da média nacional, enquanto acima de 100 espelha uma capacidade de compra acima da média nacional.

Contudo, importa atender que estes acréscimos são parcialmente anulados pelas taxas de inflação anuais (embora em 2020 a inflação tenha sido de -0,01), mantendo-se a diferenciação territorial.

Em 2011, a AML era a única região com um poder de compra *per capita* acima da média nacional (PPP=131) (Quadro 9), enquanto o Algarve se apresentava próximo do índice nacional (96,7) e as restantes regiões abaixo de 90. Entre 2011 e 2019, observou-se uma convergência entre as várias regiões portuguesas, por dois motivos. Por um lado, o poder de compra *per capita* da AML decresceu para 121,8, mantendo-se ainda como a região com maior poder de compra *per capita*. Por outro, todas as restantes regiões registaram um aumento do índice, incluindo a RAA, região com o menor valor em ambos os períodos. Deste conjunto, a região do Algarve foi a única que, por muito pouco, ultrapassou o índice nacional (100,8), enquanto a região Centro como o Alentejo foram as que registaram menor evolução.

Unidades Territoriais	Poder de compra per capita (índice)		
	2011	2019	2021
Norte	89,2	93,0	92,9
Centro	87,5	88,7	89,9
Área Metropolitana de Lisboa	131,0	121,8	121,4
Alentejo	88,0	90,8	90,6
Algarve	96,7	100,8	99,5
Região Autónoma dos Açores	82,4	88,0	87,4
Região Autónoma da Madeira	85,1	87,8	87,2
<b>Portugal</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Quadro 9 – Poder de compra per capita (Portugal=100) por região, 2011, 2019 e 2021<sup>9</sup>. Fonte: INE (2023n)

Entre 2011 e 2019, eram poucas as sub-regiões cujo poder de compra *per capita* era superior ao índice nacional: AML e AMP, em 2011, a que acresce o Algarve, em 2019. A proximidade às duas grandes cidades do país revela-se como um dos principais impulsionadores: metade dos municípios com poder de compra acima do valor nacional estão localizados numa das áreas metropolitanas, surgindo depois casos espacialmente isolados, como Sines, Coimbra, Aveiro, Faro, Loulé e Évora (Figura 16).

Por sua vez, é notória uma evolução positiva relativamente aos territórios com menor índice de poder de compra *per capita* (Figura 16): dos 114 municípios com índice inferior a 68, em 2011, distribuídos essencialmente pela grande faixa interior do país e o eixo central das regiões Norte e Centro, em 2019, apenas 44 se mantiveram nesta situação, especialmente concentrados no interior Norte e Centro. Nesta área mais vulnerável, sobressaem positivamente os municípios hierarquicamente superiores da rede urbana: Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda e Castelo Branco.

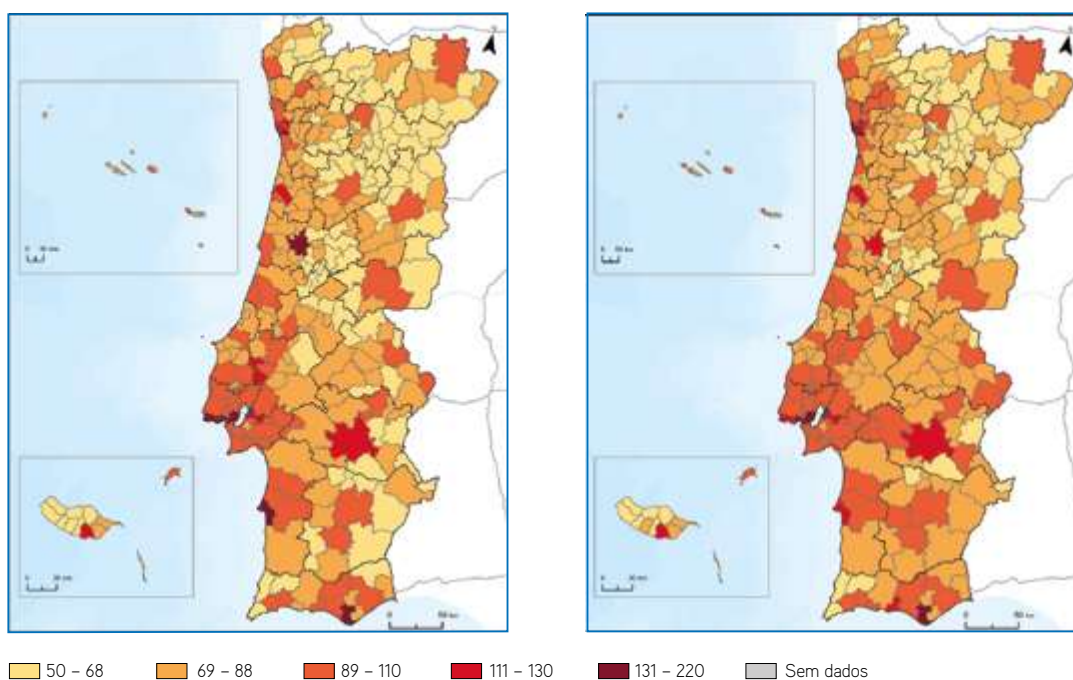


Figura 16 – Poder de compra per capita (Portugal=100) por município, 2011 e 2019. Fonte: INE (2023n)

9. Poder de compra per capita.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0008614.html>

## 2.3 ATRATIVIDADE DOS TERRITÓRIOS

São vários os fatores que promovem a atratividade territorial. Considerando a esfera económica e empresarial, a infraestruturização, o acesso aos mercados e a existência de instituições de Inovação & Desenvolvimento, são alguns dos fatores fundamentais, a que acresce a estabilidade política e social, a qualidade de vida ou, ainda, a sustentabilidade ambiental.

Por exemplo, a habitação, incluindo os seus custos e dinâmicas de construção, é fundamental para a fixação/repulsão de população em idade ativa; o investimento em cultura, desporto e ambiente pelas autarquias revela a sua intenção de apoiar tais setores; a capacidade turística associada a diferentes tipos de produtos turísticos (sol & mar, rural, etc.) é também impulsionadora de dinâmica em diversos setores da economia, nomeadamente, alojamentos e restauração. É ainda de destacar a atração de financiamento proveniente de programas nacionais e regionais que permitem alavancar o desenvolvimento do território, nas suas diversas componentes económica, social e ambiental.

### 2.3.1 Habitação: custos e disponibilidade

A habitação é um dos principais fatores de atração ou não das regiões, considerando que o seu custo representa uma parte relevante do orçamento mensal dos agregados familiares. Tanto o arrendamento como a aquisição de habitação própria têm registado uma evolução oscilante, reagindo a momentos de crise económica ou, pelo contrário, a momentos de crescimento económico. Ultimamente, e apesar de a pandemia de Covid-19 ter impactado negativamente o PIB (quase 8% em 2020) e do galopar da inflação não acompanhado pelos salários dos agregados (já que a taxa de inflação em 2021 e 2022 foi de 1,3% e 7,8%, respetivamente), o preço das casas continuou numa tendência crescente (Rodrigues *et al.*, 2022), gerando uma crise habitacional.

Observando o arrendamento em Portugal, o valor mediano de um contrato de arrendamento de um alojamento com 100m<sup>2</sup> situava-se nos 440€ mensais em 2017, aumentando para 530€ em 2019 – último ano antes da crise pandémica, e para 600€ em 2021 (Quadro 10), refletindo um aumento de 36,4%. As diferenças regionais são notórias e crescentes, especialmente se considerarmos que a variação entre os valores medianos das regiões mais díspares está a aumentar (a diferença de 270€ aumentou para 490€, entre 2017 e 2021). A AML destaca-se, simultaneamente, como região com maior custo de arrendamento (890 euros por 100m<sup>2</sup>, em 2021) e também aquela que registou maior acréscimo entre 2017 e 2021; seguida do Algarve e RAM, com valores acima dos 600 euros por 100 m<sup>2</sup>, contraponto com valores próximos dos 400 euros para a mesma área no Centro, Alentejo e Açores, que registaram os menores crescimentos.

Quanto à venda de alojamentos, em 2016, em termos medianos, um alojamento com 100m<sup>2</sup> custaria ao agregado familiar cerca de 86 600€ (Quadro 10), tendo este valor subido para 108 100€, em 2019, e para 118 800€ em 2020, traduzindo-se num aumento de 37,2%. O padrão de crescimento do valor de venda e das discrepâncias regionais é similar ao verificado na dinâmica de arrendamento.

Neste caso, é o Algarve que apresenta os valores medianos por m<sup>2</sup> mais elevados e que também registou o maior incremento: um alojamento familiar de 100m<sup>2</sup> custava 127 000€ em 2016, 165 500€ em 2019 e 177 100€ em 2020 (Quadro 10). Este fenómeno é conotado com a grande atração de população estrangeira caracterizada pela sua grande disponibilidade económica e, também, a uma capacidade de atração turística muito elevada, uma parte recorrendo a alojamentos familiares. Segue-se a AML, com valores aproximados, e a RAM, ambas com valores acima dos 1000€/m<sup>2</sup>. Por outro lado, o Centro, o Alentejo e a RAA são as regiões portuguesas onde o custo da aquisição de habitação é menor, na medida em que

o valor mediano de vendas do m<sup>2</sup> de alojamentos familiares ficou abaixo de 1000 euros em 2020, e que registaram menores aumentos brutos entre 2016 e 2020.

Unidades Territoriais	Valor mediano das rendas por m <sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de aloj. fam.			Valor mediano das vendas por m <sup>2</sup> de alojamentos familiares		
	2017	2019	2021	2016	2019	2021
Norte	3,8	4,6	5,2	720	940	1 041
Centro	3,4	3,9	4,2	650	781	839
Área Metropolitana de Lisboa	6,1	8,1	8,9	1 181	1 460	1 630
Alentejo	3,4	3,6	4,0	589	680	743
Algarve	5,0	6,3	6,9	1 270	1 655	1 771
Região Autónoma dos Açores	3,5	3,9	4,1	644	778	878
Região Autónoma da Madeira	5,2	6,0	6,3	1 024	1 196	1 322
<b>Portugal</b>	<b>4,4</b>	<b>5,3</b>	<b>6,0</b>	<b>866</b>	<b>1 081</b>	<b>1 188</b>

Quadro 10 – Valor mediano (€) das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por região, 2017, 2019 e 2021; e Valor mediano (€) das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares por região, 2016, 2019 e 2020<sup>10</sup>. Fonte: INE (2022d, 2023t)

Neste caso, os fatores "pertença a áreas metropolitanas" e "proximidade ao litoral" revelam-se preponderantes para um maior custo de renda ou da aquisição habitacional (Figura 17 e Figura 18). Em ambas as áreas metropolitanas é possível distinguir um padrão em coroa, diminuindo a renda mediana em função da distância às grandes cidades de Lisboa e Porto. Todo o restante litoral português revela valores de renda com relevo, com especial incidência no Algarve, emergindo algumas exceções como Évora, Beja, Covilhã, Vila Real e Chaves.

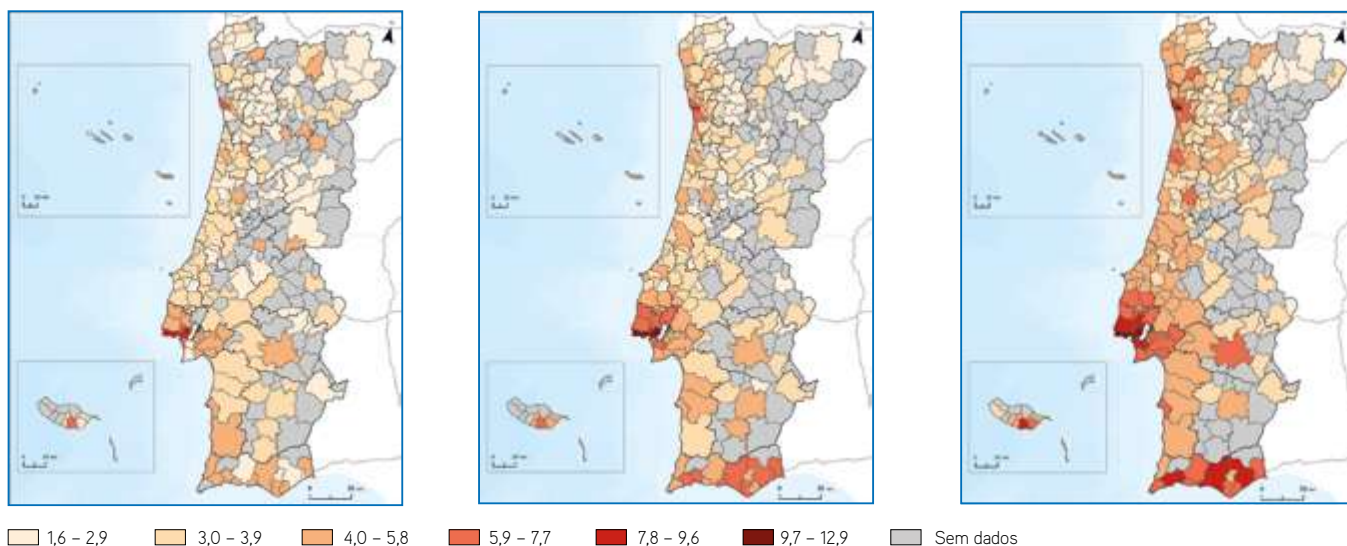


Figura 17 – Valor mediano (€) das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares por município, 2017, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023t)

10. Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares. Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0009490.html>  
 Valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares. Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0008038.html>

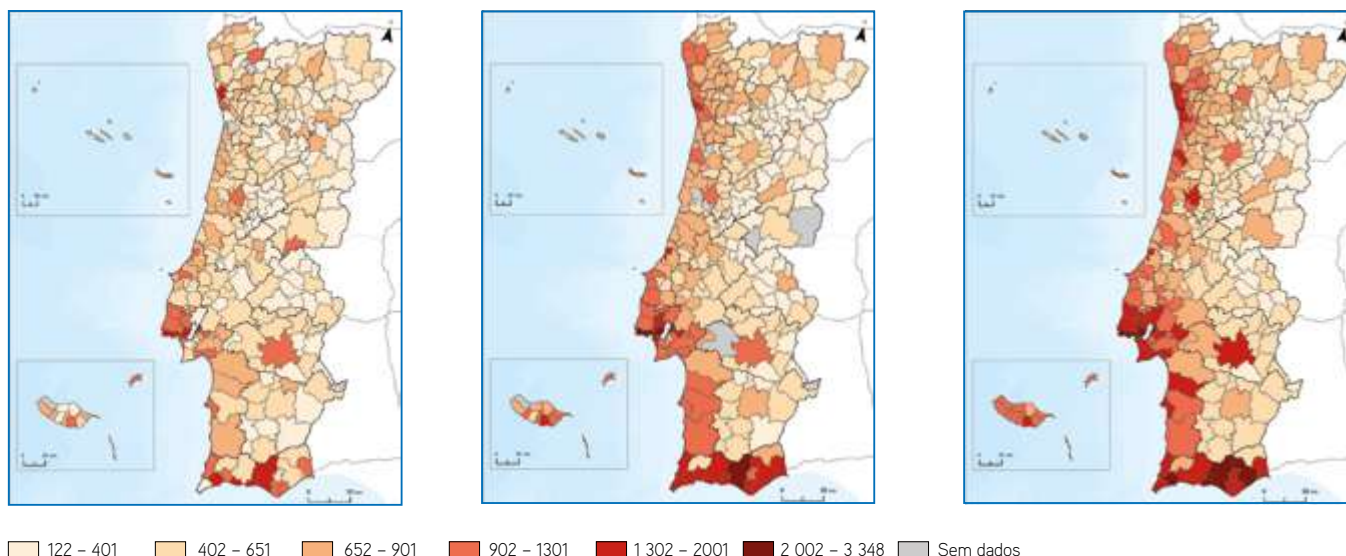


Figura 18 – Valor mediano (€) das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares por região, 2016, 2019 e 2021.  
Fonte: INE (2022d)

A disponibilidade de habitação relaciona-se intimamente com os seus custos. Contudo, nos últimos anos, a dinâmica de construção tem sido fustigada com crises económico-financeiras, a pandemia e ainda a guerra Rússia-Ucrânia, interferindo nos mercados económicos e disponibilidade de materiais.

Em 2011, Portugal registou 4,5 construções novas por cada 1000 alojamentos, caindo para metade em 2019, mas aumentando para 3,3 em 2021 (Quadro 11). No primeiro período, foi visível a diferenciação regional, contrapondo uma maior dinâmica de nova construção na RAA, RAM e Algarve (acima de 5 construções novas por 1000 alojamentos), contrariamente à AML e o Alentejo. De 2011 para 2019, todas as regiões registaram um decréscimo superior a 50%, salvo o Norte e AML. Em 2021, dá-se um recrudescimento da construção em todas as regiões, embora abaixo dos valores de 2011, destacando-se as regiões Norte e RAA (acima de 4 construções novas por 1000 alojamentos).

Unidades Territoriais	Construções Novas para Arrendamento ou Venda por 1000 alojamentos		
	2011	2019	2021
Norte	5,0	2,7	4,3
Centro	4,9	2,1	2,6
Área Metropolitana de Lisboa	3,2	1,7	2,9
Alentejo	3,5	1,4	1,7
Algarve	5,6	2,4	3,6
Região Autónoma dos Açores	6,4	3,1	4,2
Região Autónoma da Madeira	5,0	2,2	2,8
<b>Portugal</b>	<b>4,5</b>	<b>2,2</b>	<b>3,3</b>

Quadro 11 – Número de construções Novas para Arrendamento ou Venda por 1000 alojamentos por região, 2011, 2019 e 2021<sup>11</sup>. Fonte: INE (2023j)

11. Construções Novas para Arrendamento ou Venda.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/1001085.html>

A proporção de novas construções não revela padrões geográficos claros, excetuando uma suave tendência para maiores dinâmicas construtivas no litoral e, especificamente, na região Norte. Em 2021, os maiores valores surgem na Murtosa e Mortágua, no Centro, e Mafra, na AML.

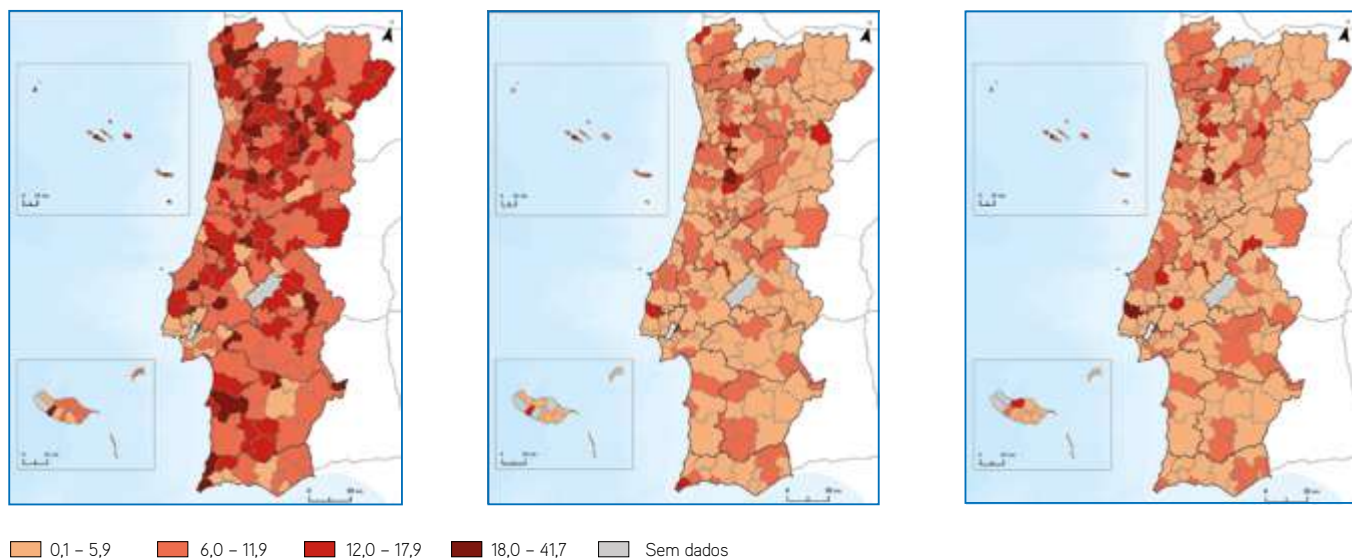


Figura 19 – Número de construções Novas para Arrendamento ou Venda por 1000 alojamentos por município, 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023j)

### 2.3.2 Despesas em cultura, desporto e ambiente

As dinâmicas e estratégias autárquicas são também fundamentais para a análise da atratividade dos territórios, refletindo, por vezes as opções estratégicas municipais, mas também as necessidades de acordo com as especificidades do território e da população.

Um dos exemplos prende-se com as despesas correntes e de capital para cultura e desporto pelas autarquias (incluindo assim despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, juros, investimentos em infraestruturas e equipamentos, etc.), distribuída pelas diversas atividades, tais como artes visuais e artes do espetáculo, bibliotecas e arquivos, património cultural, atividades desportivas, entre outras.

Em Portugal, a proporção de despesa das câmaras municipais em cultura e desporto em relação ao total das despesas autárquicas mostrou uma tendência ligeiramente crescente entre 2017 e 2019, de 9,3% para os 9,6%, mas de retrocesso entre 2019 e 2021, descendo para os 8,2% (Quadro 12). Em 2011, destacavam-se as regiões Norte, Centro e RAA com valores acima dos 10%, situação que já não se verificou em 2021, onde os valores se situavam entre 8% e 9% em todas as regiões com exceção da AML (6%) e a RAM (4%). Com exceção da AML e da RAA, as restantes regiões seguiram a tendência nacional ao longo dos três períodos de análise.



Unidades Territoriais	Despesas das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesas (%)			Despesas em ambiente (€) dos municípios por 1000 habitantes		
	2017	2019	2021	2011	2019	2021
Norte	10,1	10,2	8,4	40 693	59 170	60 251
Centro	10,2	10,8	9,8	45 694	81 681	76 868
Área Metropolitana de Lisboa	7,2	7,2	6,4	78 953	112 484	94 071
Alentejo	10,8	11,6	9,5	53 650	111 623	121 303
Algarve	8,9	10,9	9,2	76 889	163 976	169 451
Região Autónoma dos Açores	11,5	9,0	9,1	57 838	58 150	86 468
Região Autónoma da Madeira	5,3	6,4	4,2	135 878	158 288	130 774
<b>Portugal</b>	<b>9,3</b>	<b>9,6</b>	<b>8,2</b>	<b>57 298</b>	<b>89 445</b>	<b>84 622</b>

Quadro 12 – Proporção de despesas das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesas (%) por região, 2017, 2019 e 2021; e Despesas em ambiente (€) dos municípios por 1000 habitantes por região, 2011, 2019 e 2021<sup>12</sup>. Fonte: INE (2023f, 2023g).

O padrão intrarregional das despesas é muito diverso, reflexo da opção estratégica municipal: cerca de 37% dos municípios em 2011 e 2021 situavam-se no patamar de alocação de despesas em cultura e desporto acima dos 10%, passando para quase metade dos municípios em 2019, em período de pré-pandemia (Figura 20). Nos três períodos destaca-se Viana do Alentejo perto dos 30%, em 2011 e 2021, e 55% em 2019. Penamacor, Albergaria-a-Velha e Abrantes situam-se perto dos 20% em 2021. No polo oposto, Trofa, Corvo e Lages das Flores apenas despendem 1% da sua despesa total em cultura e desporto.

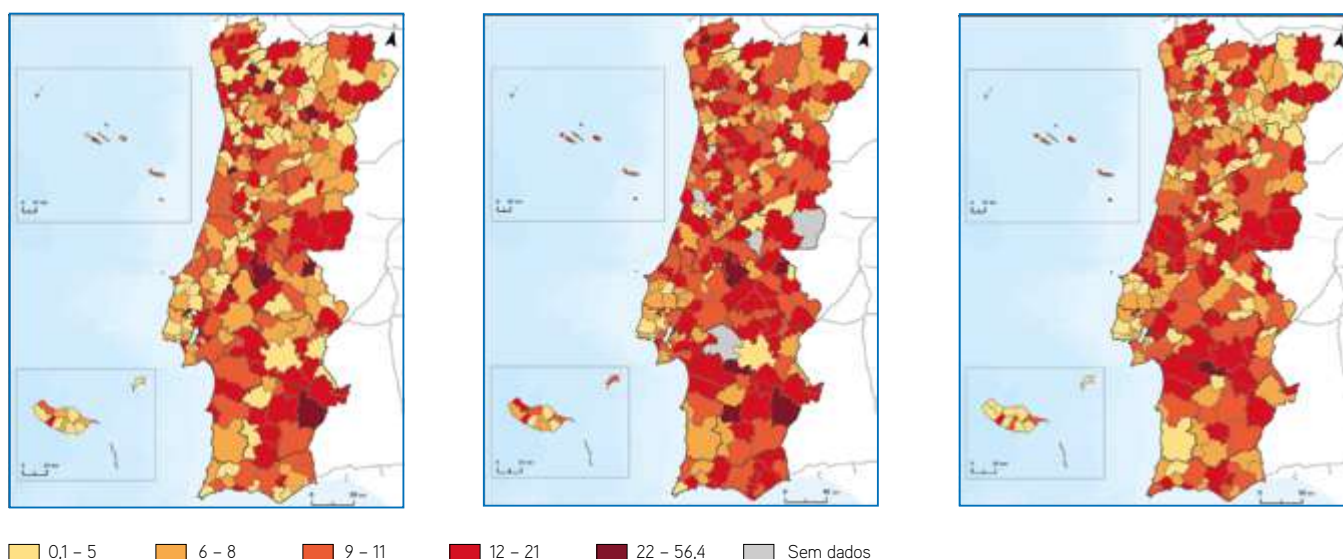


Figura 20 – Proporção de despesas (%) das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesas por município, 2014, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023f)

12. % despesas dos municípios em cultura e desporto.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0010322.html>

Despesas em ambiente. Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0008291.html>

Também uma parte da despesa autárquicas destina-se ao ambiente, especificamente relacionadas com a qualidade do ar; ruídos e vibrações; radiações; gestão de resíduos, águas e de águas residuais; proteção da biodiversidade e paisagem e proteção e recuperação de solos, entre outras.

O valor da despesa em ambiente por 1000 habitantes, em Portugal, aumentou na última década censitária, de 57.298€ para 84.622€, valor ainda mais elevado em 2019 (89 445€) (Quadro 12). Em 2017, a RAM era, por larga margem, aquela onde mais se despendeu (135 878€), seguida pela AML (78 953€) e Algarve (76 889€), contrapondo com as regiões Centro (45 694€) e Norte (40 693€). Em 2019, em período pré-pandémico, o Algarve destacou-se na maior despesa média em ambiente (163 451€ por 1000 habitantes), acompanhado pela AML, Alentejo e RAM, todas acima dos 100 mil euros por cada 1000 habitantes. Entre 2019 e 2021, Centro, AML e RAM foram as regiões que registaram um decréscimo nas despesas em

ambiente, embora se destaque que, assumindo a variação entre 2021 e 2011, os gastos no Alentejo e no Algarve mais que duplicaram, em parte pela forte associação às condições ambientais das regiões associadas à importante gestão dos recursos naturais, nomeadamente da água. Por sua vez, a RAM é a única que registou uma variação negativa de 4%.

As maiores despesas em ambiente (euros por 1000hab.) apresenta uma incidência metropolitana (particularmente na AML), litoralizada e relacionada com o sistema urbano nacional, onde se destacam as cidades de Leiria e Santarém, algumas cidades algarvias, como Loulé, Albufeira, lagoa e Lagos, e na faixa interior Beja, Évora, Guarda, Viseu, Bragança, Mirandela e Chaves (Figura 21).

### 2.3.2 Atratividade turística

O potencial de atratividade turística, e dado o reconhecimento e procura de Portugal como destino turístico, reflete-se na capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico, ou seja, no número máximo de indivíduos que os estabelecimentos de alojamento turístico conseguem suportar. Apesar do início tardio, o fenómeno do turismo em Portugal cresceu exponencialmente nas últimas décadas (Brito-Henriques & Larrabure, 2021). Em termos globais, assistiu-se a um aumento da capacidade de alojamento entre 2017 e 2019, na ordem dos 10%, correspondendo a camas disponíveis para mais de

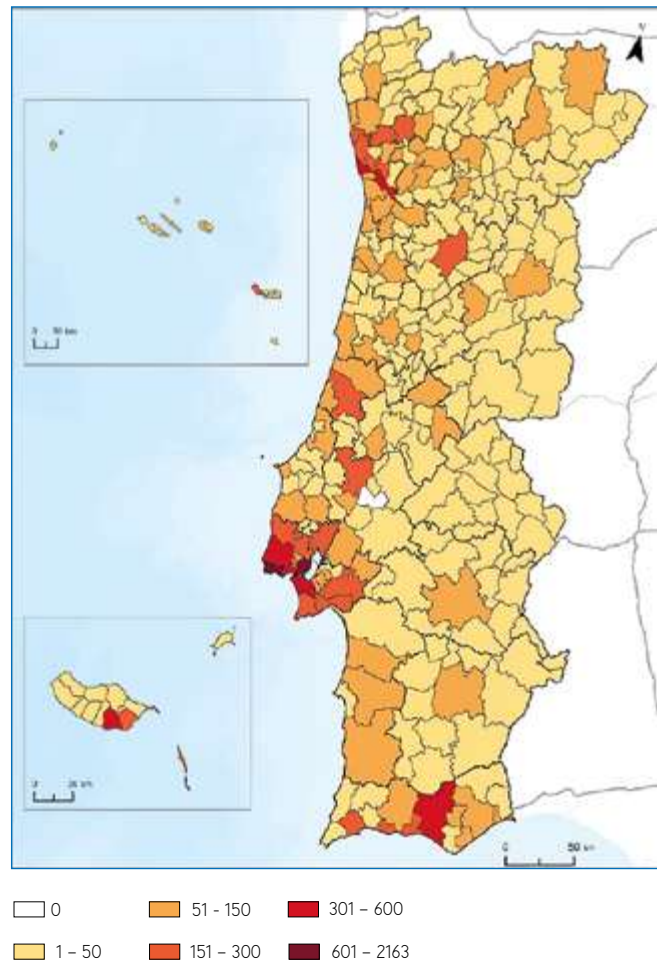


Figura 21 – Despesas em ambiente (€) por 1000 habitantes por município, 2011. Fonte: INE (2023g)

440 mil indivíduos. Todavia, e, em parte, efeito da pandemia, entre 2019 e 2021, esta disponibilidade regrediu para valores próximos dos verificados em 2017, próximos das 404 mil respostas (Quadro 13).

Em todos os períodos, as regiões do Algarve e da AML demonstraram disponibilizar as maiores capacidades turísticas (mais de 120 mil e cerca de 80 mil respostas, respetivamente), por associação aos diversos produtos turísticos disponíveis e vocação para o turismo de massas. Considerando a sequência dos períodos 2017-2019 e 2019-2021, quase todas as regiões observaram um padrão de crescimento seguido de decréscimo de capacidade turística, excetuando a RAM, que evidenciou uma tendência decrescente em ambos. No primeiro período, de crescimento generalizado, é de destacar o comportamento da RAA (crescimento de 37%), seguida do Norte (18%). Por sua vez, o efeito da pandemia nesta dinâmica resultou na quebra da capacidade de alojamentos turísticos especialmente nas regiões mais turísticas (-16% na AML e RAM, -8% na RAA e -7% no Algarve).

Unidades Territoriais	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico		
	2017	2019	2021
Norte	62 855	73 987	71 402
Centro	58 418	63 673	60 055
Área Metropolitana de Lisboa	80 416	92 174	77 880
Alentejo	22 861	25 941	25 347
Algarve	127 583	134 042	124 273
Região Autónoma dos Açores	11 544	15 791	14 568
Região Autónoma da Madeira	39 155	37 549	31 332
Portugal	402 832	443 157	404 857

Quadro 13 – Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por região, 2017, 2019, 2021<sup>13</sup>. Fonte: INE (2023d)

Ao nível local, observa-se uma grande dispersão da capacidade de alojamento pelo país, com o destaque já referido para o Algarve e AML (Figura 22). Contudo, enquanto no Algarve se verifica uma distribuição da capacidade por vários municípios, especialmente junto ao litoral a que se associam a oferta do turismo de Sol & Mar, turismo de golfe e turismo residencial (ex. Albufeira com mais de 50 mil camas – 36% da região, Loulé, Portimão e Lagoa entre as 10 mil e 20 mil camas), na AML a cidade de Lisboa apresenta uma importância acentuada, agregando 67% da capacidade regional, numa clara aposta no turismo diversificado entre o turismo cultural e de eventos, enoturismo e turismo de natureza, turismo náutico, *city break*, entre outros; a que se segue Cascais (9% da AML) (Brito-Henriques & Larrabure, 2021). Com mais de 10 mil camas de capacidade, acresce-se ainda a cidade do Porto (quase 21 mil) e Funchal (mais de 18 mil). Há também uma oferta evidente no litoral atlântico do país e nas maiores cidades do interior, destacando-se Ourém por associação ao Santuário de Fátima, Covilhã em muito relacionado com a Serra da Estrela, Évora, Ponta Delgada, Coimbra e Braga, enquanto cerca de 70% dos municípios apresenta uma capacidade inferior a 1000 indivíduos nos seus alojamentos turísticos.

13. Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/0009875.html>

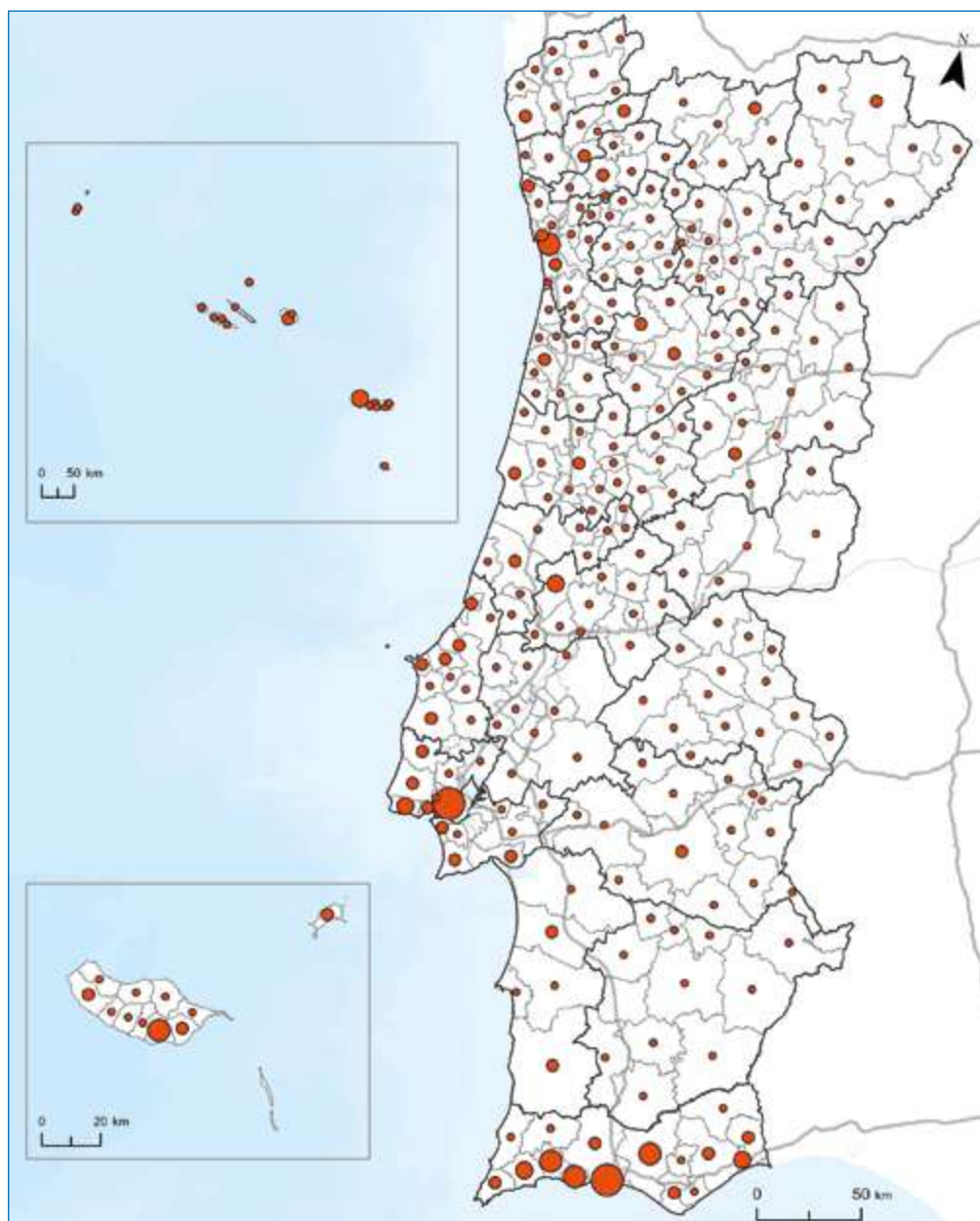


Figura 22 – Capacidade (nº) de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, 2021. Fonte: INE (2023d)

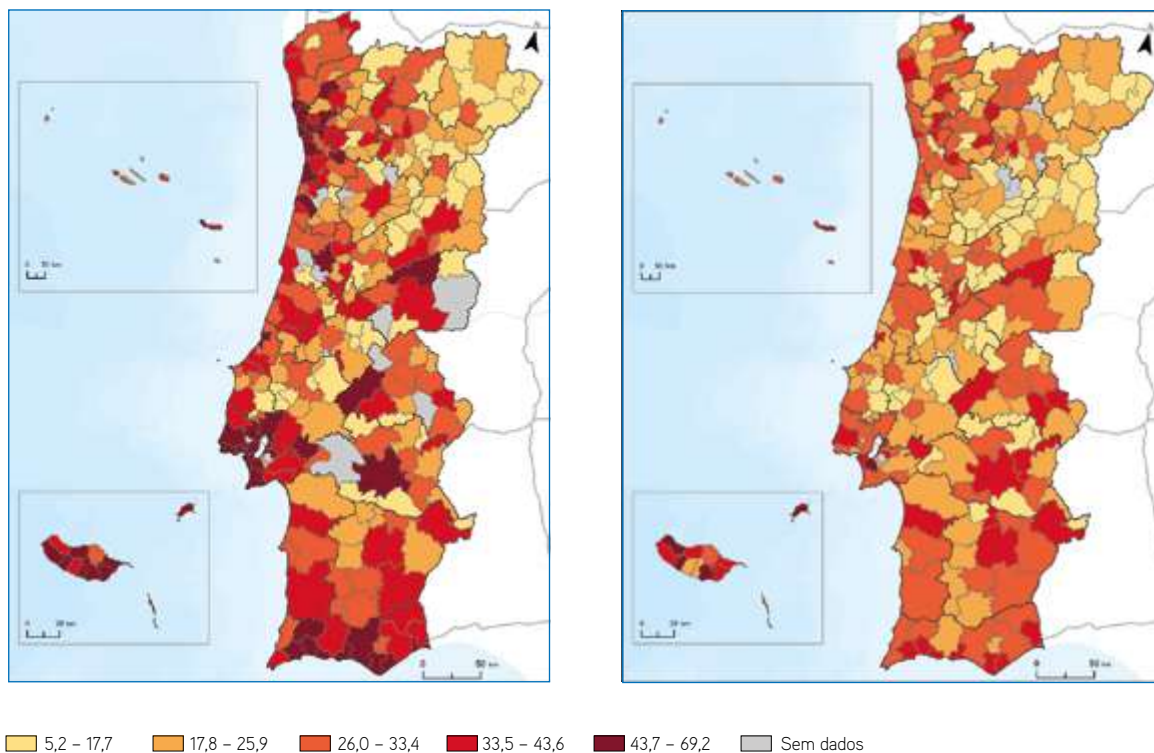


Figura 23 – Taxa líquida de ocupação (%) dos estabelecimentos turísticos por município, 2019 e 2021.  
Fonte: INE (2023d)

Tal distribuição apresenta correlações positivas moderadas com a "densidade populacional" (0,439) (muito relacionado com a rede urbana nacional, como referido), com o "poder de compra per capita" (0,536), "Proporção de população estrangeira que requisitou estatuto de residente" (0,483) e, especialmente, "valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos familiares" (0,602), a que se poderá associar parcialmente o fenómeno de turistificação baseado nas dinâmicas recentes de alojamento local. Em síntese, relacionam positivamente uma maior dinâmica do potencial turístico a territórios mais urbanos e com maior capital associado.

Por sua vez, importa olhar para a procura turística, aqui representada pela taxa líquida de ocupação dos estabelecimentos turísticos (Figura 23). Entre 2011 e 2019, a dinâmica de ocupação estava em evidente crescendo. Por exemplo, municípios com ocupações acima de 50% evoluíram de cinco casos – Lisboa e quatro na RAM – em 2011, para 27, especialmente localizados nas duas áreas metropolitanas e na RAM). Em 2019, para além das áreas referidas, era uma evidente taxa de ocupação bastante positiva em todo o litoral nacional, com particular destaque para ambas as áreas metropolitanas e Algarve, e ainda em alguns municípios dispersos, como Covilhã, Coimbra, Nazaré, Ponte de Sor e Évora.

A pandemia veio refrear drasticamente esta dinâmica positiva (Alpestana, 2020), fazendo com que, em 2021, apenas três municípios registassem ocupações superiores a 50% (Seixal, Vila Franca do Campo e Vila Franca do Algarve).

Os financiamentos comunitários têm desempenhado um papel significativo no desenvolvimento económico e social de Portugal, permitindo alavancar, ao longo do tempo, áreas tão distintas como o desenvolvimento e a inovação, o empreendedorismo e competitividade, a infraestruturação do território, incluindo transportes e energias renováveis, ou a qualificação da população (CCRE-CEMR, 2022). Alinhado com a Estratégia EUROPA 2020, o Acordo de Parceria assinado entre Portugal e a Comissão Europeia teve

em vista a consagração da política de desenvolvimento económico, social e territorial para o período 2014-2020. Tal estratégia respondeu a quatro domínios temáticos: "Competitividade e Internacionalização", "Inclusão Social e Emprego", "Capital Humano" e "Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos" (Portugal 2020, 2022).

Neste contexto, entre 2014 e 2021, foram investidos 1.475€ por habitante em financiamento associado ao Portugal 2020 (Quadro 14), favorecendo claramente as regiões menos desenvolvidas e, simultaneamente, menos densas, como a Região Autónoma dos Açores (3.918€/hab.) e o Alentejo (2.364€/hab.), cumprindo o desígnio de desenvolvimento e coesão territorial (Quadro 14). Por sua vez, as duas regiões mais desenvolvidas (PIB/capita acima de 90% do PIB/capita da EU-27) revelam capitações substancialmente inferiores (389€/capita na AML e 746€/capita no Algarve). Excluído o efeito *per capita*, foi na região Norte que se registou o maior volume de investimento (6.443 milhões de euros), seguida do Centro (4.335 milhões de euros), havendo um fosso significativo para as restantes regiões, em particular a RAM (496 milhões de euros) e o Algarve (350 milhões de euros).

Unidades Territoriais	Investimento (€) associado ao programa Portugal2020 per capita (2014-2021)	Investimento (€) associado ao programa REACT-EU per capita (2020-2021)
Norte	1 785	69
Centro	1 924	69
Área Metropolitana de Lisboa	389	246
Alentejo	2 364	49
Algarve	746	300
Região Autónoma dos Açores	3 918	178
Região Autónoma da Madeira	1 964	111
<b>Portugal</b>	<b>1 475</b>	<b>131</b>

Quadro 14 – Investimento (€) associado ao programa Portugal 2020 *per capita* (2014-2021) por região; e Investimento (€) associado ao programa REACT-EU per capita (2020-2021) por região<sup>14</sup>.  
Fonte: Portugal 2020 (2022a, 2022b)

As diferenças regionais acabam por esconder as intrarregionais (Figura 24). Na AML e Algarve há comportamento intrarregional similar, enquanto no Alentejo observam-se maiores capitações na faixa interior, com destaque para os municípios de Marvão, Monforte, Avis, Évora, Cuba, Alvito e Sines. Nas regiões Norte, Centro e RAM este indicador relaciona-se com a ocupação urbana (uma maior capitação nos municípios com maior população urbana), com exceção do verificado na AMP, que a par da outra área metropolitana, apresenta valores de capitação reduzidos, e nas envolventes de algumas cidades importantes, como Aveiro, Viseu e Guarda.

14. Investimento associado ao programa Portugal2020.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/1011120.html>

Investimento associado ao programa REACT-EU.

Acesso ao indicador estatístico do Observatório: <https://www.ccp.pt/ccp.pt/powerbi/1011121.html>

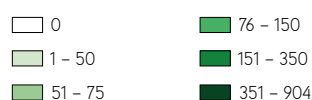
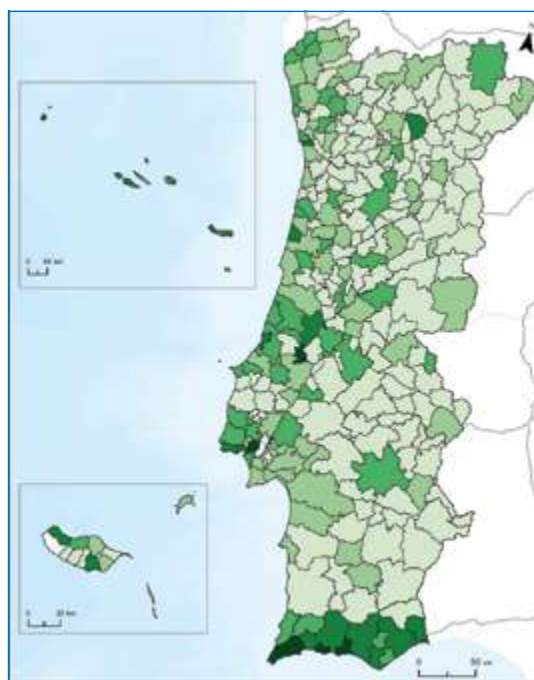
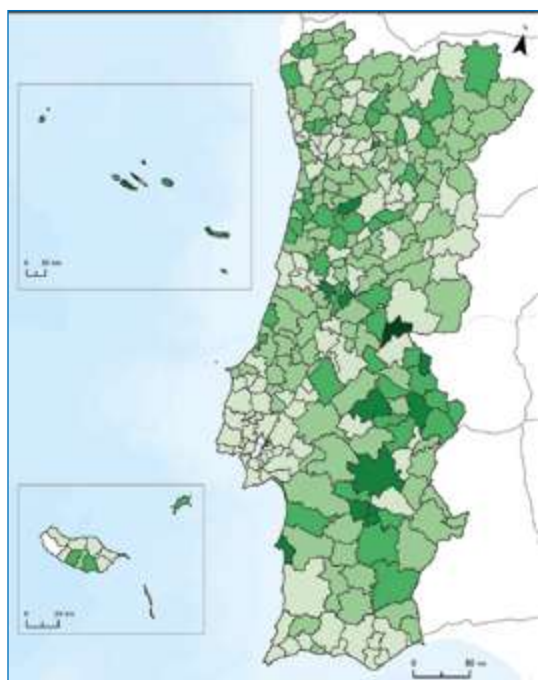


Figura 24 – Investimento (€) associado ao programa Portugal2020 (2014-2021) per capita por município. Fonte: Portugal 2020 (2022a)

Figura 25 – Investimento (€) associado ao programa REACT-EU per capita (2020-2021) por município. Fonte: Portugal 2020 (2022b)

Para o período 2021-2027, prevê-se um orçamento total da política de coesão em Portugal de 29,8 biliões de euros, com o contributo europeu de 21,7 biliões de euros (CCRE-CEMR, 2022).

Recentemente, o programa REACT-EU, cujo objetivo centrou-se em minimizar os prejuízos sociais e económicos resultantes da pandemia nas regiões mais afetadas, através de uma intervenção orientada para a recuperação ecológica, digital e resiliente (Parlamento Europeu, 2023), Portugal recebeu 13,9 mil milhões de euros em subvenções, dos quais 28% investidos na "Transição verde", 24% no "Crescimento inteligente, sustentável e inclusivo" e 23% na "Coesão social e territorial", estando os restantes distribuídos pelos eixos da "Transformação digital", "Saúde e resiliência económica, social e institucional à crise" e "Políticas para a próxima geração" (CCRE-CEMR, 2022).

Olhando para o montante aprovado de investimento per capita, entre 2020 e 2021, associado ao programa REACT-EU, ressaltam as regiões do Algarve (300€/capita) e AML (246€/capita) quando comparado com o valor nacional de 131€/capita (Quadro 14). No primeiro, o fenómeno é generalizado pela região (Figura 25), com registo notável em vários municípios (ex. 817€/capita em Albufeira, 654€/capita em Vila do Bispo, 470€/capita em Lagoa); na AML emerge Lisboa (903€/capita), seguida de Cascais e Oeiras (187 e 159€/capita, respetivamente), contrariamente aos valores dos municípios da margem sul (30€/capita na Moita e entre 50 a 55€/capita no Seixal, Palmela e Sesimbra).

Confrontando os valores oriundos do REACT-EU e o sistema urbano nacional, reconhece-se que é, essencialmente, nos municípios com as maiores cidades, logo maior proporção de população urbana, que a capitação do investimento foi maior (Figura 25). Acresce uma correlação moderada positiva entre o investimento e o Poder de compra per capita (0,432), o Valor mediano das vendas por m<sup>2</sup> de alojamentos (0,575), a Proporção de população estrangeira que requisitou estatuto de residente (0,549) e a Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico (0,778), reflexo de uma maior disponibilidade financeira das famílias e das empresas e de uma economia baseada no setor turístico.





# 3.

## DINÂMICA DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (2011-2021)



### 3. DINÂMICA DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS (2011-2021)

Entre 2011 e 2021, a economia portuguesa viveu contextos díspares, alguns mais propícios ao crescimento, e outros prejudiciais, referentes, por exemplo, à crise das dívidas soberanas ou à crise gerada pela pandemia da COVID-19 (Alves *et al.*, 2009; Amador, 2019; Ministério do Planeamento; 2022). Assim, podemos dividir esta década em dois grandes períodos: de 2011 a 2019, onde o pós-crise revelou um comportamento económico nacional crescente e dinâmico; e de 2019 para 2021, em que o surgimento da pandemia trouxe um período de grandes desafios relacionados com o emprego e desemprego, alterações nos modelos de trabalho, reestruturação de vários negócios, com impactes distintos consoante o grupo de atividade económica.

Por este motivo, a análise à oferta de serviços considerará, sempre que possível, estes dois períodos distintos da economia portuguesa, refletido na dinâmica de quatro grandes variáveis que orientam o nosso estudo: pessoas ao serviço em empresas e em estabelecimentos, número de estabelecimentos e de empresas. Seis grandes grupos de serviços serão tidos em consideração para uma leitura mais detalhada, dadas as diferentes tendências de evolução e intensidade de impacto à pandemia.

#### 3.1 EMPREGO, ESTABELECIMENTOS E EMPRESAS: UM OLHAR NACIONAL

Na última década censitária, Portugal observou um aumento significativo no pessoal ao serviço, mas também no número de estabelecimentos e de empresas. A tendência nacional foi de um crescimento em todo o período, tendo sido entre os anos de 2011 e 2019 que as taxas de variação médias anuais se revelaram mais elevadas (Quadro 15). Todavia, e apesar dos efeitos da crise da COVID-19 na economia, o período entre 2019 e 2021 também registou um aumento, embora quase residual. As taxas de crescimento médias foram muito semelhantes entre pessoal ao serviço, estabelecimentos e empresas, tendo a grande diferença ocorrido durante o contexto de pandemia, no qual os estabelecimentos e empresas cresceram mais do quádruplo das pessoas ao serviço.

Indicador	Total			Taxa de variação média anual (%)		
	2011	2019	2021	2011-2019	2019-2021	2011-2021
Pessoas ao serviço em estabelecimentos	3 612 282	4 212 920	4 227 236	2,1	0,2	1,7
Estabelecimentos	1 167 560	1 376 388	1 400 662	2,2	0,9	2,0
Pessoas ao serviço em empresas	3 631 747	4 225 538	4 236 222	2,1	0,2	1,7
Empresas	1 113 559	1 318 330	1 342 116	2,3	0,9	2,1

Quadro 15 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos e empresas, estabelecimentos e empresas, Portugal, 2011, 2019 e 2021; e Taxa de variação média anual, Portugal, entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023c, 2023i, 2023m)

No campo do emprego, no panorama regional, emergem a AML e a AMP com um número bastante elevado de pessoas ao serviço, concentrando uma grande parte do total nacional (Figura 26), naturalmente associada à concentração residencial nestes territórios. Existem ainda algumas sub-regiões com valores entre os 150 000 a 200 000 estabelecimentos ou empresas, englobadas sempre no Norte, no Centro e Algarve, contrariamente a sub-regiões inseridas em regiões de baixa densidade (ex. Beira Baixa, as sub-regiões alentejanas, com exceção da Lezíria do Tejo, e algumas no Norte, como o Alto Tâmega ou as Terras de Trás-os-Montes).

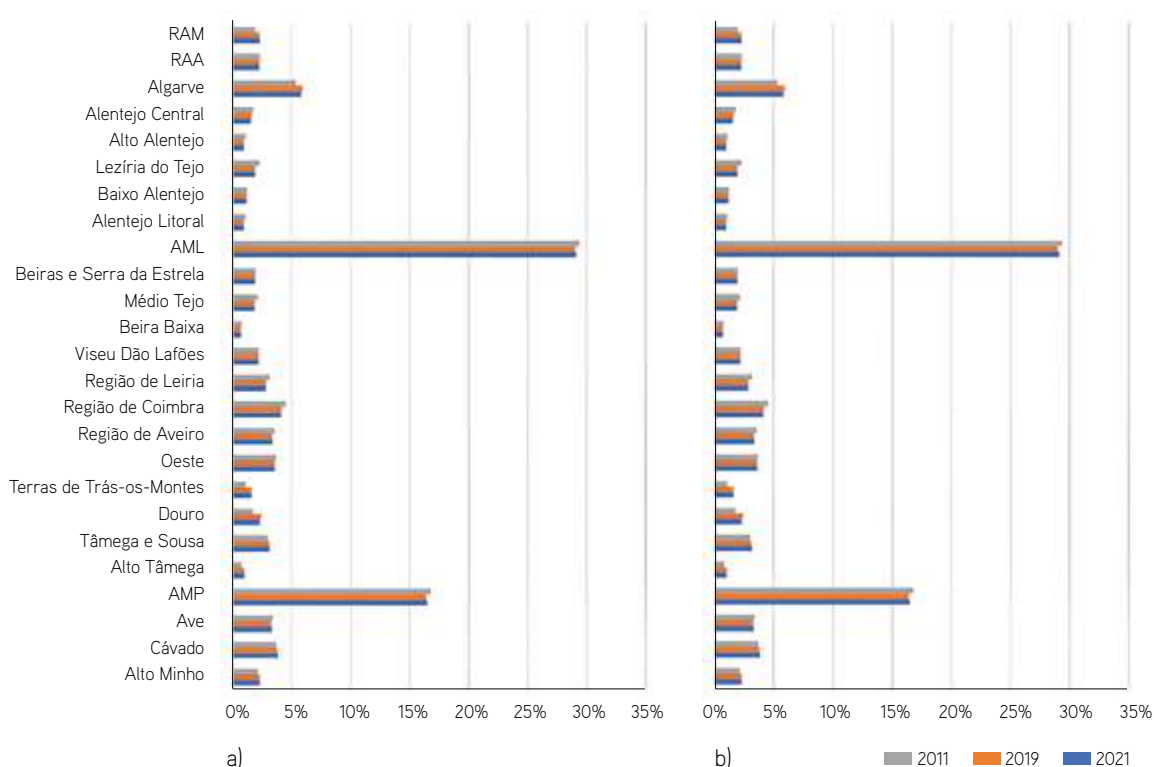


Figura 26 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos (a) e em empresas (b) por sub-região, percentagem do total nacional, em 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023i)

Apenas a Beira Baixa e o Médio Tejo viram o total das pessoas ao serviço diminuir efetivamente entre 2011 e 2021 (Figura 27). De salientar que outras sub-regiões registaram um decréscimo no pessoal ao serviço entre 2019 e 2021, com a maior queda verificada no Algarve, muito devido à sua economia baseada em serviços e, particularmente relacionada com o turismo. Por outro lado, crescimentos de emprego entre 2011 e 2021 constituíram o padrão, com algumas regiões a registarem taxas de variação média anual consideráveis, particularmente no nordeste do país, sobretudo, no período pré-pandémico (Figura 27). A salientar também a dinâmica de crescimento relevante no Alentejo Litoral em toda a década, e Região de Aveiro, no contexto de pandemia. Não obstante, é necessário ressaltar que estas taxas mais elevadas foram observadas em regiões com totais reduzidos – o que, quando comparadas com as outras sub-regiões, resulta numa pequena representação no global do emprego.

Todas as sub-regiões registaram acréscimos de estabelecimentos e de empresas entre 2011 e 2021, com maior incidência nas áreas de maior concentração empresarial – AML e AMP (Figura 28), atestando a sua importância na dinâmica e composição do tecido económico regional e nacional, podendo ainda ser singularizadas as sub-regiões do Algarve, Cávado e a Região de Coimbra, por oposição à menor quota de empresas na Beira Baixa, Alto Tâmega e algumas regiões alentejanas.

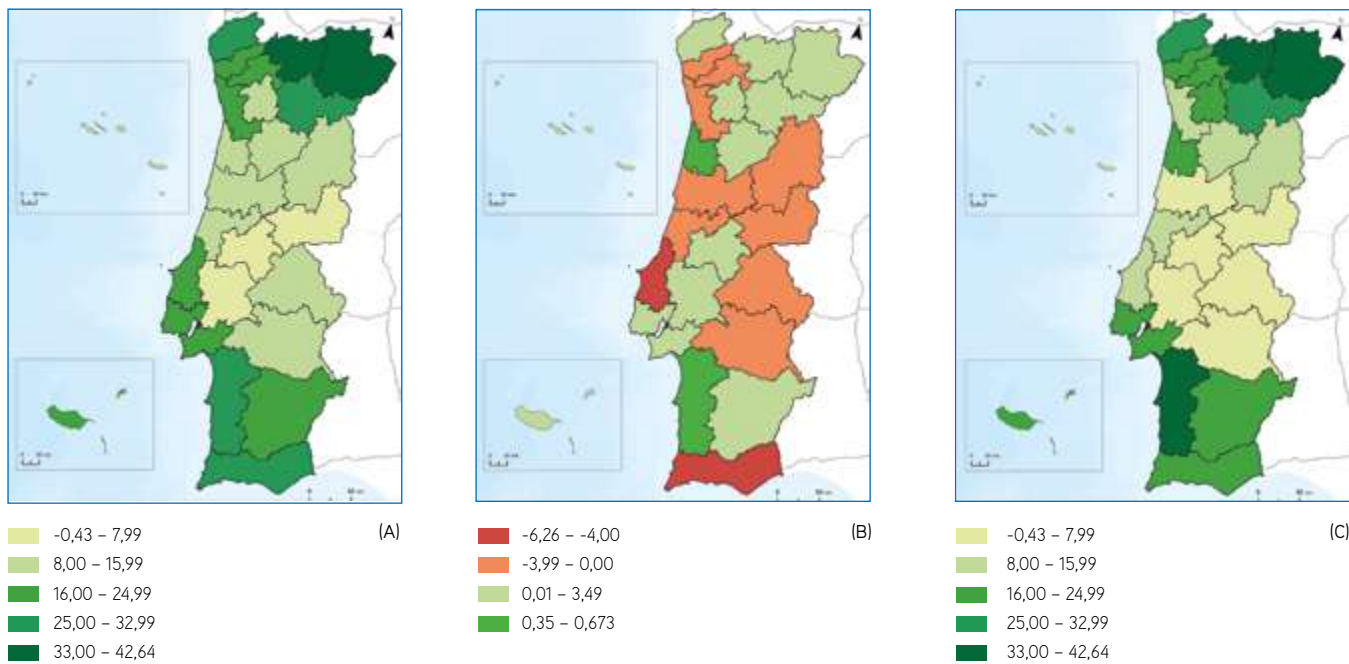


Figura 27 – Taxa de variação (%) do total de pessoas ao serviço em estabelecimentos por sub-região A) entre 2011 e 2019; B) 2019 e 2021; e C) 2011 e 2021. Fonte: INE (2023m)

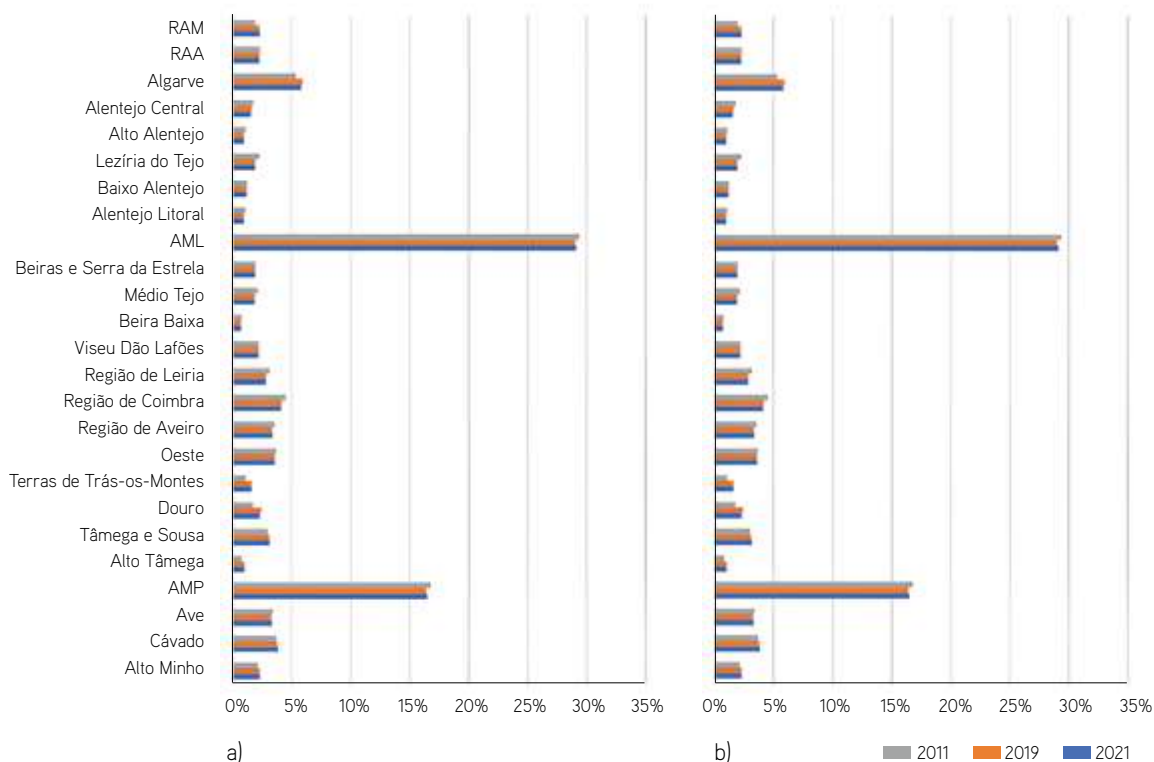


Figura 28 – Estabelecimentos (a) e empresas (b) por sub-região, percentagem do total nacional, 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023i)

Entre 2011 e 2021, foi no Norte interior – Trás-os-Montes, Douro e Alto Tâmega – que se encontraram as maiores variações positivas ao nível nacional (Figura 29). Todavia, foi também no Alto Tâmega e no Douro, no Norte, que se verificaram as taxas negativas mais significativas entre 2019 e 2021, tanto nos estabelecimentos como nas empresas. Apesar de não terem perdido estabelecimentos durante o período pandémico, no que toca às empresas, também no Algarve e do Alentejo Central se aponta uma quebra no número de empresas.

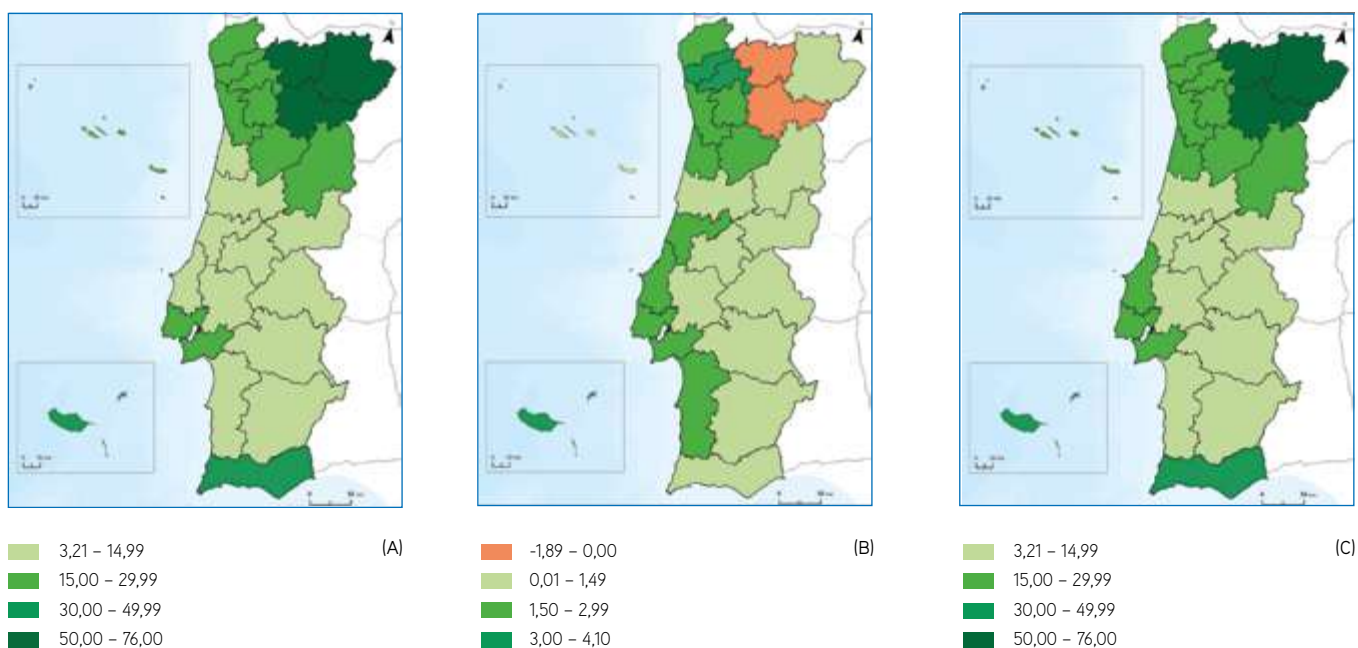


Figura 29 – Taxa de variação (%) do total de estabelecimentos por sub-região A) entre 2011 e 2019; B) 2019 e 2021; e C) 2011 e 2021. Fonte: INE (2023i)

Finalmente, em termos de dimensão média dos estabelecimentos, no cômputo nacional, em 2021, contavam-se cerca de 3 pessoas por cada estabelecimento (Quadro 16), tendo este número decrescido residualmente face aos anos de 2011 e 2019.

Em 2021, a sub-região com o maior número médio de pessoas por estabelecimento foi o Ave (3,8), seguido pelo Tâmega e Sousa (3,6) e pela Região de Aveiro (3,5), muito relacionados com o perfil económico local associado à indústria. No ponto oposto estavam as Terras de Trás-os-Montes, o Alto Tâmega e o Douro, todas abaixo da média de duas pessoas por estabelecimento (Quadro 16). No geral, verificou-se uma tendência regional de decréscimo entre os anos censitários – particularmente nas regiões mais a norte. Em todo o país, apenas cinco regiões contrariam esta regra, nomeadamente, a Região de Aveiro, a Região de Leiria, o Alentejo Litoral, o Baixo Alentejo e a Lezíria do Tejo.

Região (NUTS II)	Sub-região (NUTS III)	Número médio de pessoas ao serviço por estabelecimento		
		2011	2019	2021
Norte	Alto Minho	2,7	2,7	2,7
	Cávado	3,3	3,5	3,3
	Ave	3,9	3,9	3,8
	AMP	3,3	3,4	3,3
	Alto Tâmega	2,1	1,8	1,8
	Tâmega e Sousa	3,9	3,6	3,6
	Douro	2,3	1,8	1,9
	Terras de Trás-os-Montes	2	1,6	1,6
	Total	3,3	3,2	3,1
Centro	Oeste	2,8	2,9	2,7
	Região de Aveiro	3,3	3,4	3,5
	Região de Coimbra	2,6	2,6	2,6
	Região de Leiria	3,1	3,3	3,2
	Viseu Dão Lafões	2,9	2,8	2,8
	Beira Baixa	2,6	2,4	2,4
	Médio Tejo	2,8	2,8	2,8
	Beiras e Serra da Estrela	2,5	2,3	2,3
	Total	2,9	2,9	2,8
AML	AML	3,3	3,3	3,3
Alentejo	Alentejo Litoral	2,6	3	3,2
	Baixo Alentejo	2,2	2,3	2,3
	Lezíria do Tejo	2,9	3	3
	Alto Alentejo	2,3	2,4	2,2
	Alentejo Central	2,4	2,4	2,4
	Total	2,5	2,6	2,6
Algarve	Algarve	2,7	2,7	2,5
RAA	RAA	2,6	2,4	2,4
RAM	RAM	3,3	2,8	2,8
<b>Portugal</b>		<b>3,1</b>	<b>3,1</b>	<b>3</b>

Quadro 16 – Número médio de pessoas ao serviço por estabelecimento, por sub-região, em 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023i)



## 3.2 DINÂMICA POR GRANDES GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS

### 3.2.1 Enquadramento comparativo dos Grandes Grupos de Atividades Económicas

As dinâmicas das atividades dos serviços serão apresentadas de seguida, considerando os grandes grupos de atividades económicas, ou seja, a) Comércio, b) Transportes e Armazenagem, c) Alojamento e Restauração, d) Serviços de Apoio à Produção, e) Serviços Sociais, e f) Serviços Pessoais.

Em Portugal, o setor dos serviços é dominado por dois grandes grupos: as atividades dos Serviços de Apoio à Produção e as atividades de Comércio, correspondendo a mais de 43% do pessoal ao serviço em Portugal e a mais de 45% das empresas e estabelecimentos existentes. Seguem-se os serviços ligados às atividades de Alojamento e Restauração e os Serviços Sociais, que juntos representam cerca de 16% do pessoal ao serviço e cerca de 21% das empresas e estabelecimentos. Por fim, surgem as atividades dos Transportes e Armazenagem e os Serviços Pessoais, que constituem cerca de 8% do total das pessoas ao serviço e pouco mais de 10% das empresas e dos estabelecimentos (Figura 30).

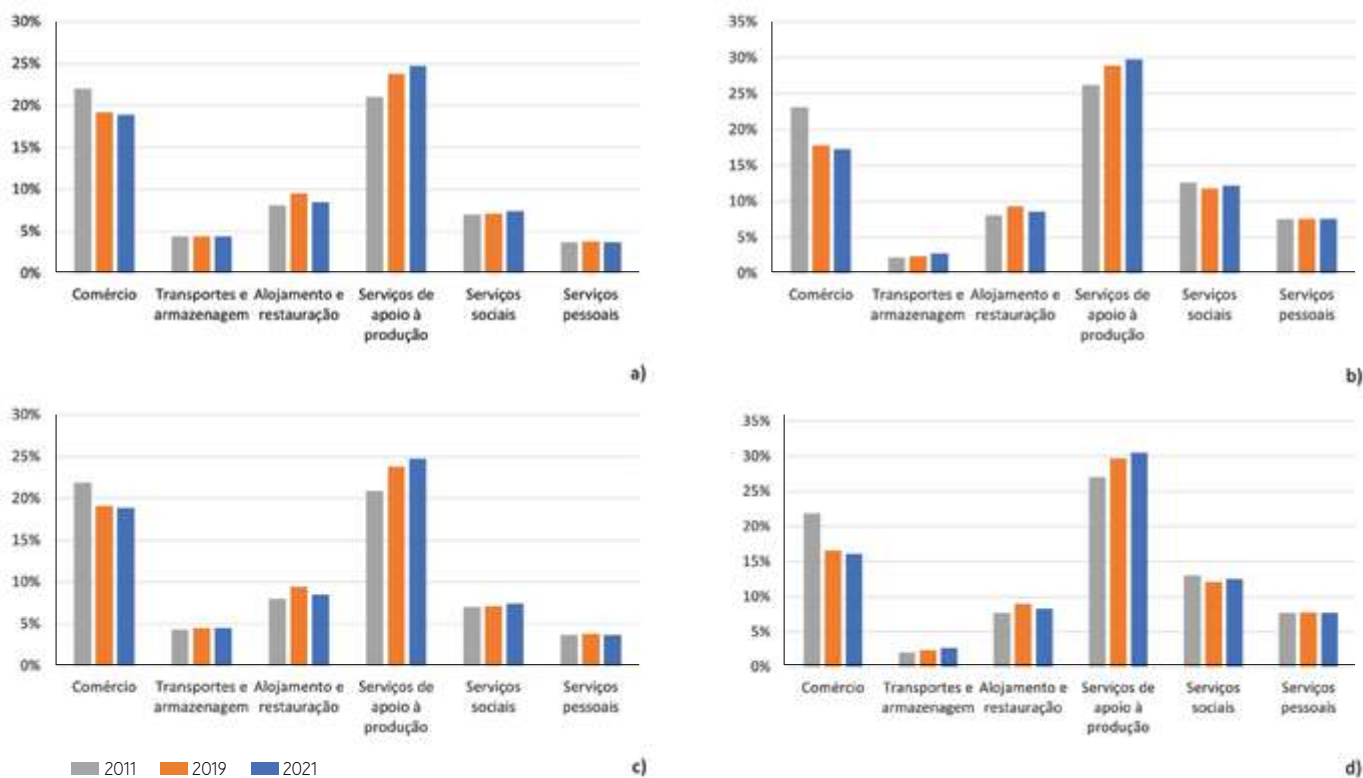


Figura 30 – (a) Pessoas ao serviço em estabelecimentos, (b) estabelecimentos, (c) pessoas ao serviço em empresas e (d) empresas, por grande grupo de atividade económica (proporção em relação ao total nacional), 2011, 2019 e 2021. INE (2023b, 2023c, 2023i, 2023m)

Entre todos os grandes grupos das atividades económicas ligadas aos serviços, é importante salientar que, no período de 2011 a 2021, apenas as atividades relacionadas com o Comércio observaram uma redução da sua representatividade nacional, tanto no pessoal ao serviço como nas empresas e estabelecimentos (Figura 30).

Indicador	Grandes grupos de atividades económicas	Total			Taxa de variação média anual		
		2011	2019	2021	2011-19	2019-21	2011-21
Pessoas ao serviço em estabelecimentos	Comércio	795 814	809 689	799 317	0,2	-0,7	0
	Transportes e Armazenagem	157 137	187 243	187 905	2,4	0,2	2
	Alojamento e Restauração	291 427	401 728	360 229	4,7	-5,2	2,4
	Serviços de Apoio à Produção	758 718	1 002 004	1 044 858	4	2,2	3,8
	Serviços Sociais	252 266	298 983	311 130	2,3	2,1	2,3
	Serviços Pessoais	134 742	161 243	157 387	2,5	-1,2	1,7
Estabelecimentos	Comércio	269 836	244 969	242 836	-1,2	-0,5	-1
	Transportes e Armazenagem	26 001	33 472	38 645	3,6	7,8	4,9
	Alojamento e Restauração	94 123	128 603	119 882	4,6	-3,4	2,7
	Serviços de Apoio à Produção	305 993	397 851	416 740	3,8	2,4	3,6
	Serviços Sociais	147 491	162 495	171 298	1,3	2,7	1,6
	Serviços Pessoais	87 993	105 120	105 964	2,4	0,4	2
Pessoas ao serviço em empresas	Comércio	794 138	808 514	798 772	0,2	-0,6	0,1
	Transportes e Armazenagem	157 972	188 123	188 973	2,4	0,3	2
	Alojamento e Restauração	290 128	399 241	358 989	4,7	-5,1	2,4
	Serviços de Apoio à Produção	759 418	1 004 422	1 045 608	4	2,1	3,8
	Serviços Sociais	252 537	299 403	312 024	2,3	2,1	2,4
	Serviços Pessoais	134 908	161 055	157 380	2,4	-1,2	1,7
Empresas	Comércio	243 873	218 440	215 729	-1,3	-0,6	-1,2
	Transportes e Armazenagem	23 750	31 331	36 483	4	8,2	5,4
	Alojamento e Restauração	85 802	118 031	111 094	4,7	-3	3
	Serviços de Apoio à Produção	300 521	391 566	409 358	3,8	2,3	3,6
	Serviços Sociais	145 006	159 415	168 062	1,2	2,7	1,6
	Serviços Pessoais	86 209	103 110	103 721	2,5	0,3	2

Legenda

> Var. negativa	0	> Var. positiva
-----------------	---	-----------------

Quadro 17 – Grandes grupos de atividade económica: Pessoas ao serviço em estabelecimentos e empresas, 2011, 2019 e 2021; e Taxas de variação médias anuais (%), 2011-2019, 2019-2021 e 2011-2021. Fonte: INE (2023b, c, i, n)

Em termos de variação, registaram-se diferentes realidades entre grandes grupos de serviços e entre os dois períodos observados (2011-2019 e 2019-2021). Entre 2011 e 2021, e considerando ambos os períodos pré e pós pandémico, o Comércio foi o único grupo de atividade com taxas de variação médias anuais negativas nos estabelecimentos e empresas, visto que ao nível do pessoal ao serviço a evolução foi positiva, embora residual (Quadro 17). Já quanto ao pessoal ao serviço, houve um ligeiro crescimento anual, entre 2011 e 2019, com passagem a uma tendência de perda, entre 2019 e 2021.

As **atividades de Transportes e Armazenagem** mostraram uma dinâmica aproximada à apresentada pelo setor dos serviços em geral, no que se refere ao pessoal ao serviço (Quadro 17). O mesmo não se verificou com as empresas e estabelecimentos que, entre 2011 e 2021, registaram um aumento conside-

rável, sobretudo durante o contexto pandémico, em que, entre 2019 e 2021, as taxas médias anuais mais do que duplicaram em relação ao período anterior.

Se as atividades de Transportes sobressaíram no contexto pandémico, no período pré-pandémico foram as **atividades de Alojamento e Restauração** que se reforçaram positivamente, tanto no pessoal ao serviço como nas próprias empresas e estabelecimentos (Quadro 17). Este desenvolvimento é indissociável do grande crescimento do turismo e da cimentação de Portugal como um destino turístico de eleição. Todavia, essa mesma associação ao turismo explica o comportamento deste conjunto de atividades económicas no momento da crise pandémica e das várias condicionantes aos movimentos (nacionais e internacionais) que emergiram em resposta a esta (Brito-Henriques & Larrabure, 2021). Resulta daí que as atividades de Alojamento e Restauração registaram as taxas de variação médias anuais negativas mais significativas, superiores a 5% no pessoal ao serviço e a 3% nos estabelecimentos e empresas. Não obstante, na totalidade do período 2011-2021, este foi dos grupos de atividades com crescimentos mais elevados, alicerçado na dinâmica em período pré-pandémico.

Já os **Serviços de Apoio à Produção** aumentaram consideravelmente o número de pessoal ao serviço, bem como de empresas e estabelecimentos, apenas atrás das atividades de Alojamento e Restauração, no que respeita ao período entre 2011 e 2019. Destaque-se que estes serviços demonstraram crescimento em contexto de pandemia, embora a um ritmo inferior (Quadro 17). Esta realidade levou a que os Serviços de Apoio à Produção registassem as maiores taxas de variação médias anuais no pessoal ao serviço entre os anos censitários e, nas empresas e estabelecimentos apenas foram ultrapassados pelas atividades de Transportes e armazenagem.

O caso dos **Serviços Sociais** foi diferente dos restantes. Entre 2011 e 2019, a sua oferta cresceu menos do que a média do setor dos serviços no global, tanto em pessoal ao serviço como, particularmente, em empresas e estabelecimentos. Porém, no período da pandemia, foi um dos grupos de serviços que mais cresceu, com os referidos indicadores a evidenciarem taxas de variação médias anuais muito superiores à média das atividades dos serviços (Quadro 17). O recrudescimento destas atividades é justificado pela sua proximidade e centralidade na prevenção e combate à COVID-19, que acabou por dominar os anos de 2020 e 2021.

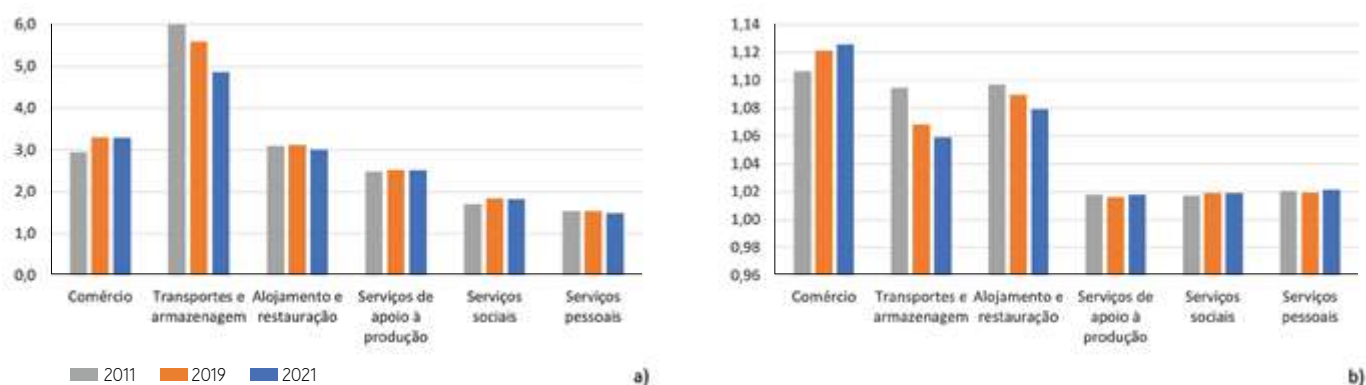


Figura 31 – Número médio de pessoas ao serviço por estabelecimento (a) e número médio de estabelecimentos por empresa (b), por grande grupo de atividade económica, em 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023i, 2023m)

Já os **Serviços Pessoais**, entre 2011 e 2019, registaram um crescimento no pessoal ao serviço a par da média do setor dos serviços (Quadro 17). Com a pandemia, esta tendência de crescimento alterou-se, sendo que, no caso do pessoal ao serviço, as taxas de variação médias anuais tornaram-se bastante negativas, ao passo que, nas empresas e estabelecimentos, a variação manteve-se positiva, embora com muito inferior ao verificado anteriormente. Tal como no caso das atividades de Alojamento e Restauração, também nos Serviços Pessoais a pandemia impediu fortemente o desenvolvimento da atividade económica, muito devido, por exemplo, aos confinamentos, à restrição de horários e de lotação dos estabelecimentos, ou ainda à limitação dos movimentos da população.

De forma geral, observando o pessoal ao serviço por estabelecimento, é notória a manutenção da dimensão média na maioria dos grandes grupos de atividades económicas (Figura 31), sobressaindo apenas um pequeno aumento nas atividades de Comércio, entre 2011 e 2019, e a queda significativa ao longo da década nas atividades de Transporte e comunicações. No que se refere ao número médio de estabelecimentos por empresa, as alterações são residuais nos grupos das atividades dos Serviços de Apoio à Produção, dos Serviços Sociais e dos Serviços Pessoais. Novamente, as atividades ligadas ao Comércio, de Transportes e de Alojamento e Restauração apresentam variações de notar. Enquanto as primeiras observaram um aumento do número médio de estabelecimentos médio por empresa, já as atividades de Transporte e armazenagem e as de Alojamento e Restauração registam uma diminuição do rácio.

Estas tendências nacionais mostram que todas as atividades de Serviços sofreram com a pandemia, já que a dimensão das taxas de variação médias anuais diminuiu. Torna-se claro que foram as atividades ligadas ao Comércio, ao Alojamento e Restauração e aos Serviços Pessoais as que mais perderam durante este período, sendo as únicas que apresentaram perdas no pessoal ao serviço.

A diversidade de realidades geográficas e dinâmicas dos grandes grupos de atividades relacionadas com os serviços justifica a necessidade de um olhar individualizado por grande grupo.

### 3.2.2 Grande Grupo 1: Comércio

O Comércio representa o segundo maior grupo de atividades de serviços, tendo sido o grupo de atividades cuja pandemia mais afetou quanto aos quantitativos de empresas, estabelecimentos e emprego. A pandemia foi também motivo de uma recente alteração dos hábitos de consumo, concretizada pela transferência da procura das grandes superfícies para o comércio local, fenómeno especialmente evidente nas regiões Centro e Lisboa e Vale do Tejo e pelos agregados mais qualificados (Tiago & Veiga, 2021). Simultaneamente, a digitalização do comércio que estava em crescendo nos últimos anos, registou um crescimento exponencial com os confinamentos pandémicos, tendo despoletado novas estratégias de e-Commerce (Pires, 2021). Estes fenómenos poderão fazer prever a existência de novas dinâmicas em termos da estrutura económica deste grande grupo.

No período 2011-2021, a diminuição do peso das empresas e estabelecimentos do setor do Comércio foi evidente, tendência já verificada antes do período pandémico, tanto a nível nacional como em todas as sub-regiões de Portugal (Figura 32). É de sublinhar a diferença das proporções de empresas e estabelecimentos alocadas a este grupo de atividades económicas entre unidades territoriais, que contrastam os casos do Ave, Tâmega e Médio Tejo (com uma representação superior a 20%) e as regiões autónomas e nas Terras de Trás-os-Montes (abaixo dos 15%).

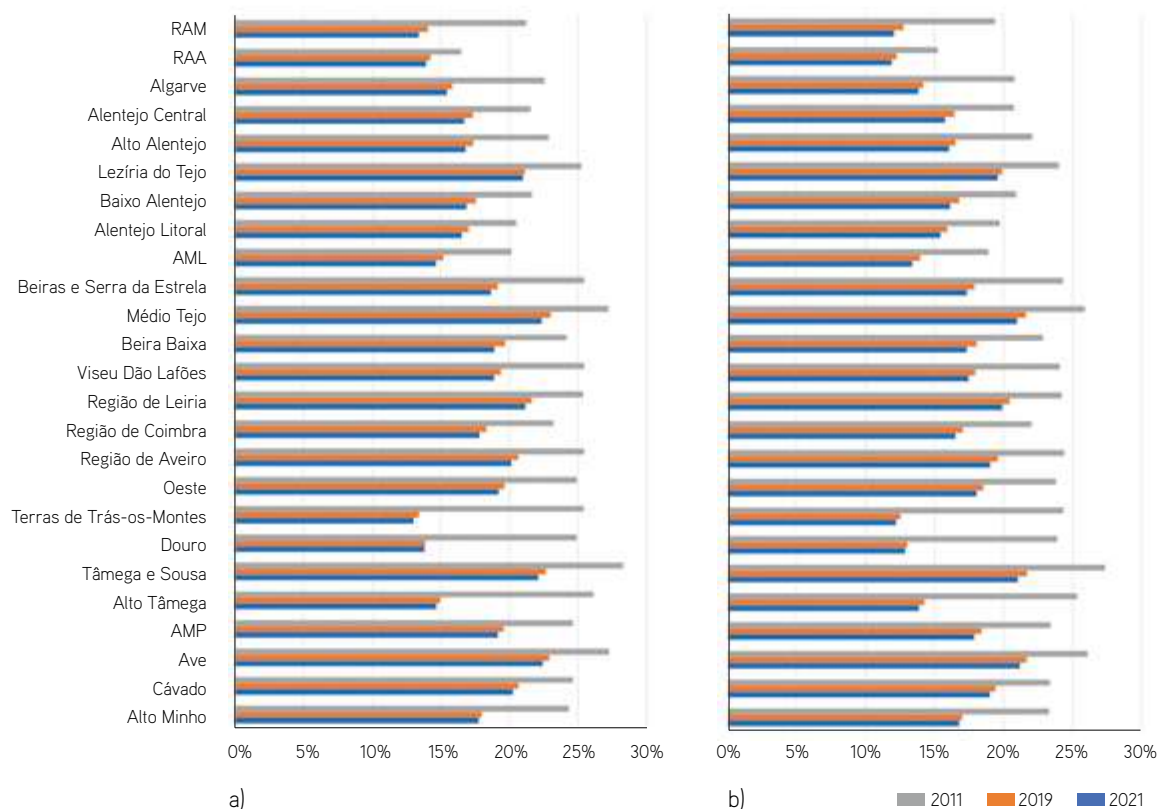


Figura 32 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de Comércio por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023i)

Apenas o Cávado, no Norte, registou um aumento do número de empresas e estabelecimentos nos dois períodos de análise, a par do incremento de estabelecimentos no Alto Minho, Ave, Região de Aveiro e Tâmega e Sousa, especialmente no período pandémico. Por conseguinte, as maiores quebras do número de empresas e estabelecimentos, em níveis relativamente semelhantes, foram sentidas no Alto Alentejo e Alentejo Central, no Alentejo, e Região de Coimbra, no Norte.

Analisando a dimensão do emprego deste grande grupo de atividades, torna-se evidente a representatividade do "Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos" (10,8% do emprego em estabelecimentos, em 2021), atividade que registou também o maior crescimento, e, em menor escala, o "Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos" (5,7% no mesmo período) (Quadro 18).

Principais atividades do Grande Grupo "Comércio"			
Divisão da CAE	2011	2019	2021
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	12,4	11,0	10,8
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	6,8	5,7	5,7
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	2,8	2,5	2,5

Quadro 18 – As três principais atividades de Comércio, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%). Fonte: INE (2023m)

Região (NUTS II)	Sub-região (NUTS III)	Percentagem do total			Taxa de variação média anual			Taxa de variação média anual (2011-2021) por município	
		2011	2019	2021	2011-2019	2019-2021	2011-2021	Topo	Fundo
Norte	Alto Minho	22,1	18,8	17,9	0,8	-1,1	0,4	V.N. Cerveira (1,9) Ponte de Lima (1,3) Ponte da Barca (0,8)	Melgaço (-0,4) Valença (-0,2) Viana do Castelo (0)
	Cávado	20,5	18,5	18,8	1,6	0	1,3	Vila Verde (2) Terras de Bouro (1,5) Braga (1,3)	Barcelos (1,1) Amares (1,3) Esposende (1,3)
	Ave	19,0	17,4	17,5	0,9	0,1	0,8	Vizela (3) Cabeceiras de Basto (3) Póvoa de Lanhoso (1,1)	Mondim de Basto (-1,3) Vieira do Minho (-0,4) V.N. Famalicão (0,4)
	AMP	22,3	19,9	19,8	0,6	-0,8	0,3	Paredes (2,2) Trofa (1,5) Póvoa de Varzim (1,5)	Porto (-0,8) Espinho (-0,6) O. Azeméis (-0,6)
	Alto Tâmega	26,1	18,7	18,1	-0,3	-0,5	-0,3	Valpaços (0,6) Ribeira de Pena (0,5) Boticas (0,3)	V.P. Aguiar (-1,6) Chaves (-0,4) Montalegre (-0,3)
	Tâmega e Sousa	17,2	16,6	16,5	1,1	1,4	1,2	Penafiel (2,7) Celorico de Basto (2,6) Paços de Ferreira (1,3)	Amarante (0,2) Baião (0,2) Felgueiras (0,6)
	Douro	24,8	19,5	18,9	0,5	-1,4	0,1	Penedono (2,7) Armamar (2,1) Sernancelhe (1,7)	Tabuaço (-2,3) Murça (-1,5) Sabrosa (-0,8)
	Terras de Trás-os-Montes	27,4	19,7	19,0	0,2	-1,3	-0,1	Macedo de Cavaleiros (1,3) Vila Flor (0,8) Bragança (0,1)	Vimioso (-2,7) Alfândega da Fé (-1,5) Miranda do Douro (-0,9)
	Total	21,3	19,0	18,8	0,8	-0,5	0,5	-	-
Centro	Oeste	25,7	22,7	23,0	0,6	-1,3	0,2	Bombarral (2,8) Lourinhã (1) Torres Vedras (1)	Peniche (-1,1) Alenquer (-0,9) Cadaval (-0,9)
	Região de Aveiro	21,5	19,3	18,1	0,5	-0,7	0,3	Albergaria-a-Velha (1,8) Ílhavo (1,2) Vagos (1,1)	Sever do Vouga (-1,4) Anadia (-1,4) Ovar (0)
	Região de Coimbra	22,8	20,4	20,3	-0,2	-1,1	-0,4	Cantanhede (0,9) Oliveira do Hospital (0,4) Penela (0,3)	Mortágua (-1,9) Tábua (-1,1) Penacova (-1)
	Região de Leiria	22,3	20,4	20,4	0,3	-0,4	0,2	Castanheira de Pêra (1,3) Alvaiázere (0,8) Marinha Grande (0,8)	Pedrogão Grande (-2,6) Figueiró dos Vinhos (-1,6) Pombal (-0,4)
	Viseu Dão Lafões	23,7	20,4	19,9	-0,2	-0,6	-0,3	Mangualde (1,1) Castro Daire (0,8) Tondela (0,6)	Nelas (-1,5) Carregal do Sal (-0,8) Viseu (-0,6)
	Beira Baixa	24,6	22,0	21,4	-1,2	-2,2	-1,4	Proença-a-Nova (-0,9) Oleiros (-1,1) Vila Velha de Ródão (-1,2)	Penamacor (-2,5) Castelo Branco (-1,4) Idanha-a-Nova (-1,4)
	Médio Tejo	24,8	23,4	23,2	-0,6	-0,5	-0,5	Ferreira do Zêzere (0,8) Sertão (0,3) Ourém (-0,1)	Constância (-2,4) V.N. Barquinha (-1,5) Mação (-1,5)
	Beiras e Serra da Estrela	24,5	21,9	21,2	-0,4	-1,5	-0,6	Trancoso (2,7) Manteigas (2,4) Seia (0,5)	Almeida (-2,5) Celorico da Beira (-2,1) Gouveia (-1,3)
	Total	23,4	21,0	20,6	0	-0,9	-0,1	-	-
AML	AML	21,3	18,1	17,6	-0,1	-0,7	-0,2	Mafra (1,5) Montijo (1) Sesimbra (0,8)	Vila Franca de Xira (-1,5) Barreiro (-1,3) Almada (-0,8)
Alentejo	Alentejo Litoral	18,1	14,3	13,8	0	1,7	0,3	Odemira (2,6) Santiago do Cacém (0,1) Sines (-0,3)	Alcácer do Sal (-0,9) Grândola (-0,9)
	Baixo Alentejo	23,3	19,8	18,9	0,1	-1,7	-0,3	Castro Verde (1,7) Barrancos (1,4) Aljustrel (1,2)	Cuba (-3,4) Almodôvar (-1,8) Ourique (-1,6)
	Lezíria do Tejo	25,2	21,8	22,4	-1,1	2,1	-0,5	Azambuja (2,5) Alpiarça (1,8) Golegã (1,8)	Rio Maior (-3,1) Coruche (-1,6) Santarém (-1)
	Alto Alentejo	24,4	20,0	19,9	-1,1	-2,1	-1,2	Monforte (2,4) Portalegre (0,3) Crato (0,2)	Avis (-4,1) Marvão (-3,8) Alter do Chão (-3,5)
	Alentejo Central	21,4	19,6	19,8	-0,2	-0,4	-0,2	Mourão (9,2) Vendas Novas (1,4) Évora (0,4)	Portel (-2,2) Montemor-o-Novo (-1,5) Vila Viçosa (-1,1)
	Total	22,9	19,5	19,5	-0,6	0,4	-0,4	-	-
Algarve	Algarve	23,8	19,7	20,1	1,1	-2,1	0,4	Aljezur (3,4) Loulé (2,0) V.R.S. António (1,3)	Alcoutim (-2,8) Portimão (-1,1) Monchique (-0,6)
RAA	RAA	23,4	21,3	21,0	0	-0,6	-0,1	Corvo (3,8) Madalena (2,8) S.C. Graciosa (1,4)	Nordeste (-2,1) Velas (-1,8) Lajes do Pico (-1,6)
RAM	RAM	23,3	18,6	18,1	-0,9	-0,2	-0,8	Ponta do Sol (3,1) Calheta (1,3) Santana (0,9)	Câmara de Lobos (-1,4) São Vicente (-1,1) Funchal (-1)
<b>Portugal</b>		<b>22,0</b>	<b>18,9</b>	<b>19,2</b>	<b>0,2</b>	<b>-0,6</b>	<b>0</b>	-	-

Legenda

> Var. negativa	0	> Var. positiva
-----------------	---	-----------------

Quadro 19 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades de Comércio, em 2011, 2019 e 2021, e Taxas de variação médias anuais (%), 2011-2019, 2019-2021 e 2011-2021. Fonte: INE (2023m)

Já no emprego, na última década censitária, a representatividade nacional do Grande Grupo do Comércio diminuiu de 22% para 19%, fenómeno de decréscimo observado em todas as sub-regiões, com maior incidência no Douro e em Terras de Trás-os-Montes (Quadro 19). Em 2021, o peso do Comércio nas sub-regiões divergiu significativamente, entre os 13,8% no Alentejo Litoral e os 23,2% no Médio Tejo.

No período pré-pandémico 2011-2019, registou-se uma generalizada variação negativa das atividades de Comércio nas sub-regiões do Centro para o sul e ilhas, contrariamente a um crescimento médio anual positivo nas sub-regiões do Norte e parte do Centro, em particular no Cávado (+1,6%), Tâmega e Sousa (+1,1%) e Algarve (+1,1%) (Quadro 19). O fenómeno de variação negativa do emprego foi mais evidente no período pandémico 2019-2021, e em todo o país, com as sub-regiões da Beira Baixa, Alto Alentejo e Algarve a apresentar quebras de mais de 2%. Salvam-se algumas exceções (ex. sub-regiões do Tâmega e Sousa, Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo). Apesar do impacte negativo causado pela Covid19, no computo geral, a maioria das sub-regiões do Norte, parte das da região Centro e o Algarve registaram um aumento do número absoluto de empregos na década censitária em estudo.

No Quadro 19 é possível identificar, por sub-região, os municípios que registaram as melhores e piores taxas de variação média anual, entre 2011 e 2021. Foi assim notório que as taxas de variação médias anuais positivas mais elevadas se encontraram em municípios com um menor número de pessoal ao

serviço em estabelecimentos de atividades de comércio, onde qualquer pequena alteração ganha maior expressão, como são exemplos os casos de Mourão, Corvo e Aljezur. Por outro lado, os municípios com maiores taxas de variação negativas foram os de Cuba, Alter do Chão e Marvão.

Confrontando o peso do emprego do Grande grupo de "Comércio" dos municípios com o nacional, através do Quociente de Localização (QL), cerca de metade dos municípios apresentam um QL superior a 1 (Figura 33), evidenciando-se como territórios com maior especialização no emprego em estabelecimentos em relação ao contexto português, destacando-se com os QL mais elevados Bombarral, Alcochete e Salvaterra de Magos. Tal situação deve-se às características intrínsecas a estas atividades, à sua grande distribuição territorial e a não constituírem atividades especializadas. A distribuição geográfica dos QL não revela um padrão muito evidente, havendo, contudo, um maior número

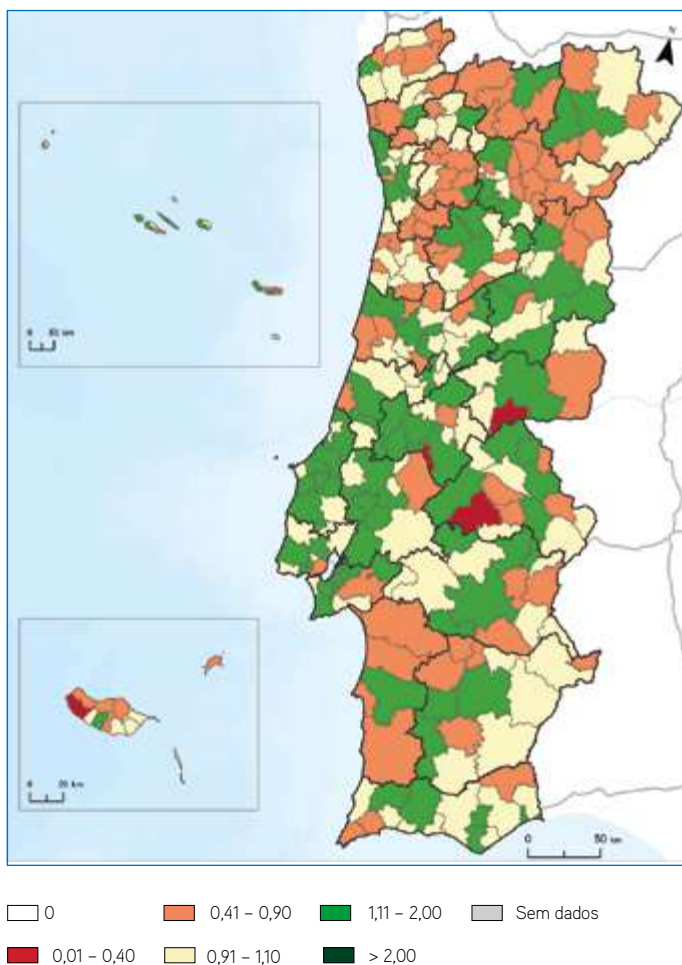


Figura 33 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades de Comércio, por município, 2021. Fonte: INE (2023c)

de municípios com QL inferior a 1 nos Alentejo e Norte. Destaca-se ainda um reduzido número de casos onde a proporção das atividades de comércio se revela menos significativas comparativamente ao nacional (Calheta, na RAM, Constância, Avis e Vila Velha de Ródão).

Através de correlação, a existência de cidades ou grandes aglomerados populacionais mostram atuar na concentração das atividades de comércio ao nível municipal, bem como se relacionam positiva, ainda que de forma pouco intensa, com aspetos sociodemográficos, tal como presença de população mais qualificada e maiores níveis de poder de compra.

### Em síntese – Transformações nas atividades de Comércio

Observando a relação entre a taxa de crescimento dos estabelecimentos e a taxa de crescimento do pessoal ao serviço de estabelecimentos (Figura 34), torna-se evidente que, no período de 2011 a 2019, a generalizada diminuição do número de estabelecimentos foi acompanhada por leves oscilações quanto à variação de pessoas ao serviço (entre 1% e -1%). Já no período pandémico, entre 2019 e 2021, o mesmo não se sucedeu na maioria das regiões, sendo evidente o registo negativo simultaneamente da variação dos estabelecimentos e do emprego, salvo raras exceções. Este fenómeno sugere uma quebra, sobretudo, nos estabelecimentos de menor dimensão.

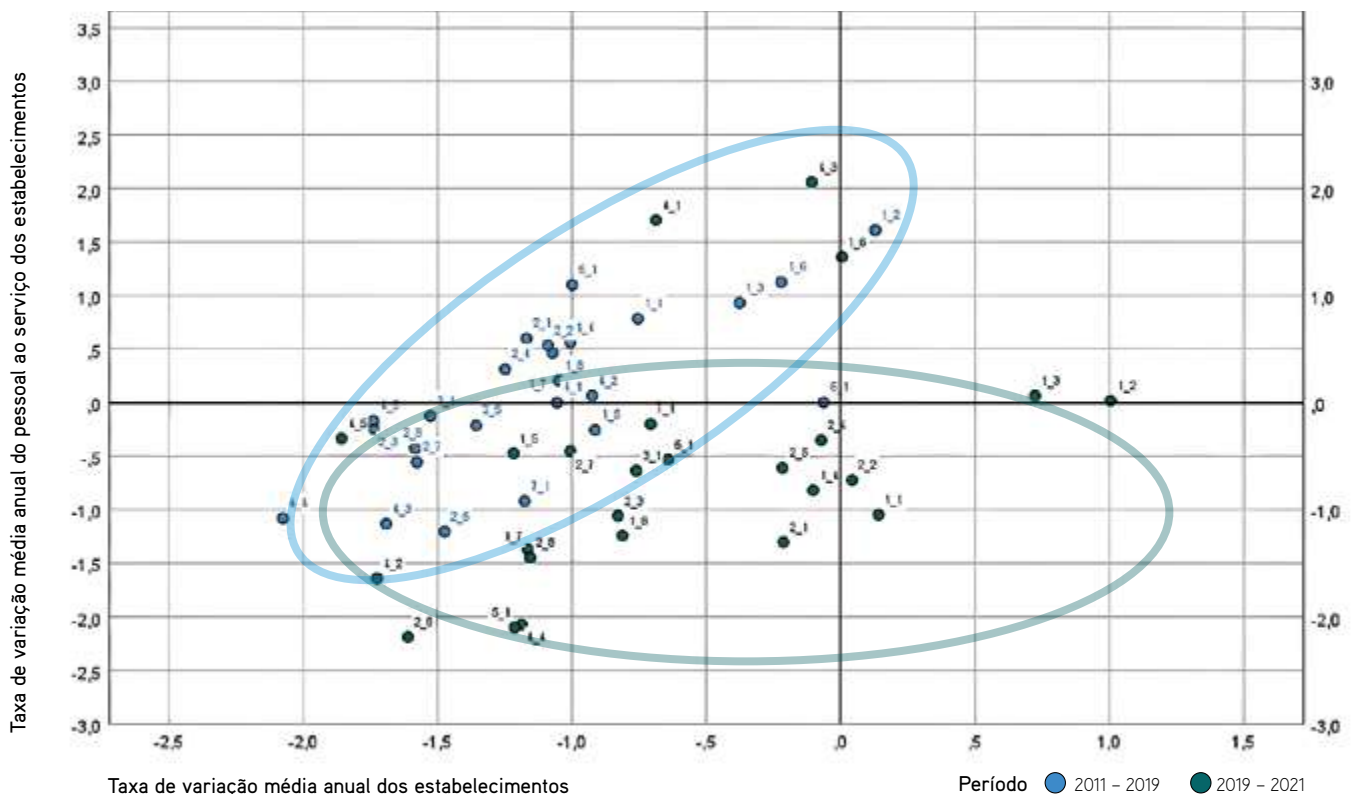


Figura 34 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades de Comércio e taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades de Comércio, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021. Fonte: INE (2023i, 2023m)



### 3.2.3 Grande Grupo 2: Transportes e Armazenagem

As atividades de Transportes e Armazenagem revelaram, na última década censitária, uma tendência crescente em termos de emprego, mas especialmente de empresas e estabelecimentos, em particular no período pandémico de 2019-2021. Contudo, este grupo continua a ser das atividades de serviços com menos representatividade no computo geral das atividades económicas em território nacional.

É de sublinhar a natureza extremamente geográfica da distribuição das atividades de Transportes e Armazenagem, muito dependente das infraestruturas existentes, tanto de transporte como de logística, do custo e disponibilidade dos solos, dos níveis de acessibilidade dos territórios e proximidade aos mercados internos e do posicionamento estratégico, por exemplo em áreas fronteiriças ou com ligação à via marítima (Gonçalves, 2022).

O crescimento absoluto das empresas e estabelecimentos de Transporte e Armazenagem na maioria das sub-regiões contrasta com a sua diminuição da proporção no perfil económico (Figura 35). É em ambas as áreas metropolitanas, acrescido da RAM, que este grupo de atividades regista maior percentual, motivado pela importância económica, política e geograficamente estratégica destes territórios, por oposição a territórios associados a maior periféricidade e menor centralidade, tais como o Baixo e o Alto Alentejo, bem como Terras de Trás-os-Montes.

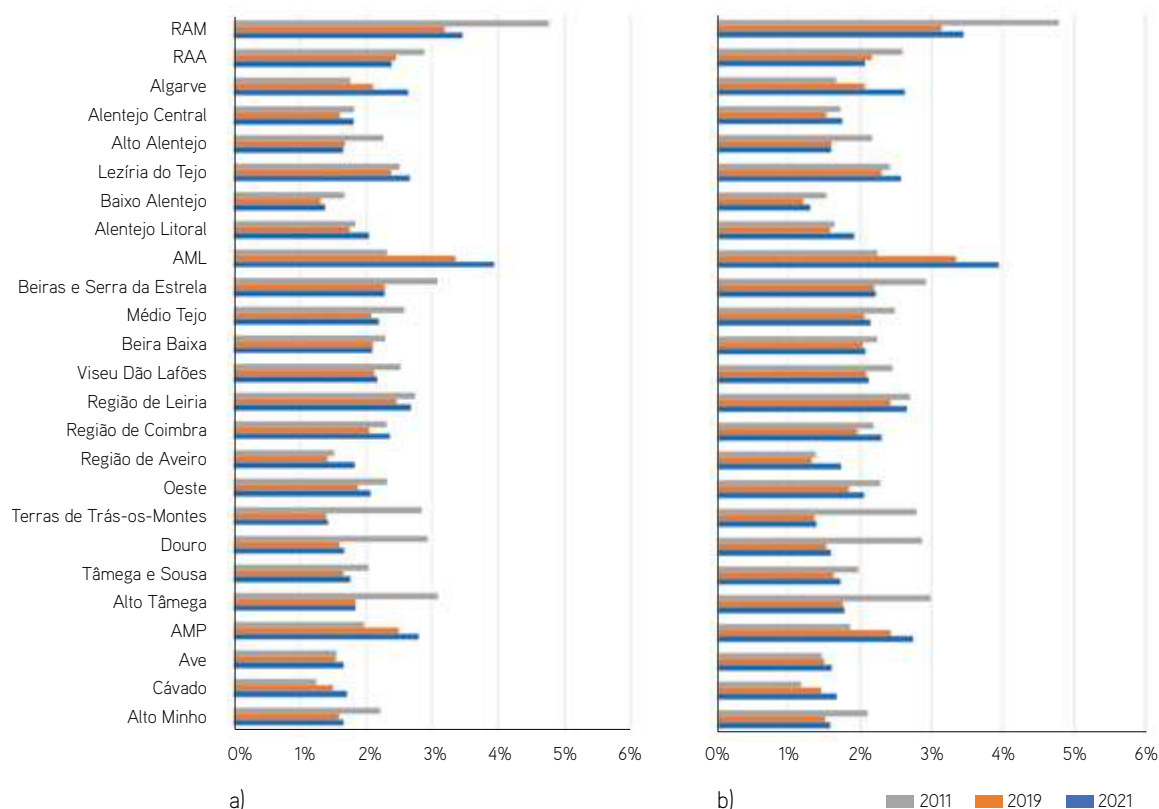


Figura 35 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de Transportes e Armazenagem por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023i)

Praticamente todas as sub-regiões seguiram a tendência nacional quanto ao acréscimo da sua proporcionalidade na estrutura económica, em particular no período pandémico, novamente com as áreas metropolitanas e agora também a registar os maiores crescimentos em número de empresas e estabelecimentos, considerando que a AML e o Algarve mais do que duplicaram os seus quantitativos entre 2011 e 2021). Por conseguinte, as três sub-regiões já referidas onde este grupo de atividades representa menores proporções foram também aquelas onde se registaram variações negativas.

Dentro deste grupo de atividades, o emprego concentra-se essencialmente nas atividades de "Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos" (quase 3% do pessoal ao serviço em estabelecimentos em 2021) (Quadro 20). Pese embora a sua diminuta dimensão, foram as "Atividades postais e de *courier*" que apresentaram variações positivas mais relevantes, sobretudo aquando do contexto pandémico.

Principais atividades do Grande Grupo "Transportes e Armazenagem"			
Divisão da CAE	2011	2019	2021
Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	2,8	2,8	2,8
Armazenagem e atividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)	0,8	0,9	0,8
Atividades postais e de <i>courier</i>	0,4	0,4	0,5

Quadro 20 – As três principais atividades de Transportes e Armazenagem, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%).

Fonte: INE (2023m)

O peso das atividades de "Transportes e Armazenagem", situado nos 4,4% ao nível nacional, revela-se relativamente similar entre as sub-regiões nacionais, com uma pequena sobre-representação especialmente na AML e nas duas regiões autónomas (acima de 5% em todas elas) (Quadro 21), contrastando com outras sub-regiões, como Ave, Tâmega e Sousa e Cávado, com valores em cima dos 2%.

No período 2011-2021, o emprego associado a atividades de "Transporte e Armazenagem" registou um aumento na generalidade das sub-regiões. É interessante perceber que o fator pandemia neste caso gerou diversos comportamentos. Territórios negativamente afetados pela pandemia, levando à perda de emprego no setor (ex. Ave, Região de Coimbra, Baixo Alentejo), conseguiram manter uma taxa de variação positiva no computo da década censitária. Por outro lado, territórios cujo percurso pré-pandémico era negativo, registaram um acréscimo no emprego entre 2019-2021 (ex. Terras de Trás-os-Montes, Médio Tejo), embora insuficiente para uma variação positiva na mesma década.

Região (NUTS II)	Sub-região (NUTS III)	Percentagem do total			Taxa de variação média anual			Taxa de variação média anual (2011-2021) por município	
		2011	2019	2021	2011-19	2019-21	2011-21	Topo	Fundo
Norte	Alto Minho	3,2	4,4	3,1	2,5	0,9	2,2	Paredes de Coura (8,4) Ponte da Barca (5,5) Viana do Castelo (5)	Valença (-3,1) Melgaço (-1,3) Arcos de Valdevez (-0,1)
	Cávado	2,1	3,1	2,1	3,2	0,7	2,8	Braga (5,1) Vila Verde (3,8) Esposende (2,3)	Terras de Bouro (-1,6) Barcelos (-1,5) Amares (1,1)
	Ave	1,9	2,1	2,3	6,6	-3,7	4,1	Póvoa de Lanhoso (21) Fafe (5,4) Guimarães (4)	Mondim de Basto (-4,6) Vieira do Minho (0,3) Cabeceiras de Basto (1,7)
	AMP	4,0	2,5	4,2	2,8	0,4	2,3	Trofa (8,9) Vila do Conde (6,2) Valongo (6)	S. João da Madeira (-0,4) Vale de Cambra (-0,4) Póvoa de Varzim (0,6)
	Alto Tâmega	3,4	4,2	2,8	1,6	2,1	1,7	Ribeira de Pena (7,6) Montalegre (3,7) Chaves (1,8)	Valpaços (-1) Vila Pouca de Aguiar (0,4) Botlicas (0,7)
	Tâmega e Sousa	2,1	2,8	2,2	1,3	5,1	2,1	Castelo de Paiva (15,1) Lousada (8,9) Resende (8,2)	Baião (-5,2) Marco de Canaveses (-2,6) Penafiel (-1)
	Douro	3,8	2,1	2,8	-0,2	0,1	-0,1	Carraceda de Ansiães (13) Murça (4,5) Sernancelhe (3,3)	Tabuaço (-4,5) Moimenta da Beira (-4,1) Freixo de Espada à Cinta (-3,4)
	Terras de Trás-os-Montes	4,0	2,8	2,3	-3,3	4,5	-2	Mirandela (1,2) Macedo de Cavaleiros (0,4) Vila Flor (-0,2)	Mogadouro (-3,6) Bragança (-3,6) Alfândega da Fé (-3,3)
	Total	3,2	2,1	3,3	2,7	0,4	2,2	-	-
Centro	Oeste	5,1	3,3	4,9	0,3	4,1	1,1	Nazaré (11,7) Caldas da Rainha (10,5) Lourinhã (6,4)	Óbidos (-3,9) Sobral de Monte Agraço (-2,1) Alcobaca (-1,4)
	Região de Aveiro	3,0	4,4	3,1	2,8	2,2	2,8	Oliveira do Bairro (13,1) Sever do Vouga (10,5) Vagos (6,3)	Albergaria-a-Velha (-0,8) Aveiro (0,4) Águeda (1,2)
	Região de Coimbra	5,1	3,1	5,2	2,6	-4,4	1	Lousã (11,5) Vila Nova de Poiares (5,6) Mealhada (5)	Mira (-3,6) Pampilhosa da Serra (-3,1) Mortágua (-1,5)
	Região de Leiria	4,6	5,6	5,0	2,6	0,2	2,1	Ansião (8,8) Marinha Grande (4,7) Leiria (4,1)	Pedrogão Grande (-2,8) Alvaiázere (-2,7) Castanheira de Pêra (-2,6)
	Viseu Dão Lafões	5,0	5,0	5,1	2,6	-0,7	1,9	Castro Daire (6,9) Viseu (5,6) Mangualde (0,9)	São Pedro do Sul (-4,9) Penalva do Castelo (-2,9) Carregal do Sal (-2,7)
	Beira Baixa	3,7	5,3	2,9	-0,1	-11	-2,2	Castelo Branco (-1) Idanha-a-Nova (-1,5)	Vila Velha de Ródão (-5,9) Proença-a-Nova (-4,9) Idanha-a-Nova (-1,5)
	Médio Tejo	5,3	3,6	4,9	-1,5	3,4	-0,6	Vila de Rei (5,9) Sertã (3,7) Torres Novas (3,4)	Entroncamento (-6,4) Sardoal (-5,6) Mação (-4,2)
	Beiras e Serra da Estrela	5,1	4,6	4,7	0,9	-2,5	0,2	Trancoso (4,8) Guarda (3,1) Celorico da Beira (1,2)	Fornos de Algodres (-4,8) Belmonte (-3,5) Almeida (-3,2)
	Total	4,6	5,0	4,6	1,5	-0,2	1,2	-	-
AML	AML	5,5	4,6	5,6	2,7	0	2,2	Vila Franca de Xira (7,4) Palmela (6,7) Amadora (6,1)	Alcochete (-2,1) Setúbal (-1,1) Montijo (0,1)
Alentejo	Alentejo Litoral	3,9	5,7	4,0	3,4	4,4	3,8	Odemira (8,4) Sines (5,7) Santiago do Cacém (1,9)	Grândola (-2,4) Alcácer do Sal (-2,1)
	Baixo Alentejo	2,2	3,9	2,1	3,2	-5,2	1,3	Castro Verde (4,7) Alvito (3,3) Beja (2,8)	Ourique (-3,9) Cuba (-2) Barrancos (-2)
	Lezíria do Tejo	5,1	2,3	6,4	4,2	-0,7	3,2	Golegã (17,1) Alpiarça (13,3) Salvaterra de Magos (8)	Chamusca (-4,7) Coruche (-2,7) Rio Maior (-0,4)
	Alto Alentejo	3,3	6,5	3,2	0,3	1,4	0,5	Portalegre (1,3) Ponte de Sor (0,7) Elvas (0,7)	Nisa (-8) Alter do Chão (-6,4) Gavião (-6)
	Alentejo Central	2,9	3,0	3,0	1,1	1,1	1,1	Redondo (9,1) Borba (8,0) Estremoz (1,7)	Mourão (-7,3) Alandroal (-4,7) Portel (-1,4)
	Total	3,8	2,9	4,2	3	0,2	2,5	-	-
Algarve	Algarve	3,3	4,2	3,5	3,8	-0,2	3	Silves (12,0) Vila do Bispo (7,2) Olhão (6,9)	Alcoutim (-3) Castro Marim (-2,7) Monchique (-0,7)
RAA	RAA	5,7	3,3	5,3	0,3	-0,5	0,2	Corvo (11,7) Lajes das Flores (5) Lagoa RAA (4)	São Vicente (-4,9) Santana (-4,1) Porto Santo (-2,4)
RAM	RAM	5,8	5,4	5,6	0,8	4,5	1,6	Santa Cruz (7,1) Ponta do Sol (2,4) Porto Moniz (1,8)	Nordeste (-4,6) Vila Franca do Campo (-4,6) Lajes do Pico (-4,2)
<b>Portugal</b>		<b>4,4</b>	<b>4,4</b>	<b>4,4</b>	<b>2,4</b>	<b>0,2</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Legenda

> Var. negativa				0					> Var. positiva
-----------------	--	--	--	---	--	--	--	--	-----------------

Quadro 21 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades de Transportes e Armazenagem, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021. Fonte: INE (2023m)

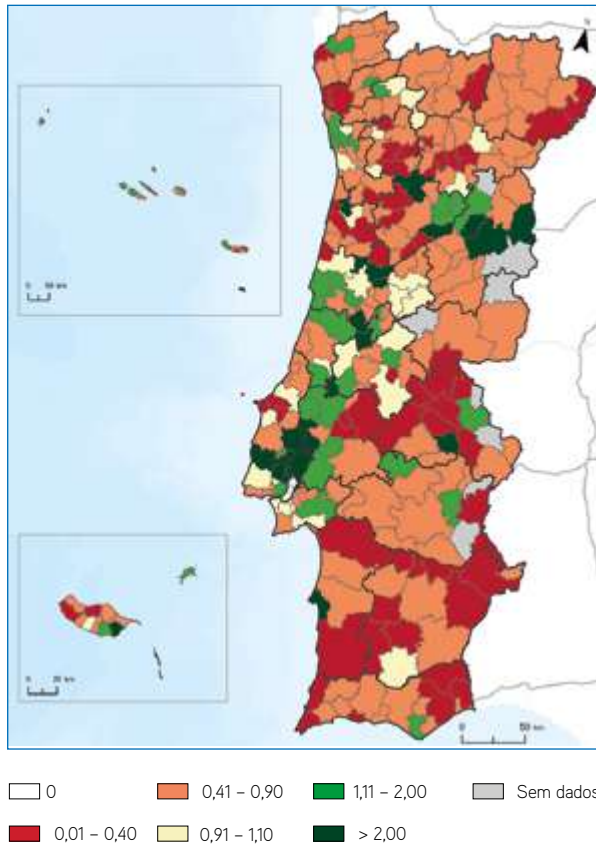


Figura 36 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades de Transportes e Armazenagem, por município, 2021. Fonte: INE (2023c)

dos a áreas tendencialmente conotadas com o setor da logística, em particular nas áreas metropolitanas e áreas subjacentes, numa faixa entre a envolvente da AML e a área de Pombal/Figueira da Foz, Castro Daire, Guarda e envolvente e Sines, sendo os casos de Mangualde, na Mealhada e Vila Franca de Xira, que em absoluto, registam os QL mais elevados, correspondentes a uma maior especialização nestas atividades económicas, inversamente aos registos de Mourão, Monforte e Castelo de Vide.

Verificam-se aqui correlações suaves entre a maior concentração de emprego deste grande grupo e a maior proximidade às áreas metropolitanas (na medida em que as áreas metropolitanas como nas suas envolventes alargadas são áreas preferenciais de instalação de determinadas atividades, nomeadamente de logística, que simultaneamente servem os grandes mercados económicos e beneficiam das diversas redes de transporte para os mercados nacionais e internacionais).

### Em síntese - Transformações nas atividades de Transportes e Armazenagem

Baseado na evolução dos estabelecimentos e do emprego em estabelecimentos, durante o período de estudo, observou-se que as várias sub-regionais nacionais apresentaram, entre 2011-2019, um comportamento muito similar entre elas – a maioria registou um aumento do emprego mas uma redução do número de estabelecimentos, salvo poucas exceções que registam um crescimento considerável – originando uma concentração em mancha na Figura 37.

No Quadro 21, apresentam-se os municípios com melhor e pior performance quanto à taxa de variação média anual do emprego em estabelecimentos, entre 2011 e 2021. Neste período, 12 municípios duplicaram ou até triplicaram o pessoal ao serviço em atividades de "Transportes e Armazenagem". As taxas mais elevadas foram assinaladas por alguns municípios com pequena representatividade destas atividades (mormente, Póvoa de Lanhoso, Golegã e Castelo de Paiva), mas também por outros onde esta atividade tem presença relevante, como são exemplo Caldas da Rainha ou Vila Franca de Xira. Já as maiores perdas de emprego surgem em Alter do Chão, Mourão e Nisa.

Analisando os QL municipais em função da representatividade do Grande grupo de atividades de "Transportes e armazenagem" nacional, 25% dos municípios apresentam um QL superior a 1 (Figura 36), ou seja, apresentam maior especialização nestas atividades que os restantes, e em 7% o quociente é extraordinariamente elevados (superior a 2), obtidos por municípios ligados a áreas tendencialmente conotadas com o setor da logística, em particular nas áreas metropolitanas e áreas subjacentes, numa faixa entre a envolvente da AML e a área de Pombal/Figueira da Foz, Castro Daire, Guarda e envolvente e Sines, sendo os casos de Mangualde, na Mealhada e Vila Franca de Xira, que em absoluto, registam os QL mais elevados, correspondentes a uma maior especialização nestas atividades económicas, inversamente aos registos de Mourão, Monforte e Castelo de Vide.

Como já referido, a pandemia veio despoletar uma maior diferenciação de comportamentos sub-regionais, verificando-se uma generalizada variação positiva de estabelecimentos (com casos a atingir acréscimos acima dos 15%), aumentando também a discrepância quanto à variação do emprego, onde algumas sub-regiões ultrapassaram perdas de 10%.

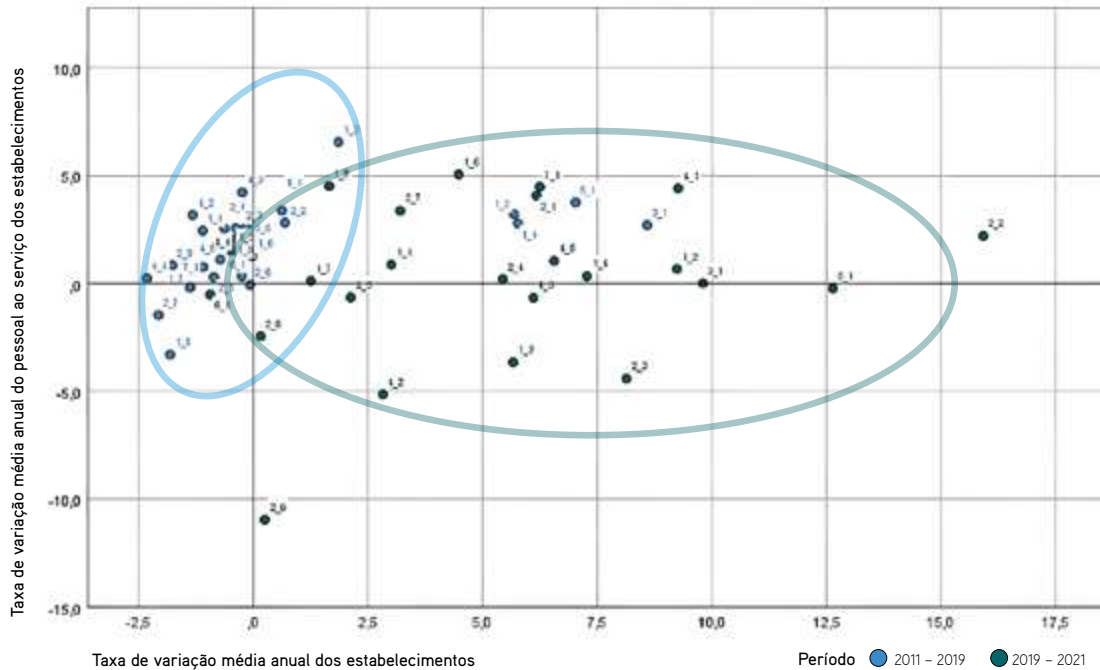


Figura 37 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades de Transportes e Armazenagem e taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades de Transportes e Armazenagem, por sub-região, nos períodos 2011-2019 e 2019-2021. Fonte: INE (2023i, 2023m)

### 3.2.4 Grande Grupo 3: Alojamento e Restauração

Como já referido, o conjunto de atividades de Alojamento e Restauração foi dos que mais sofreu com a crise pandémica, muito devido, por um lado, a algumas economias locais e regionais altamente baseadas no setor do Turismo e, por outro lado, como consequência das restrições nas diversas categorias de mobilidade dos consumidores (trabalho, negócios, lazer, etc.) (Brito-Henriques & Larrabure, 2021).

Do ponto de vista regional, o peso das empresas e estabelecimentos ligados às atividades de Alojamento e Restauração revela-se muito importante, num primeiro nível, no Algarve, e num segundo nível das duas regiões autónomas e Alentejo Litoral (Figura 38). Em todas as restantes sub-regiões, este grupo de atividades representa menos de 10% das suas empresas e estabelecimentos, sendo principalmente as sub-regiões do Norte e Centro que denotam as menores proporções.

A generalidade das sub-regiões portuguesas registou um crescimento significativo do número de estabelecimentos e empresas de Alojamento e Restauração entre 2011 e 2019, assinalando-se as taxas de crescimento médias anuais mais elevadas no Algarve e regiões autónomas, territórios economicamente muito ancorados no setor do turismo. O contexto pandémico trouxe uma nova realidade a este grupo de atividades, afetando negativamente todas as sub-regiões, com exceção da AMP e da região Viseu Dão Lafões. Olhando para o panorama do emprego, neste grande grupo destacam-se as atividades de "Restauração e similares", representando 6,1% do emprego em estabelecimentos em Portugal, tendo as atividades de "Alojamento" cerca de um terço da sua dimensão (Quadro 22). Ambos sofreram com a pan-

demia, mas de forma diferenciada. No período pré-pandémico, as duas atividades registavam um crescendo quanto à representatividade do emprego. A pandemia viria a causar um volume considerável de fechos de estabelecimentos da restauração e similares e constrangimentos às atividades de alojamento e, por consequência, despedimentos, fazendo com que tais atividades vissem a sua representatividade reduzir, no caso da restauração para valores abaixo dos do início da década censitária. Aliás, foi o setor dos "Alojamentos" que, apesar de também registar uma quebra de representatividade, foi a força motriz da grande dinâmica de crescimento entre 2011 e 2021, não só por via da dinâmica dos estabelecimentos hoteleiros, mas também de outras tipologias de alojamento.

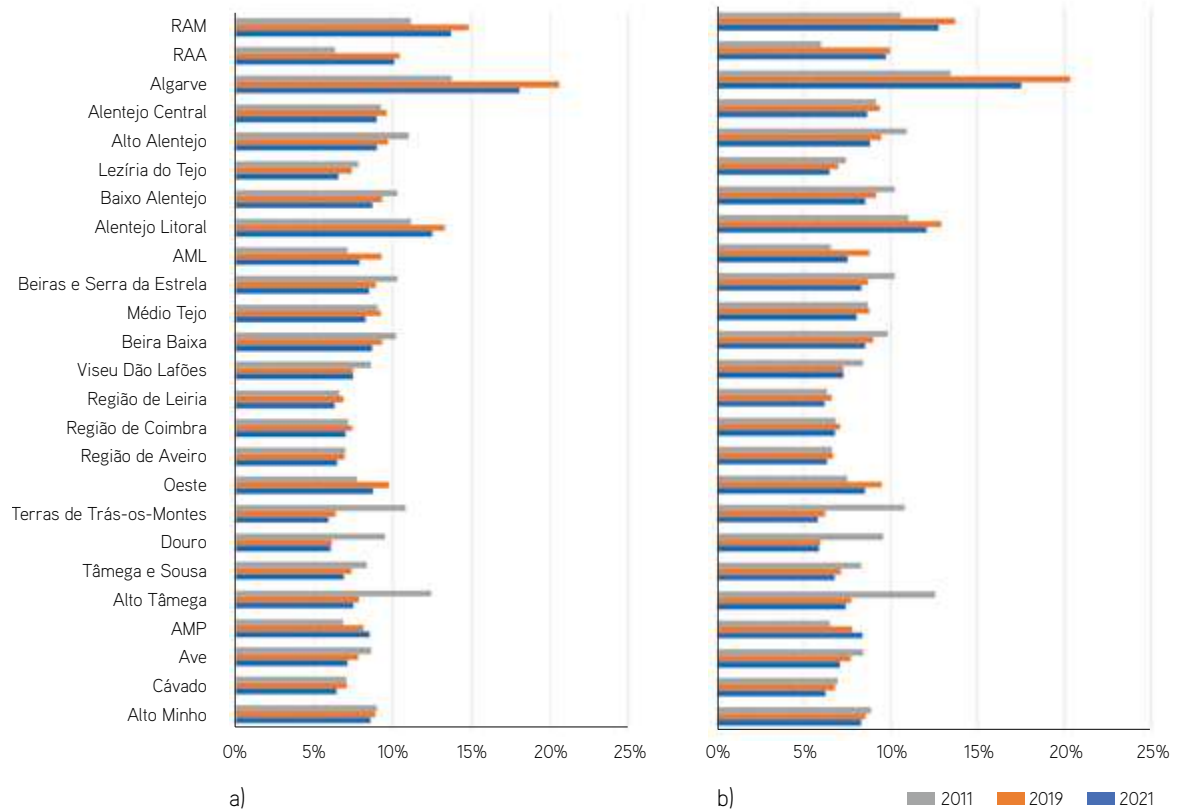


Figura 38 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de Alojamento e Restauração por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023i)

Principais atividades do Grande Grupo "Alojamento e Restauração"			
Divisão da CAE	2011	2019	2021
Restauração e similares	6,5	6,8	6,1
Alojamento	1,6	2,8	2,4

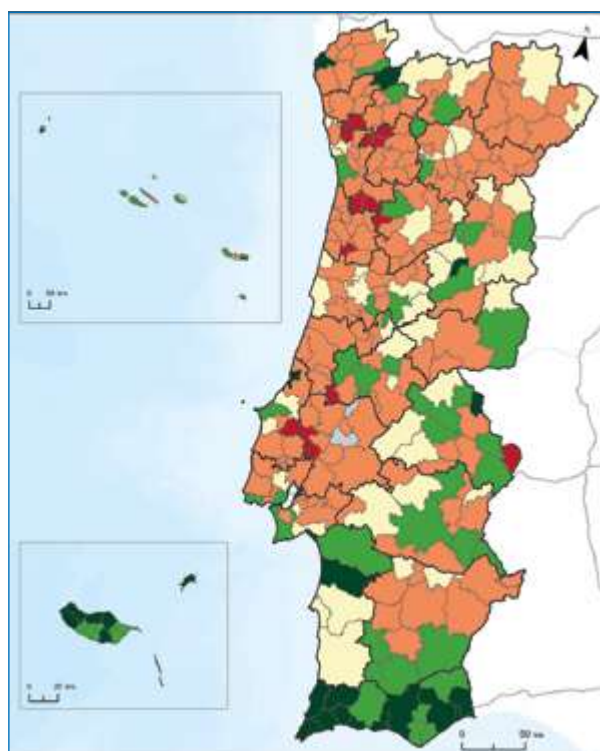
Quadro 22 – As atividades de Alojamento e Restauração, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%). Fonte: INE (2023m)

Como já referido, nos três momentos de análise, o Grande grupo "Alojamento e Restauração" em Portugal aproximou-se dos 10% quando falamos de emprego em estabelecimentos, sendo o valor mais elevado no ano de 2019 (9,5%), ano exatamente antes do despoletar da pandemia, fator que levou ao decréscimo desta representatividade em 2021 (Quadro 23). Esta tendência verificou-se na grande maioria das sub-regiões portuguesas, em particular naquelas onde este sector é especialmente representativo (ex. Algarve e RAM, cujo setor do Alojamento e Restauração é mais do dobro do valor nacional).

Considerando a variação do emprego em estabelecimentos, entre 2011 e 2019, as taxas de variação médias anuais foram muito positivas na generalidade das sub-regiões portuguesas, e em particular na RAA, Algarve, em ambas as áreas metropolitanas e ainda no Alentejo Litoral, áreas de forte tradição turística. Contudo, nenhuma sub-região conseguiu a manutenção dos quantitativos entre 2019 e 2021, demonstrando o impacto generalizado da pandemia no emprego deste setor, fazendo com que o crescimento no período pré-pandémico fosse absorvido (Quadro 23). Com um crescimento relevante do emprego entre 2011 e 2021 destaca-se a RAA (6,6%) e a AMP (5%).

O Quadro 23 oferece ainda um olhar ao nível municipal. Na última década, em 8 municípios mais que dobrou o número de pessoas ao serviço em estabelecimentos em atividades de "Alojamento e Restauração", essencialmente verificado em municípios fortemente conotados com a atividade turística (ex. Aljezur, no Algarve, Vila Nova de Gaia, no Norte, e ainda Calheta, Madalena e São Roque do Pico nas regiões autónomas), sendo a proximidade ao litoral um impulsionador deste setor. Por sua vez, em alguns municípios, verificou-se uma quebra no emprego em "Alojamento e Restauração", realidades mais prementes em Portel, Barrancos e Campo Maior, todas no Alentejo.

Permitindo confrontar a relevância do emprego do Grande grupo de atividades de "Alojamento e Restauração" dos municípios com o valor nacional, verifica-se que 34% dos municípios nacionais regista um QL superior a 1 (Figura 39), e com ainda maior especialização, 8% com QL superior a 2, especialmente concentrados nas regiões autónomas e região do Algarve (com destaque para Vila do Bispo e Albufeira), para além de alguns territórios de forma isolada, como Caminha e Terras de Bouro, no Norte,



0 0,41 - 0,90 1,11 - 2,00 Sem dados  
 0,01 - 0,40 0,91 - 1,10 > 2,00

Figura 39 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades de Alojamento e Restauração, por município, 2021. Fonte: INE (2023c)

Manteigas, Nazaré e Marvão, no Centro, e Grândola, no Alentejo, na grande maioria municípios que têm a sua base económica ligada a atividades que exploram e potencializam o turismo, e, portanto, especializados nas atividades de Alojamento e Restauração. Por oposição, Oliveira de Azeméis, Alcanena e Felgueiras são os que apresentam menor QL associado a este Grupo económico.

A presença deste grande grupo de atividades correlaciona-se positivamente com a capacidade de alojamento turístico e a sua taxa de ocupação, fazendo emergir a importância do turismo para estas atividades. Do mesmo modo, tendo sido um setor extremamente penalizado pela pandemia, municípios com maior proporção de emprego neste setor revelaram também maiores volumes de financiamento per capital relativo ao programa REACT-EU. Já a proximidade às áreas metropolitanas e a litoralização não se revelam tão explicativas, muito devido à diversidade de destinos turísticos para além das grandes cidades, nomeadamente o Algarve e ambas as regiões autónomas.

Região (NUTS II)	Sub-região (NUTS III)	Percentagem do total			Taxa de variação média anual			Taxa de variação média anual (2011-2021) por município	
		2011	2019	2021	2011-19	2019-21	2011-21	Topo	Fundo
Norte	Alto Minho	7,8	8,3	7,5	4,1	-3,6	2,3	Caminha (8,4) Arcos de Valdevez (4,1) Vila Nova de Cerveira (4)	Valença (-1,1) Melgaço (0,2) Ponte da Barca (1,2)
	Cávado	5,5	5,7	5,4	3,5	-2,6	2,1	Terras de Bouro (4) Esposende (2,9) Vila Verde (2,4)	Amares (-0,8) Barcelos (1,5) Braga (2,3)
	Ave	4,6	4,6	4,5	2,1	-0,7	1,5	Vizela (5,4) Vieira do Minho (3,3) Póvoa de Lanhoso (1,8)	Mondim de Basto (0,8) Guimarães (1,1) Cabeceiras de Basto (1,3)
	AMP	6,1	8,1	7,9	6,9	-1,8	5	Maia (11,9) Vila Nova de Gaia (7,9) Porto (5,8)	Vale de Cambra (0,4) Oliveira de Azeméis (0,4) Espinho (0,7)
	Alto Tâmega	9,9	8,2	7,6	1,6	-2,7	0,7	Boticas (5,2) Vila Pouca de Aguiar (3,2) Valpaços (2)	Chaves (-0,5) Montalegre (0,4) Ribeira de Pena (1,9)
	Tâmega e Sousa	4,1	4,2	3,9	2	-1,9	1,2	Celorico de Basto (2,8) Amarante (2,3) Cinfães (2)	Resende (-1,3) Paços de Ferreira (0,2) Lousada (0,2)
	Douro	8,5	7,5	7,2	2,1	-1,5	1,3	Lamego (8,4) Sabrosa (4,1) Mesão Frio (3,4)	Tabuaço (-2,4) Torre de Moncorvo (-1,2) São João da Pesqueira (-1,2)
	Terras de Trás-os-Montes	9,5	7,3	6,7	1	-3,3	0,1	Bragança (1,1) Mogadouro (1,1) Macedo de Cavaleiros (0,7)	Vila Flor (-1,8) Alfândega da Fé (-1,7) Vinhais (-1,6)
	Total	5,9	7,0	6,7	4,9	-1,9	3,4	-	-
Centro	Oeste	6,6	8,3	7,6	6,2	-5,9	3,2	Nazaré (6,2) Peniche (5,2) Alcobaca (4,5)	Cadaval (-0,3) Alenquer (1,3) Torres Vedras (1,3)
	Região de Aveiro	5,5	5,5	5,0	2,2	-2,2	1,2	Ílhavo (4,6) Vagos (3) Sever do Vouga (2,2)	Ovar (-0,9) Murto (-0,7) Albergaria-a-Velha (0,1)
	Região de Coimbra	7,5	7,8	7,3	1,8	-4,3	0,4	Penela (4,2) Montemor-o-Velho (3,7) Arganil (3,5)	Mealhada (-2,6) Condeixa-a-Nova (-1,2) Lousã (-1)
	Região de Leiria	5,2	5,7	5,2	2,9	-5,1	1,1	Alvaiázere (3,2) Pombal (1,8) Castanheira de Pêra (1,7)	Pedrogão Grande (-1) Porto de Mós (0,3) Batalha (0,7)
	Viseu Dão Lafões	7,4	6,7	6,5	0,5	-1,3	0,1	Penalva do Castelo (4,5) Carregal do Sal (3,4) Oliveira de Frades (3,1)	São Pedro do Sul (-2,9) Nelas (-2,4) Santa Comba Dão (-1,7)
	Beira Baixa	8,1	8,6	7,2	1	-8,9	-1,1	Oleiros (4,9) Proença-a-Nova (0,5) Vila Velha de Ródão (0,3)	Idanha-a-Nova (-2) Castelo Branco (-1,6) Penamacor (-0,4)
	Médio Tejo	7,7	9,2	8,1	2,6	-5,8	0,7	Vila de Rei (4,8) Sardoal (2,5) Ferreira do Zêzere (2)	Abrantes (-2,1) Alcanena (-1,9) Constância (-0,4)
	Beiras e Serra da Estrela	8,4	8,2	8,2	0,8	-0,2	0,6	Fornos de Algodres (8) Mêda (5,8) Manteigas (3,6)	Figueira de Castelo Rodrigo (-2,6) Celorico da Beira (-2,5) Trancoso (-1,7)
	Total	6,7	7,2	6,6	2,5	-4,1	1	-	-
AML	AML	8,9	10,7	9,0	5	-7	2	Oeiras (8,9) Mafra (4,7) Amadora (3,7)	Moita (-0,4) Vila Franca de Xira (-0,1) Barreiro (0,3)
Alentejo	Alentejo Litoral	10,5	11,7	10,6	5,3	-1,7	3,8	Grândola (6,6) Alcácer do Sal (5,6) Odemira (4,5)	Santiago do Cacém (0,8) Sines (1,2) Odemira (4,5)
	Baixo Alentejo	8,3	7,8	6,9	1,3	-4,6	0	Mértola (1,9) Ourique (1,6) Castro Verde (0,9)	Barrancos (-3,9) Alvito (-2,8) Cuba (-1,6)
	Lezíria do Tejo	5,6	5,8	5,4	1,1	-2,6	0,3	Santarém (1,8) Salvaterra de Magos (0,9) Coruche (0,9)	Azambuja (-2,9) Charnusca (-1,2) Cartaxo (-1,1)
	Alto Alentejo	9,6	8,6	8,2	0	-4,3	-0,8	Arronches (7) Marvão (2,2) Alter do Chão (1,2)	Campo Maior (-4,8) Monforte (-3,5) Fronteira (-3,1)
	Alentejo Central	8,6	9,8	9,0	2,9	-5,1	1,1	Mourão (8,2) Reguengos de Monsaraz (3,6) Montemor-o-Novo (2,3)	Portel (-3,7) Mora (-1,4) Arraiolos (-0,9)
	Total	7,9	8,3	7,7	2,2	-3,5	0,9	-	-
Algarve	Algarve	20,6	24,9	21,6	7,3	-9,4	2,9	Aljezur (14,7) Vila do Bispo (7,5) São Brás de Alportel (6,3)	V.R.S. António (-0,7) Albufeira (0,9) Alcoutim (1,7)
RAA	RAA	8,2	12,8	12,4	9	-1,7	6,6	Madalena (16,5) São Roque do Pico (15,9) Lajes das Flores (13,5)	Santa Cruz da Graciosa (1,5) Velas (2,9) Santa Cruz das Flores (3)
RAM	RAM	16,8	20,2	18,1	4,9	-4,2	2,8	Calheta RAM (17,5) Porto Moniz (5,5) São Vicente (4,8)	Machico (-0,2) Santa Cruz (1,1) Porto Santo (1,3)
<b>Portugal</b>		<b>8,1</b>	<b>9,5</b>	<b>8,5</b>	<b>4,7</b>	<b>-5,2</b>	<b>2,4</b>	-	-

Legenda

> Var. negativa	0	> Var. positiva
-----------------	---	-----------------

Quadro 23 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades de Alojamento e Restauração, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021. Fonte: INE (2023m)



## Em síntese – Transformações nas atividades de Alojamento e Restauração

Como notas finais relativamente às dinâmicas combinadas dos estabelecimentos e do emprego no grande grupo das atividades de "Alojamento e Restauração", torna-se muito evidente o impacto da pandemia neste setor (Figura 40). Enquanto no período pré-pandémico, a grande maioria das sub-regiões portuguesas apresentava uma dinâmica positiva quanto ao crescimento de estabelecimento e emprego no setor do "Alojamento e Restauração", pese embora as realidades diferenciadas; o período pandémico 2019-2021 vem inverter tal tendência de forma quase total, com a perda generalizada tanto de estabelecimentos como de empregos. Pode-se, assim, afirmar que este setor foi o mais penalizado pelos constrangimentos gerados pela Covid-19.

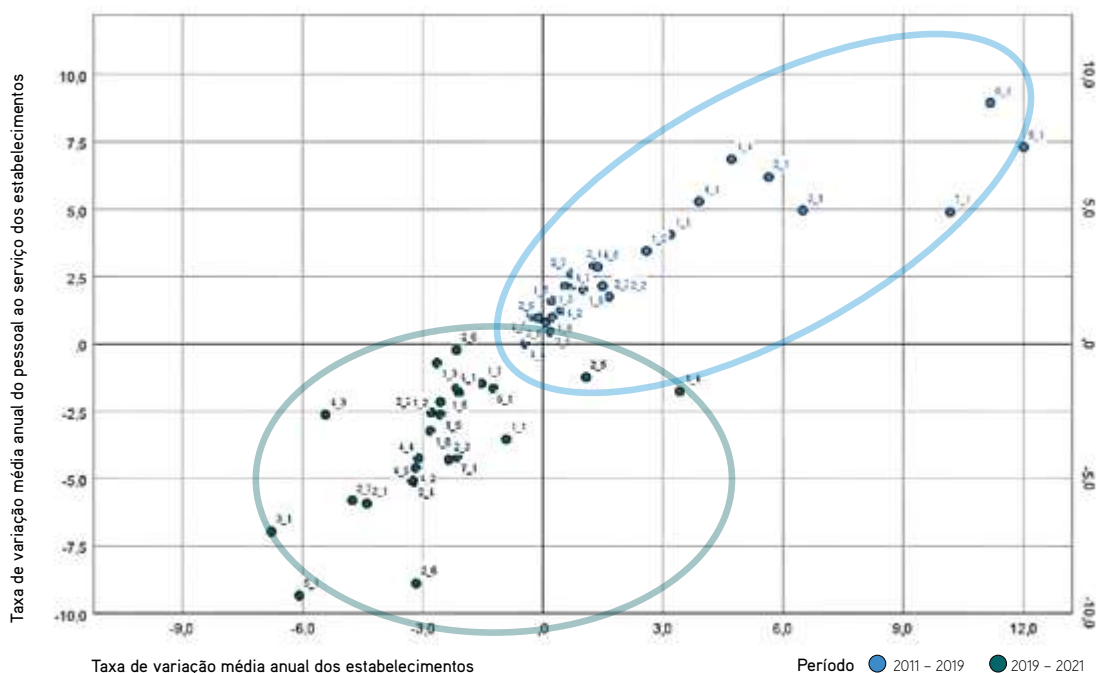


Figura 40 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades de Alojamento e Restauração e taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades de Alojamento e Restauração, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021. Fonte: INE (2023i, 2023m)

### 3.2.5 Grande Grupo 4: Serviços de Apoio à Produção

As atividades dos Serviços de Apoio à Produção são o grande motor económico das atividades de serviços em Portugal, tendo crescido entre os anos de 2011 e 2021, incluindo no período influenciado pela pandemia, contrariamente à maioria das outras atividades. Aqui se incluem serviços associados a recursos humanos e trabalho temporário, serviços administrativos, *call-centers*, atividades de telecomunicações, programação e consultoria informática, serviços de informação, atividades financeiras, entre muitos outros.

De acordo com a natureza dos serviços deste grande grupo, a sua proporção nas económicas sub-regionais quanto a empresas e estabelecimentos revelam-se muito diferenciadas: se, por um lado, são muito relevantes no seio da economia das áreas metropolitanas, representando cerca de 40% das empresas e estabelecimentos da AML e um pouco mais de 30% na AMP, em dez das 25 sub-regiões os valores são inferiores a 20%, com especial incidência aos territórios do Alto Minho, ao Cávado e ao Ave, no Norte, e na maioria das sub-regiões do Alentejo (Figura 41). Tal como nos grandes grupos de atividades já observados, as distribuições das atividades nas empresas e estabelecimentos revelam-se muito similares.

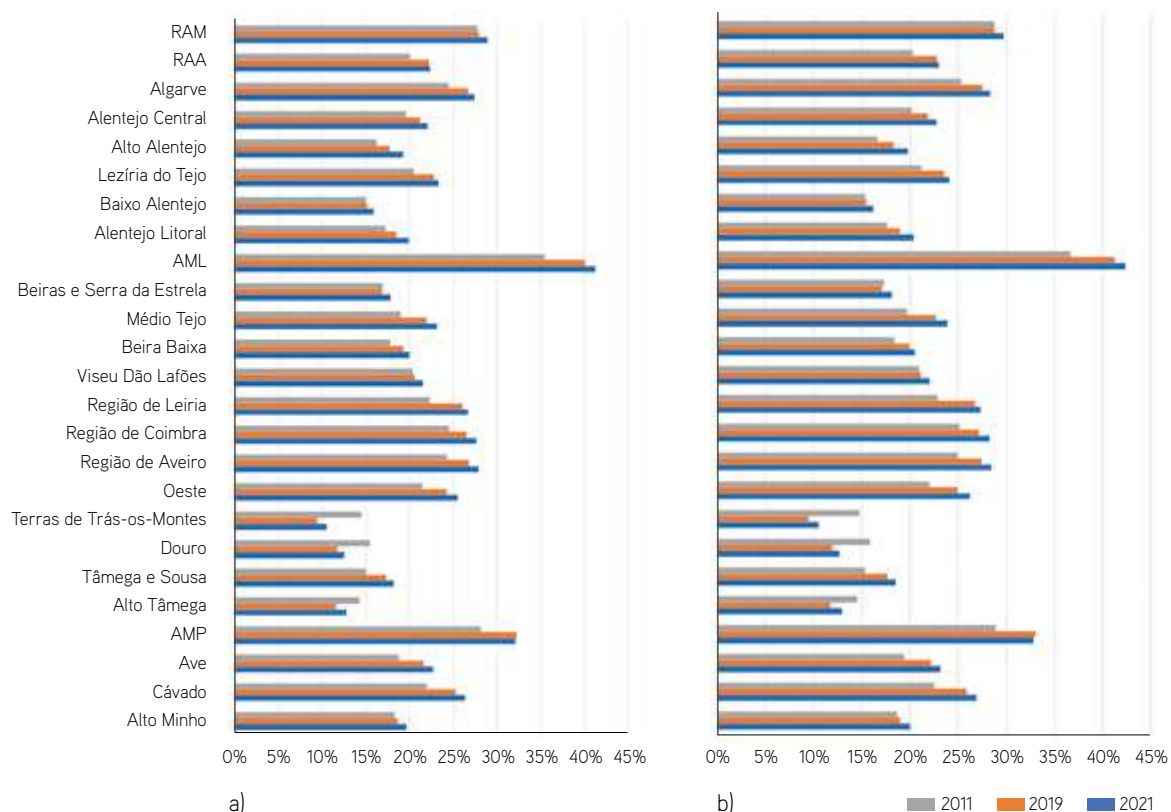


Figura 41 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de atividades de Serviços de Apoio à Produção por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023i)

Por sua vez, as sub-regiões com maior crescimento entre 2011 e 2021 em termos de número de empresas e estabelecimentos localizam-se essencialmente a norte, com destaque para o Cávado e no Tâmega e Sousa, e ainda no Algarve. É de sublinhar que este acréscimo se deu tanto entre 2011 a 2019 como no período pandémico, apesar neste último com menores dimensões médias anuais.

No domínio do emprego relacionado com as atividades dos Serviços de Apoio à Produção, são as "Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas" que possuem uma maior e crescente representatividade no tecido económico (4,7% e 5,7% do emprego em estabelecimentos, em 2011 e 2021, respetivamente) (Quadro 24). Apesar da sua menor dimensão, é de salientar a duplicação do peso da "Consultoria e programação informática e atividades relacionadas" na década em estudo, demonstrando o aumento absoluto e relativo do emprego altamente qualificado no país.

Principais atividades do Grande Grupo "Serviços de Apoio à Produção"			
Divisão da CAE	2011	2019	2021
Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	4,7	5,5	5,7
Atividades de emprego	2,6	2,9	2,6
Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	1,1	1,8	2,2

Quadro 24 – As três principais atividades de Serviços de Apoio à Produção, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%). Fonte: INE (2023m)

O emprego em estabelecimentos deste grande grupo de serviços concentra-se particularmente nas duas áreas metropolitanas, onde o seu peso no total da economia é muito relevante (38% do emprego na AML e 25% na AMP, em 2021), revelando uma tendência crescente entre 2011 e 2021, o que pela dimensão populacional que representam, influencia fortemente a proporção nacional (Quadro 25).

A variação do emprego em termos absolutos, entre 2011 e 2021, revelou-se positiva em todas as sub-regiões nacionais, embora com dimensões distintas (Quadro 25). Os maiores crescimentos surgiram em parte da região Norte (ex. Alto Minho, Tâmega e Sousa, Cávado), na Região de Aveiro e no Alto Alentejo.

Apesar desta dinâmica positiva, ao contrário do que sucedeu com as empresas e estabelecimentos, no caso das pessoas ao serviço registaram-se quebras durante o período da COVID-19 em algumas sub-regiões (ex. -9,3% no Oeste, -4,7% no Algarve), mostrando uma menor resiliência do emprego. Por outro lado, o Alto Minho e a Região de Aveiro apresentaram as taxas de variação média anuais mais elevadas em período pandémico (8,6% e 14%, respetivamente).

No Quadro 25 sistematiza-se o comportamento quanto ao emprego em estabelecimentos dos municípios, por sub-região. Entre 2011-2021, 10 municípios mais que duplicaram, ou até triplicaram, o número de pessoas ao serviço em atividades dos "Serviços de Apoio à Produção". As variações mais significativas foram registadas em municípios de menor dimensão na rede urbana e sistema económico, casos de Valença, Elvas e Carregal do Sal. Não obstante, alguns municípios metropolitanos e com uma elevada proporção emprego nos "Serviços de Apoio à Produção" registaram também crescimentos muito importantes, como são exemplos Odivelas ou Loures (acima de 10% de crescimento). Oliveira de Frades, Entroncamento e Portel registaram as maiores quebras relativas.

Os QL municipais relacionados com o emprego no Grande grupo de atividades de "Serviços de Apoio à Produção" revelam maior especialização em apenas 8% dos municípios (assumindo QL acima de 1) e apenas Lisboa apresenta um quociente superior a 2 (Figura 42), demonstrativo da sua grande especialização no computo geral. Este facto prende-se com a natureza altamente especializada e intensiva em conhecimento destas atividades e, portanto, associada a um tecido económico mais específico e tradicionalmente concentrado nas grandes áreas metropolitanas, grandes cidades (ex. Coimbra e Funchal) e ainda regiões conotadas com um perfil produtivo específico (ex. Sines e Aveiro), neste caso todos os municípios especializados localizam-se junto ao litoral.

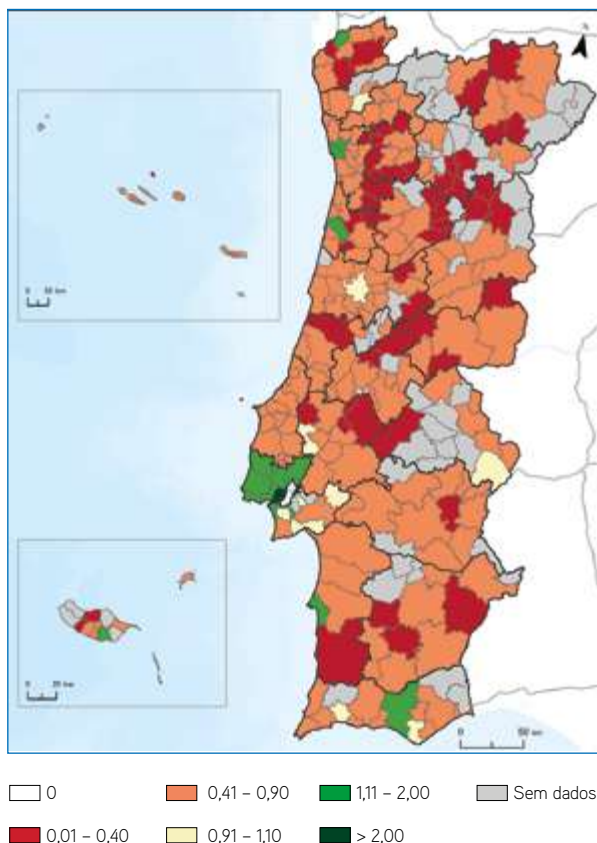


Figura 42 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços de Apoio à Produção, por município, 2021. Fonte: INE (2023c)

Região (NUTS II)	Sub-região (NUTS III)	Percentagem do total			Taxa de variação média anual			Taxa de variação média anual (2011-2021) por município	
		2011	2019	2021	2011-2019	2019-2021	2011-2021	Topo	Fundo
Norte	Alto Minho	11,2	13,5	15,4	6,4	8,6	7,7	Valença (20,1) Paredes de Coura (9,3) Viana do Castelo (8,6)	Caminha (0,8) V. Nova de Cerveira (1,6) Ponte da Barca (3,1)
	Cávado	13,0	16,0	17,1	6,8	2,9	6,3	Braga (5,9) Esposende (7,6)	-
	Ave	9,6	11,4	11,9	4,8	2,2	4,4	Guimarães (6) Cabeceiras de Basto (4,8) Vila Nova de Famalicão (3,7)	Póvoa de Lanhoso (-0,1) Fafe (3,2)
	AMP	21,7	25,1	25,2	4,4	-0,4	3,4	Paredes (9,8) São João da Madeira (7) Trofa (6,5)	Maia (1,4) Póvoa de Varzim (1,5) Arouca (1,6)
	Alto Tâmega	10,1	9,2	10,1	3,2	6,1	4	Chaves (1,5)	-
	Tâmega e Sousa	6,6	8,7	8,7	6,1	1,7	5,4	Felgueiras (10,7) Marco de Canaveses (6,6) Castelo de Paiva (5,3)	Paços de Ferreira (3,1) Lousada (3,1) Penafiel (4)
	Douro	11,4	9,5	10,5	1,2	5,8	2,2	Moimenta da Beira (6,5) Vila Real (4,2) Sernancelhe (3,1)	Lamego (-1,7) S. João da Pesqueira (1,7)
	Terras de Trás-os-Montes	10,9	8,8	9,8	1,8	5,8	2,7	Macedo de Cavaleiros (7,3) Bragança (2,6) Mirandela (2)	Vinhais (-2,2)
	Total	16,3	18,8	19,1	4,7	0,9	4	-	-
Centro	Oeste	13,6	18,5	15,8	7,8	-9,3	3,2	S. de Monte Agraço (7,2) Cadaval (5,4) Lourinhã (5,3)	Alenquer (1,7) Caldas da Rainha (2) Alcobaça (2,4)
	Região de Aveiro	14,1	16,1	19,5	3,9	14	6,8	Aveiro (10) Sever do Vouga (5,9) Albergaria-a-Velha (4,7)	Vagos (1,1) Estarreja (1,1) Murtoza (1,5)
	Região de Coimbra	17,2	17,8	19,1	1,7	2,7	2	Mortágua (13,6) Montemor-o-Velho (10,3) Mealhada (7,7)	Coimbra (0,5) Condeixa-a-Nova (1,9) Tábua (2)
	Região de Leiria	13,5	16,8	17,0	5	0,1	4	Ansião (7,8) Porto de Mós (5) Leiria (4,4)	Batalha (2,6) Marinha Grande (3,2)
	Viseu Dão Lafões	12,3	13,5	14,7	3,1	5,2	3,8	Carregal do Sal (13,6) Nelas (9,1) Viseu (4,4)	Oliveira de Frades (-2,5) Tondela (0,7) São Pedro do Sul (1,4)
	Beira Baixa	14,5	13,9	15,0	-0,4	2,9	0,3	Castelo Branco (-0,1)	-
	Médio Tejo	12,7	14,0	14,9	1,4	3,1	1,8	Constância (9,9) Ferreira do Alentejo (7,4) Tomar (5,1)	Entroncamento (-3,7) Alcanena (0,7)
	Beiras e Serra da Estrela	11,7	13,0	14,2	2,5	4,7	3,1	Mêda (10,2) Fundão (9,1) Sabugal (5)	Seia (-2,2) Guarda (2,1) Covilhã (3,6)
	Total	14,0	16,2	17,0	3,7	2,4	3,6	-	-
AML	AML	32,9	36,8	38,7	3,8	3,5	3,9	Montijo (12,4) Odivelas (10) Loures (7,7)	Setúbal (-0,6) Sintra (0,8) Vila Franca de Xira (1,5)
Alentejo	Alentejo Litoral	16,8	15,5	16,0	2,1	5,2	2,9	Odemira (10,8) Alcácer do Sal (8,2) Grândola (4,7)	Santiago do Cacém (-1,2) Sines (1,8)
	Baixo Alentejo	10,8	9,9	10,2	1	2,1	1,2	Vidigueira (8,7) Ourique (3,9) Serpa (3,8)	Beja (-1,5) Moura (0,4) Aljustrel (1)
	Lezíria do Tejo	13,7	15,1	14,9	2	-0,1	1,5	Azambuja (6) Almeirim (4,2) Golegã (3,3)	Santarém (-0,8) Cartaxo (0,5) Coruche (1,7)
	Alto Alentejo	10,7	13,4	15,6	5,1	5,7	5,6	Elvas (14,4) Campo Maior (9,3) Portalegre (1,4)	Ponte de Sor (-0,3) Portalegre (1,4) Campo Maior (9,3)
	Alentejo Central	13,6	14,2	14,2	1,6	-0,8	1,1	Arraiolos (5,7) Vila Viçosa (4,3) Montemor-o-Novo (3,7)	Portel (-5,2) Évora (0,2) Borba (0,4)
	Total	13,4	14,0	14,3	2,1	1,7	2,1	-	-
Algarve	Algarve	19,1	21,7	21,0	6,1	-4,7	3,5	Olhão (6,7) São Brás de Alportel (6,4) Tavira (5,9)	V.R.S. António (1,6) Albufeira (1,9) Faro (2,1)
RAA	RAA	14,5	0,0	15,8	Sem dados	Sem dados	2,1	Ribeira Brava (8) V. Franca do Campo (7,9) São Roque do Pico (7,7)	Ribeira Grande (0,2) Ponta Delgada (1) Angra do Heroísmo (2,2)
RAM	RAM	18,9	0,0	21,4	Sem dados	Sem dados	3,5	Câmara de Lobos (4,5) Machico (4,3) Porto Santo (4,2)	Funchal (3) São Vicente (3,2) Ponta do Sol (3,9)
<b>Portugal</b>		<b>21,0</b>	<b>23,8</b>	<b>24,7</b>	<b>4,0</b>	<b>2,1</b>	<b>3,8</b>	-	-

Legenda

> Var. negativa	0	> Var. positiva
-----------------	---	-----------------

Quadro 25 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços de Apoio à Produção, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021. Fonte: INE (2023m)

Assim, áreas de maior concentração territorial de atividades dos Serviços de Apoio à Produção estão particularmente associadas a questões socioeconómicas como maior qualificação da população, maior peso do emprego por conta de outrem, maior poder de compra, e daí também a relação com custos habitacionais mais elevados; e com aspetos territoriais (ex. litoralidade, proximidade às áreas metropolitanas e densidade populacional). Dada a sua natureza quanto ao tecido económico, são também as áreas onde se verificou maior obtenção de financiamento per capita do programa REACT-EU, para colmatar os impactes económicos da pandemia.

### Em síntese - Transformações nas atividades de Serviços de Apoio à Produção

O Grande grupo de atividades de "Serviços de Apoio à Produção" é dos mais relevantes no contexto económico português, nomeadamente pela sua representatividade no emprego, empresas e estabelecimentos. Relacionando a variação dos estabelecimentos e do pessoal ao serviço em estabelecimentos em 2011-2019 (Figura 43), observa-se um crescimento positivo em ambos na grande maioria das sub-regiões (pese embora a diferença de realidades, especialmente no que trata ao emprego). A pandemia não foi suficiente para inverter a tendência quanto aos estabelecimentos – a variação do número de estabelecimentos entre 2019-2021 foi genericamente positiva em todas as sub-regiões. O mesmo não se pode dizer do emprego, com algumas situações em perda.

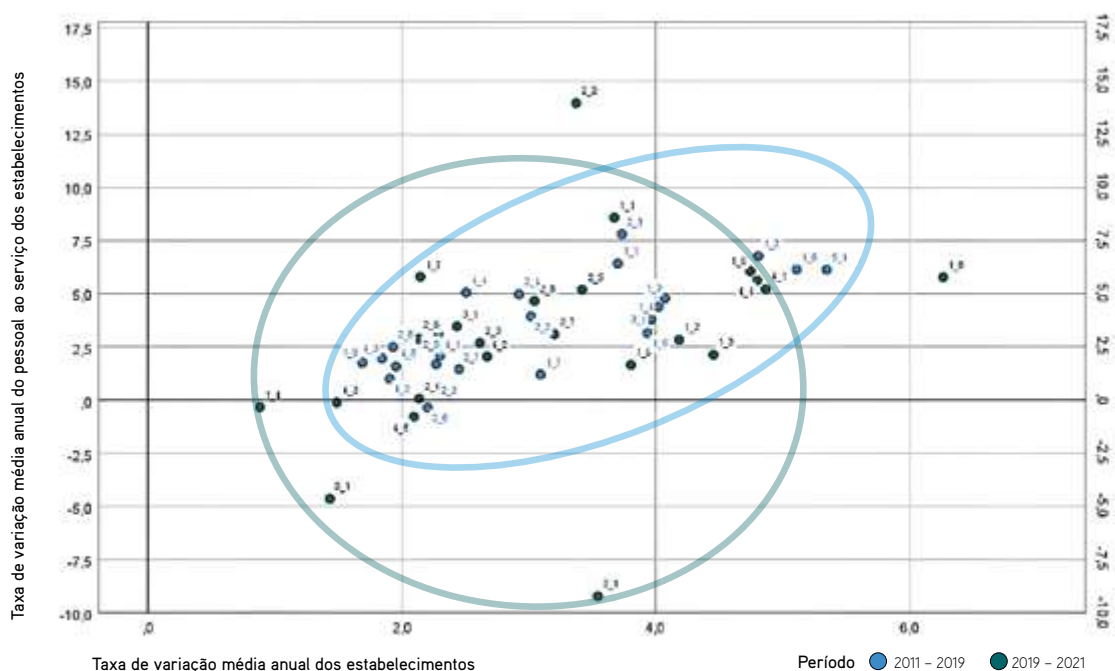


Figura 43 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços de Apoio à Produção e Taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades dos Serviços de Apoio à Produção, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021. Fonte: INE (2023i, 2023m)

### 3.2.6 Grande Grupo 5: Serviços Pessoais

Apesar de não terem dimensão económica como outros grandes grupos de atividades económicas, os Serviços Pessoais foram dos mais afetados pela pandemia, com o encerramento das atividades ou com a impossibilidade de recorrer ao teletrabalho para continuar o exercício das atividades. Estas situações, a acrescer ao contexto de baixas remunerações deste tipo de serviços, pode ter sido geradora de

desigualdades sociais em pandemia e de vulnerabilidades socioeconómicas associadas ao desemprego (Costa, 2020).

Como já observado, o grupo das atividades de Serviços Pessoais é o segundo menor dos seis grandes grupos analisados em termos de empresas e estabelecimentos, acima apenas do grande grupo de atividades de Transporte e armazenagem. Ainda assim, a amplitude do seu peso entre as várias sub-regionais nacionais é de destacar, sendo a AML, o Médio Tejo e o Algarve as sub-regiões com maior proporção de empresas e estabelecimentos alocados aos Serviços Pessoais (a rondar os 8% a 9%) por oposição ao Alto Tâmega, ao Douro e às Terras de Trás-os-Montes, no Norte, com valores próximos dos 3% a 4% (Figura 44).

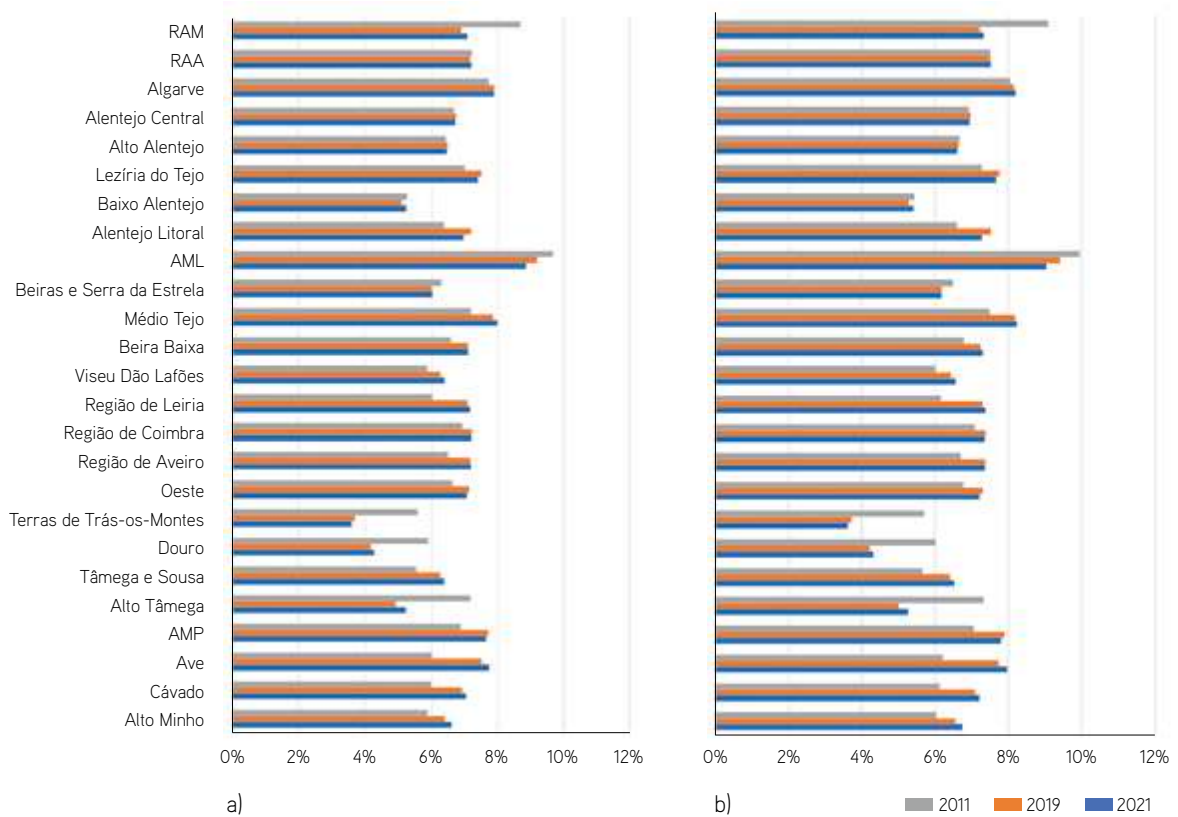


Figura 44 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades de atividades de Serviços Pessoais por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023i)

Entre 2011 e 2021, o número de empresas e estabelecimentos alocados a Serviços Pessoais cresceu em todas as sub-regiões portuguesas, principalmente no Ave, Cávado e Tâmega e Sousa, no Norte. As menores taxas de variação médias anuais surgem na AML, onde esta atividade é relevante, na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central. Salienta-se ainda a existência de algumas situações de inversão no período pandémico de 2019-2021, especialmente no Alentejo, mas não o suficiente para afetar negativamente o computo da década.

Relativamente ao emprego, e assumindo a reduzida dimensão do Grande Grupo "Serviços Pessoais", destacam-se as "Outras atividades de Serviços Pessoais" (1,8% do emprego em estabelecimentos, em 2021) (Quadro 26), onde se incluem os salões de cabeleiros e institutos de beleza (atividade que registou um crescimento significativo), atividades funerárias, atividades de bem-estar físico, entre outras. Por sua vez, foram as "atividades das organizações associativas", onde se incluem as atividades artísticas, de

espetáculos, desportivas e recreativas, que apresentaram um maior crescimento, não afetando, contudo, a sua representatividade no emprego nacional ao longo do tempo.

Principais atividades do Grande Grupo "Serviços Pessoais"			
Divisão da CAE	2011	2019	2021
Outras atividades de Serviços Pessoais	2,0	1,9	1,8
Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	0,5	0,7	0,7
Atividades das organizações associativas	0,6	0,6	0,6

Quadro 26 – As três principais atividades de Serviços Pessoais, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%). Fonte: INE (2023m)

Nos três períodos em estudo (2011, 2019 e 2021), é, desde logo, de salientar a discrepância entre a proporção de estabelecimentos e empresas deste grupo de atividades (cerca de 7,5%) e o respetivo emprego (perto dos 4%), o que patenteia uma maior representatividade dos Serviços Pessoais no tecido económico. De destacar que a proporção associada ao emprego se manteve estável, mesmo com a pandemia e que a realidade entre as várias sub-regiões é relativamente similar (Quadro 27).

Quanto à dinâmica evolutiva, e tal como sucedeu com os estabelecimentos e empresas, todas as sub-regiões registaram crescimento no emprego entre 2011 e 2021, salvo algumas exceções onde não existem dados que permitam validar esta afirmação (ex. acima dos 3% no Cávado, Ave, Tâmega e Sousa e RAA)

(Quadro 27). Porém, o período pandémico gerou dinâmicas diversas: em 15 sub-regiões o volume de emprego deste grupo diminuiu (ex. Beiras e Serra da Estrela, Lezíria do Tejo e Alentejo Central, todas com quebras superiores a 2%), enquanto em 8 sub-regiões verificou-se um acréscimo no emprego (ex. 3,3% na RAA e 2% no Tâmega e Sousa, Alto Minho e Região de Leiria).

No Quadro 27, regista-se ainda os municípios, por sub-região, com melhores e piores dinâmicas ao nível da taxa de variação média anual entre 2011 e 2021. Apenas 4 municípios duplicaram ou triplicaram o volume de emprego em estabelecimentos destas atividades económicas, decorrendo os maiores crescimentos, sobretudo, distantes de áreas onde estes serviços já eram dominantes. As taxas de variação mais elevadas, todas acima de 10%, foram registadas nos municípios insulares de Vila do Porto e Povoação, na RAA, e Ponta do Sol, na RAM, enquanto as taxas que revelaram maiores perdas no emprego foram apresentadas por Óbidos, Vimioso e Vila do Bispo.

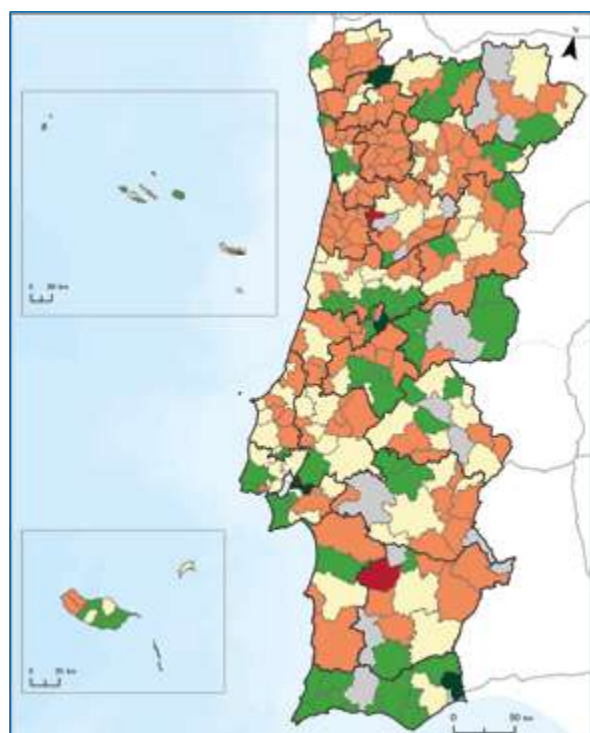


Figura 45 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços Pessoais, por município, 2021. Fonte: INE (2023c)

Região (NUTS II)	Sub-região (NUTS III)	Percentagem do total			Taxa de variação média anual			Taxa de variação média anual (2011-2021) por município	
		2011	2019	2021	2011-19	2019-21	2011-21	Topo	Fundo
Norte	Alto Minho	Sem dados	3,2	3,3	Sem dados	2	Sem dados	Monção (7) Ponte de Lima (5,8) Viana do Castelo (3,9)	Ponte da Barca (0) Paredes de Coura (0,6) Valença (0,8)
	Cávado	2,7	3,0	3,1	5,2	1,7	4,6	Terras de Bouro (21,3) Barcelos (7,1) Vila Verde (6,6)	Braga (3,2) Esposende (3,9) Amares (4,1)
	Ave	2,4	3,1	3,2	6,7	0,5	5,5	Vizela (9,9) Vila Nova de Famalicão (8) Póvoa de Lanhoso (4,5)	Vieira do Minho (0,4) Mondim de Basto (2,1) Fafe (3,3)
	AMP	Sem dados	3,6	3,6	Sem dados	-0,3	Sem dados	Santa Maria da Feira (6,2) Paredes (6) Vila do Conde (4,8)	Porto (1,3) Matosinhos (1,6) Trofa (1,6)
	Alto Tâmega	6,0	4,9	4,9	1,4	1,1	1,4	Boticas (6,3) Montalegre (5,5) Ribeira de Pena (4,5)	Valpaços (-0,6) Chaves (0,9) Vila Pouca de Aguiar (1)
	Tâmega e Sousa	2,1	2,4	2,4	3,7	2,1	3,5	Celorico de Basto (8,7) Felgueiras (7) Marco de Canaveses (5,2)	Resende (0,3) Amarante (1,1) Paços de Ferreira (1,3)
	Douro	3,6	3,2	3,1	2,3	-1,6	1,5	Alijó (6,6) F. de Espada à Cinta (5,8) Murça (5,2)	Torre de Moncorvo (-3,2) Peso da Régua (-0,7) Sabrosa (0)
	Terras de Trás-os-Montes	3,9	3,1	3,1	1,4	0,9	1,4	Sátão (6,4) Tondela (6,1) Mangualde (5)	Vimioso (-3,7) Bragança (0,8) Miranda do Douro (1,6)
	Total	3,1	3,3	3,4	3,7	0,3	3,1	-	-
Centro	Oeste	3,3	3,3	3,4	2,8	-1,5	1,9	Arruda dos Vinhos (5,3) Peniche (3,3) Torres Vedras (3,1)	Óbidos (-3,6) Nazaré (0,2) Cadaval (0,9)
	Região de Aveiro	2,6	2,8	2,6	2,9	-0,5	2,2	Murtosa (6,8) Ovar (3,5) Oliveira do Bairro (2,7)	Sever do Vouga (0,3) Estarreja (0,5) Anadia (1,2)
	Região de Coimbra	3,8	3,8	3,7	1	-1,7	0,5	Góis (9,3) Vila Nova de Poiares (3,2) Arganil (2,9)	Pampilhosa da Serra (-2,4) Montágua (-1,3) Tábua (-1)
	Região de Leiria	2,9	3,0	3,2	2,4	2	2,4	Leiria (3,1) Pombal (2,3) Porto de Mós (1,1)	Alvaiázere (-1,4) Pedrógão Grande (-0,4) Ansião (0,3)
	Viseu Dão Lafões	Sem dados	3,3	3,2	Sem dados	-0,4	Sem dados	Mogadouro (9,7) Vila Flor (2,3) Macedo de Cavaleiros (1,9)	Oliveira de Frades (-1,1) Nelas (-0,5) Vila Nova de Paiva (0)
	Beira Baixa	Sem dados	4,7	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Vila Velha de Ródão (8,8)	Penamacor (1,6) Proença-a-Nova (2,5)
	Médio Tejo	3,5	3,8	3,7	1,1	-0,7	0,7	Mação (1,7) Ourém (1,5) Abrantes (1,4)	Sardoal (-1,6) Constância (-1,3) V.N. Barquinha (-0,5)
	Beiras e Serra da Estrela	3,5	3,8	3,6	2	-2,7	1	Figueira de C. Rodrigo (5,6) Pinhel (5,6) Trancoso (2,7)	Gouveia (-1,9) Manteigas (-1,5) Almeida (-0,5)
	Total	3,2	3,4	Sem dados	2,1	Sem dados	Sem dados	-	-
AML	AML	4,6	4,4	4,1	1,3	-2	0,6	Alcochete (7,6) Montijo (3,8) Mafra (3)	Barreiro (-1,6) Cascais (-1,4) Amadora (-0,6)
Alentejo	Alentejo Litoral	Sem dados	3,3	3,0	Sem dados	-1,9	Sem dados	Odemira (9,2)	Alcácer do Sal (-2,8) Santiago do Cacém (1,5) Grândola (1,5)
	Baixo Alentejo	3,3	3,1	3,0	1,3	0	1,1	Cuba (9,2) Almodôvar (5,6) Serpa (2,2)	Ajuntrel (-2,3) Moura (-1,9) Mértola (-1,8)
	Lezíria do Tejo	3,2	3,8	3,6	3,1	-2,1	2	Benavente (8,9) Rio Maior (5,2) Santarém (1,9)	Chamusca (-2,4) Coruche (-1,5) Alpiarça (-0,9)
	Alto Alentejo	3,5	3,5	3,6	1,7	-1,2	1,1	Alter do Chão (5,8) Avis (5) Gavião (4,3)	Castelo de Vide (-1,8) Campo Maior (-0,2) Ponte de Sor (0,7)
	Alentejo Central	Sem dados	3,8	3,8	Sem dados	-2,1	Sem dados	Alandroal (3,9) Borba (3,4) Viana do Alentejo (1,5)	Mora (-0,9) Vila Viçosa (-0,3) Estremoz (-0,1)
	Total	3,4	3,6	3,4	2,3	-1,7	1,4	-	-
Algarve	Algarve	5,2	5,5	Sem dados	4,8	Sem dados	Sem dados	Aljezur (8,4) Castro Marim (7,8) Albufeira (4,1)	Vila do Bispo (-4,9) São Brás de Alportel (-0,2) Monchique (0,6)
RAA	RAA	3,6	4,3	4,4	3,7	1,3	3,3	Vila do Porto (12,7) Povoação (11,7) Lajes do Pico (8,3)	Santa Cruz das Flores (1,8) Vila da Praia da Vitória (1,9) Horta (2,1)
RAM	RAM	4,4	4,3	4,5	1,7	3,3	2,1	Ponta do Sol (11,6) Calheta RAM (9,6) Santana (9,1)	Porto Santo (0,3) Machico (1,2) Funchal (1,3)
Portugal		3,7	3,8	3,7	2,5	-1,2	1,7	-	-

Legenda

> Var. negativa	0	> Var. positiva
-----------------	---	-----------------

Quadro 27 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços Pessoais, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021. Fonte: INE (2023m)



Assim, analisando os QL, relacionando o peso do emprego do Grande grupo de atividades de "Serviços Pessoais" dos municípios e o valor nacional, cerca de um terço dos municípios revelam QL superior 1, com particular concentração no Alentejo, nas áreas metropolitanas e no interior da região Centro; e em seis casos (2%) o QL é superior a 2: Terras de Bouro, Espinho e Pedrógão Grande, seguidos de Castro Marim, Alcochete e Povoação (na RAM) (Figura 45). Já os menores QL surgem em Penedono, Ferreira do Alentejo e Oliveira de Frades, embora boa parte do território apresente um QL próximo, mas inferior a 1, em particular nas regiões Norte e Alentejo.

Uma maior importância deste grupo de atividades tende a correlacionar-se com fatores de proximidade a grandes cidades e aglomerados urbanos e a populações mais habilitadas academicamente e de maiores rendimentos. Além disso, tendem ainda a predominar em territórios com maior atração turística e com mais população estrangeira, esta que se encontra bastante ligada à prestação destes serviços, na generalidade menos especializados e cuja mão-de-obra compreende uma parte importante da população imigrante.

### Em síntese - Transformações nas atividades de Serviços Pessoais

Num olhar integrado das transformações do Grande grupo de atividades de "Serviços Pessoais" quanto aos estabelecimentos e emprego, tal como no setor do "Alojamento e Restauração", também neste caso a pandemia gerou um retrocesso na dinâmica económica (Figura 46). No período pré-pandémico registou-se uma variação positiva do emprego e estabelecimentos em todas as sub-regiões. A influência pandémica alterou tal dinâmica: algumas sub-regiões em crescendo quanto aos estabelecimentos, mas em decréscimo quanto ao volume de emprego, outras onde quer estabelecimentos quer postos de trabalho sofreram uma quebra em termos absolutos, e outras ainda que conseguiram manter uma dinâmica positiva em ambas as variáveis da estrutura económica.

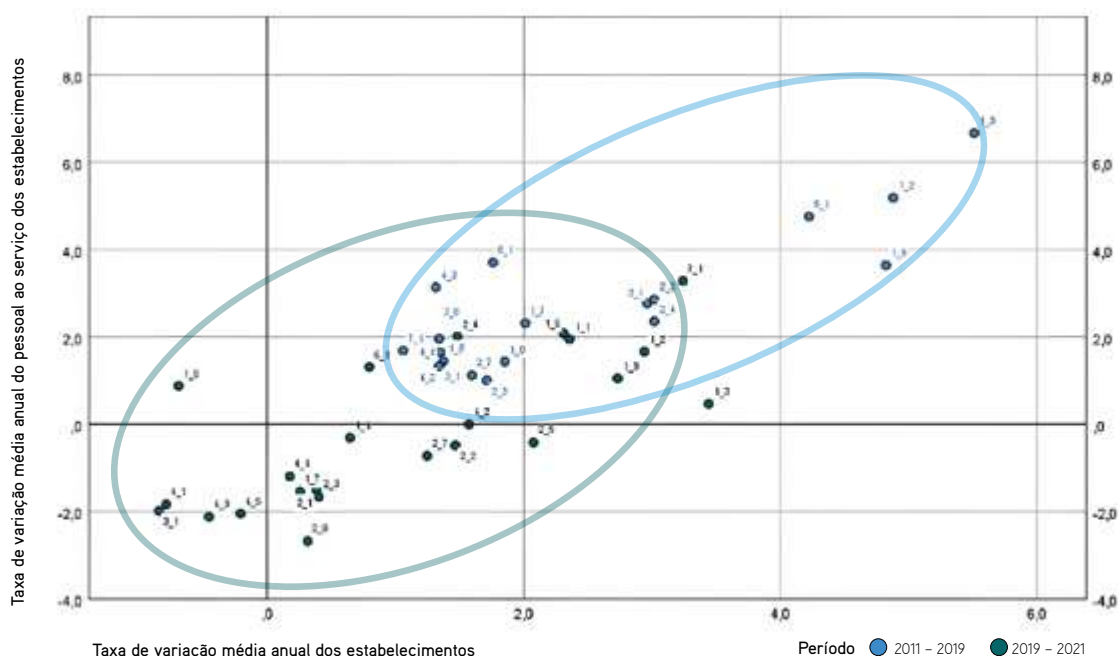


Figura 46 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades dos Serviços Pessoais e taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades dos Serviços Pessoais, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021. Fonte: INE (2023i, 2023m)

### 3.2.7 Grande Grupo 6: Serviços Sociais

Os Serviços Sociais, onde se incluem as atividades de educação, saúde humana e apoio social, foram das atividades que mais pressão sofreram com a chegada e combate à pandemia da Covid-19, tendo de adaptar as suas respostas em tempo limite, de forma a controlar os efeitos nefastos da pandemia na sociedade, mas também na economia (Monteiro & Jalali, 2020).

Observou-se então um padrão generalizado nas sub-regionais nacionais influenciado pela pandemia: o peso das atividades de Serviços Sociais no período pré-pandémico 2011-2019 na maioria das sub-regiões diminuiu, com especial incidência na Terra de Trás o Montes, Douro, Alto Tâmega e RAM, mas no período pandémico 2019-2021 estas proporções aumentaram ligeiramente (Figura 47). Em 2021, o peso deste grande grupo de atividades revela-se relativamente discrepante entre as sub-regiões nacionais, sendo mais proeminente na Região de Coimbra e AMP (entre os 14% e 16%), por oposição à realidade do Alto Tâmega, às Terras de Trás-os-Montes e ao Alentejo Litoral (com valores inferiores a 8%).

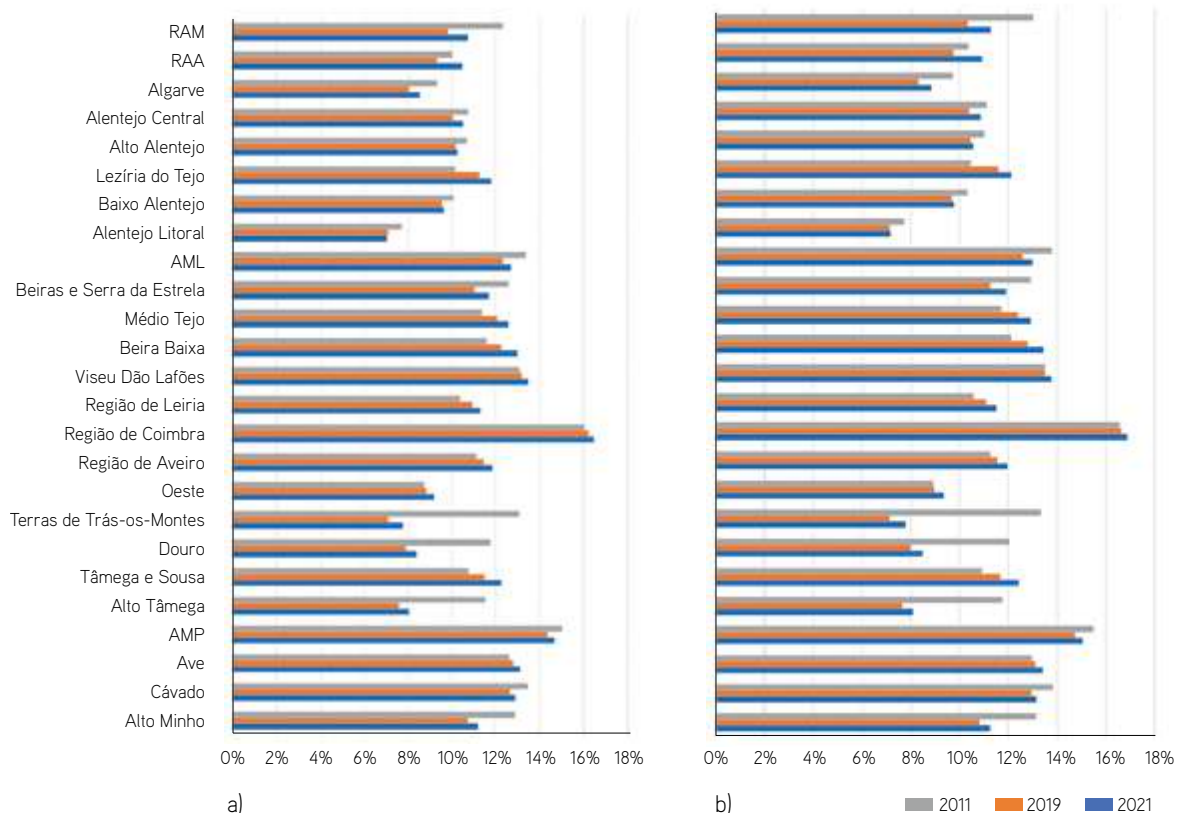


Figura 47 – (a) Estabelecimentos e (b) empresas de atividades dos Serviços Sociais por sub-região (percentagem do total regional), em 2011, 2019 e 2021. Fonte: INE (2023b, 2023i)

Na grande maioria das sub-regiões, a variação absoluta do número de empresas e estabelecimentos revelou-se positiva no período censitário 2011 e 2021, mas também nos dois períodos de estudo 2011-2019 e 2019-2021, sublinhando-se positivamente o caso de Tâmega e Sousa, no Norte. De facto, apenas no Alentejo Central (estabelecimentos e empresas) e em Terras de Trás-os-Montes (empresas) se assinalaram taxas de variação negativas, somente no período de 2011 a 2019.

Quanto ao emprego em estabelecimentos no Grande Grupo "Serviços Sociais", as "Atividades de apoio social sem alojamento" são as mais representativas e em tendência crescente (em termos absolutos e

relativos), evoluindo de 3,6% para 4,3% entre 2011 e 2021, em boa parte como resposta às necessidades de uma população mais envelhecida que requer cuidados sociais específicos, especialmente durante o contexto pandémico. Apesar da diminuta representatividade, também as "Atividades de saúde humana", onde se inserem as atividades de estabelecimentos de saúde, medicina dentária e odontologia, atividades de enfermagem e laboratórios de análises clínicas, entre outras, têm registado um crescimento do emprego.

Principais atividades do Grande Grupo "Serviços Sociais"			
Divisão da CAE	2011	2019	2021
Atividades de apoio social sem alojamento	3,6	4,1	4,3
Atividades de apoio social com alojamento	2,8	2,3	2,4
Atividades de saúde humana	0,3	0,4	0,5

Quadro 28 – As três principais atividades de Serviços Sociais, em 2011, 2019 e 2021, baseado na proporção de pessoas ao serviço em estabelecimentos no total nacional (%). Fonte: INE (2023m)

Como observado, o peso relativo do emprego em estabelecimentos do Grande grupo de atividades de "Serviços Sociais" nos três períodos de estudo manteve-se nos 7%, em ligeiro crescendo. Em 2021, estas atividades estão especialmente sobrerrepresentadas na Região de Coimbra e na AML (9,7% e 8,6%, respetivamente, em 2021), motivado pela concentração e importância da atividade hospitalar, associada à investigação e docência na área da saúde (Quadro 29). Na grande maioria das sub-regiões, o peso do emprego em "Serviços Sociais" aumentou, com exceção dos casos do Cávado e Terras de Trás-os-Montes, no Norte, e do Baixo Alentejo

No período censitário, o ligeiro crescimento do emprego em estabelecimentos nível nacional repercutiu-se no crescimento em todas as sub-regiões (Quadro 29), com especial destaque para as realidades do Tâmega e Sousa, RAA e Viseu Dão Lafões. Dada a natureza destes serviços, o período pandémico despoletou maiores crescimentos anuais médios, embora de forma diferenciada entre os territórios nacionais. Foi nas regiões autónomas e na Beira Baixa que se registaram os maiores incrementos ao nível do emprego em "Serviços Sociais" (entre os 6% e 8%). A única exclusão deu-se no Cávado, com uma taxa de variação anuais extraordinariamente negativa (-14%).

No Quadro 29, é possível observar os municípios que registaram dinâmicas mais favoráveis e desfavoráveis quanto à taxa de variação média anual do emprego entre 2011 e 2021, por sub-região. Aqui identificaram-se 6 municípios com um crescimento de emprego em estabelecimentos acima dos 100%; todavia, e com exceção dos municípios das regiões autónomas, os maiores crescimentos deram-se nos municípios onde esta atividade não era tão relevante. As maiores taxas de variação no sentido positivo foram registadas em Lajes do Pico, Alvaiázere e Aguiar da Beira, ao passo que no sentido negativo se evidenciaram Terras de Bouro, Manteigas e Monchique.

De forma sintética, os QL municipais associados ao emprego em estabelecimentos do Grande grupo de atividades de "Serviços Sociais" revelam que 21% dos municípios possuem um QL superior a 1, ou seja, especialização superior à média nacional (Figura 48), e apenas Coimbra obteve um quociente superior a 2. Para além deste caso, Alvito e Condeixa-a-Nova. A distribuição destes municípios está espacialmente dispersa, havendo alguns núcleos mais evidentes associados às áreas metropolitanas e à região de Coimbra, bem como associados aos municípios onde se localizam as principais cidades portuguesas (ex. Faro, Évora, Beja, Castelo branco, Guarda, Viseu, Vila Real, Mirandela). Os menores quocientes mais baixos registaram-se em Vila do Bispo, na Calheta e na Calheta de São Jorge, acrescido de alguns casos no Alentejo e região Norte.

Região (NUTS II)	Sub-região (NUTS III)	Percentagem do total			Taxa de variação média anual			Taxa de variação média anual (2011-2021) por município	
		2011	2019	2021	2011-19	2019-21	2011-21	Topo	Fundo
Norte	Alto Minho	6,7	5,8	Sem dados	1	Sem dados	Sem dados	Ponte de Lima (4,2) Ponte da Barca (3) Arcos de Valdevez (2,4)	Vila Nova de Cerveira (-2,8) Monção (1) Valença (1,6)
	Cávado	7,0	8,3	6,0	5,9	-14	0,6	Esposende (4,1) Amares (4) Vila Verde (3,8)	Terras de Bouro (-3,6) Braga (-0,5) Barcelos (3)
	Ave	5,1	5,2	Sem dados	2,4	Sem dados	Sem dados	Mondim de Basto (6,5) Póvoa de Lanhoso (6,3) Fafe (4)	Vizela (1,1) Vila Nova de Famalicão (1,5) Guimarães (2,2)
	AMP	7,5	7,5	7,9	2,1	2,3	2,2	Vila do Conde (5,5) Paredes (3,9) Arouca (3,7)	Espinho (-0,1) Vale de Cambra (0,1) Maia (1)
	Alto Tâmega	8,6	7,2	7,4	1,7	2,7	2	Vila Pouca de Aguiar (6,9) Montalegre (5,7) Valpaços (1,9)	Boticas (-0,4) Ribeira de Pena (1) Chaves (1,2)
	Tâmega e Sousa	4,0	4,7	5,1	4,4	5,6	5,1	Castelo de Paiva (8,6) Lousada (7) Penafiel (6,4)	Resende (2,8) Celorico de Basto (2,9) Amarante (3,1)
	Douro	6,8	6,1	6,6	2,4	3,7	2,8	Sta. Marta de Penaguião (8,1) Mesão Frio (6,3) Armamar (6,2)	F. Espada à Cinta (-1,1) Torre de Moncorvo (-1) Vila Nova de Foz Côa (-0,2)
	Terras de Trás-os-Montes	9,0	7,0	7,7	1,3	5,7	2,3	Vinhais (6,6) Miranda do Douro (4,1) Mirandela (3,7)	Vimioso (-2,4) Alfândega da Fé (-0,4) Vila Flor (0,6)
	Total	6,7	6,9	6,9	2,6	0,3	2,2	-	-
Centro	Oeste	5,5	5,6	6,0	2,5	1,5	2,3	Sobral de M. Agraço (6,3) Alenquer (6,2) Cadaval (4,7)	Caldas da Rainha (0,2) Nazaré (1,3) Alcobaça (1,9)
	Região de Aveiro	5,0	5,1	5,1	2,2	2,8	2,4	Murtosa (8,1) Anadia (5,3) Estarreja (5,1)	Oliveira do Bairro (0) Águeda (0,1) Sever do Vouga (1,7)
	Região de Coimbra	8,8	9,5	9,7	2,1	0,7	1,9	Oliveira do Hospital (6,3) Góis (6,1) Vila Nova de Poiares (5,7)	Figueira da Foz (0,9) Soure (1,2) Mira (1,4)
	Região de Leiria	6,4	Sem dados	6,5	Sem dados	Sem dados	1,3	Alvaiázere (15,7) Ansião (4,7) Pedrógão Grande (4,1)	Batalha (-2,8) Leiria (0,9) Marinha Grande (1,1)
	Viseu Dão Lafões	6,7	7,5	7,8	3,4	2,7	3,4	Aguiar da Beira (11,6) Tondela (6,8) Penalva do Castelo (5,6)	Mangualde (-0,7) Carregal do Sal (-0,3) Oliveira de Frades (0,2)
	Beira Baixa	6,8	7,2	8,2	0,9	6	2	Oleiros (6,3) Penamacor (2,6) Castelo Branco (2,5)	Idanha-a-Nova (-0,5) Vila Velha de Ródão (0,3) Proença-a-Nova (1,1)
	Médio Tejo	6,0	6,9	7,6	2,2	4,6	2,8	Vila de Rei (10) Ferreira do Zêzere (7) Ourém (6)	Sardoal (-0,4) Entroncamento (0,6) Abrantes (1,7)
	Beiras e Serra da Estrela	7,0	7,1	7,2	1,1	0,9	1,1	Trancoso (4,5) Figueira de C. Rodrigo (3,3) Gouveia (3)	Manteigas (-3,7) Celorico da Beira (-1,5) Sabugal (-1,3)
	Total	6,5	Sem dados	7,0	Sem dados	Sem dados	2,1	-	-
AML	AML	8,1	8,2	8,6	2,2	3,3	2,6	Palmela (6,3) Oeiras (5,2) Vila Franca de Xira (4,3)	Moita (0,6) Sesimbra (0,7) Seixal (0,8)
Alentejo	Alentejo Litoral	4,2	3,6	Sem dados	1,1	Sem dados	Sem dados	Sines (5,6) Grândola (1,8)	Santiago do Cacém (-0,4) Alcácer do Sal (1,3)
	Baixo Alentejo	6,4	5,8	5,8	0,8	1,1	0,9	Almodôvar (7,4) Vidigueira (5,6) Ourique (4,8)	Barrancos (-1,7) Castro Verde (-0,7) Alvito (-0,3)
	Lezíria do Tejo	5,6	6,5	6,6	2,8	1,1	2,5	Rio Maior (6,5) Golegã (6,4) Salvaterra de Magos (4,4)	Alpiarça (-1) Chamusca (0,8) Santarém (1,3)
	Alto Alentejo	5,6	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sousel (10,7) Marvão (9,3) Avis (3,9)	Castelo de Vide (-3,3) Fronreira (-1,8) Crato (-1,3)
	Alentejo Central	6,5	Sem dados	6,9	Sem dados	Sem dados	1,2	Portel (4,5) Vendas Novas (3,2) Redondo (3,1)	Borba (-0,3) Arraiolos (0,3) Alandroal (0,3)
	Total	5,7	5,8	5,9	1,7	1	1,6	-	-
Algarve	Algarve	5,8	Sem dados	6,1	Sem dados	Sem dados	3	Aljezur (10,8) Alcoutim (8,2) Albufeira (5,7)	Monchique (-4,2) São Brás de Alportel (-0,5) Lagoa (1,5)
RAA	RAA	5,1	5,5	6,4	2,4	8,4	3,9	Lajes do Pico (16,7) São Roque do Pico (7,5) Santa Cruz das Flores (5,8)	Nordeste (-2) Vila Franca do Campo (-0,7) Povoação (0,2)
RAM	RAM	6,1	5,9	6,5	1,5	6,4	2,7	Machico (6) Câmara de Lobos (5,7) Funchal (2,6)	Porto Santo (1,2) São Vicente (1,5) Santana (1,5)
Portugal		7,0	7,1	7,4	2,3	2,0	2,3	-	-

Legenda

> Var. negativa		0		> Var. positiva
-----------------	--	---	--	-----------------

Quadro 29 – Pessoas ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços de sociais, em 2011, 2019 e 2021, e Taxa de variação média anual entre 2011 e 2019, 2019 e 2021 e 2011 e 2021. Fonte: INE (2023m)

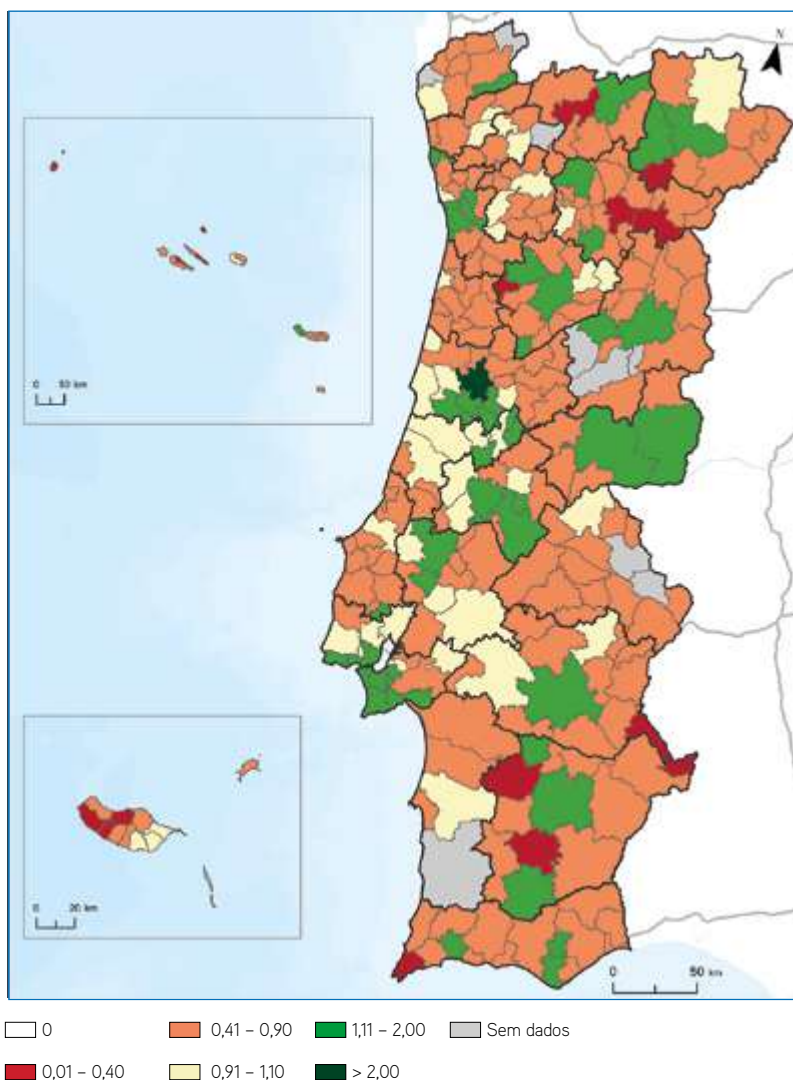


Figura 48 – Quociente de localização do pessoal ao serviço em estabelecimentos de atividades dos Serviços Sociais, por município, 2021. Fonte: INE (2023c)

Desta forma, uma maior proporção de emprego nos Serviços Sociais correlaciona-se moderadamente com a densidade populacional e dimensão urbana, mas ainda com alguns aspetos socioeconómicos, tais como a qualificação da população, maiores rendimentos médios e poder de compra. Em parte, estes fatores justificam-se pela necessidade de haver, simultaneamente equipamentos e serviços de resposta, mas também um mercado alargado que viabilizem os serviços.

## Em síntese – Transformações nas atividades de Serviços Sociais

Por fim, as tendências do Grande grupo de atividades de "Serviços Sociais" têm-se revelado positivas em termos de emprego e de estabelecimentos, mesmo considerando os impactos do Covid-19. Aliás, este é um dos poucos grupos de atividades que se viu reforçado com a pandemia (Figura 49). No período pré-pandémico de 2011-2019, a grande maioria das sub-regiões registaram uma variação positiva tanto do emprego como dos estabelecimentos. A grande proximidade entre os padrões dos vários territórios dissipa-se no período pandémico, onde a variação positiva de emprego e estabelecimentos se torna mais evidente no computo geral, mas também aumenta as discrepâncias de crescimento entre os territórios.

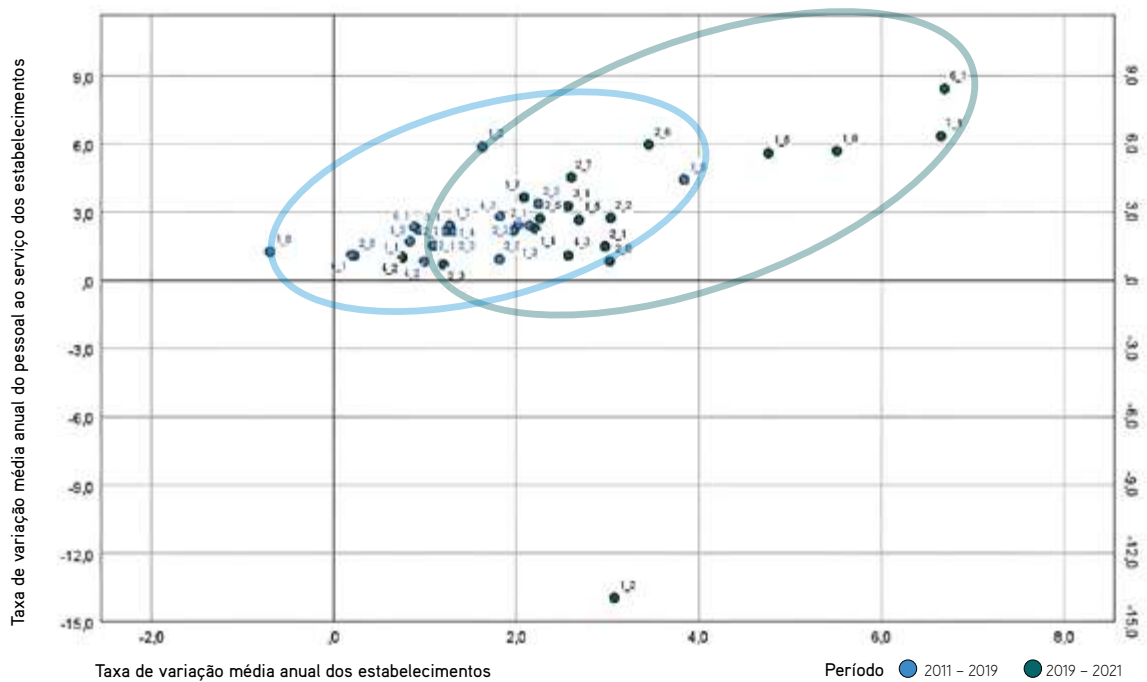


Figura 49 – Taxa de variação média anual do pessoal ao serviço de estabelecimentos de atividades dos Serviços Sociais e Taxa de variação média anual de estabelecimentos de atividades dos Serviços Sociais, por sub-região, entre 2011 e 2019 e 2019 e 2021. Fonte: INE (2023i, 2023m)



NOTAS FINAIS





# NOTAS FINAIS

O estudo "Dinâmicas de transformação das atividades económicas em Portugal no período 2011-2021. Uma análise aos dados da plataforma do Observatório "Serviços, Competitividade Urbana e Coesão Territorial"" pretende contribuir para a compreensão das complexidades que envolvem a economia portuguesa. Fundamentado em dados compilados pela plataforma da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, o estudo debruça-se sobre as principais dinâmicas das atividades económicas dos setores dos Serviços e fatores subjacentes que moldaram o cenário económico nacional na última década.

As dinâmicas económicas locais e regionais estão intrinsecamente ligadas aos territórios e comunidades. Numa abordagem de contexto, é notória a diversidade de realidades em Portugal quanto às características e condições da população. A população está principalmente concentrada no litoral, com alguns crescimentos populacionais na AML, Algarve e litoral Norte e Centro, e especialmente no caso de Odemira devido ao grande crescimento da intensidade laboral no setor primário.

Três fenómenos sociodemográficos revelam-se cruciais na sociedade portuguesa: envelhecimento demográfico, declínio do crescimento natural e aumento da imigração. Enquanto o envelhecimento e o crescimento natural negativo em Portugal têm impacto negativo social e económico, traduzido na quebra de população em idade ativa e dificuldade do seu rejuvenescimento, mais visível nas regiões Centro e Alentejo, a imigração tem aumentado, especialmente na AML e Algarve, por várias razões e perfis, nomeadamente para trabalho e investimento, particularmente notado durante e após a pandemia de Covid-19.

Considerando a evolução na educação, verificamos que esta conduziu a um aumento significativo na proporção de pessoas mais instruídas, com Ensino Secundário ou Superior concluído, com particular incidência nos municípios metropolitanos e litorais. O poder de compra e os rendimentos médios dos agregados têm aumentado globalmente (ex. o rendimento médio cresceu de 16 686 euros para 19 866 euros no cômputo nacional), com a AML a liderar ambas as variáveis, verificando-se uma aproximação das realidades entre as regiões, potenciando uma melhor qualidade de vida em todo o território nacional.

Contudo, outros desafios se colocam, nomeadamente o custo crescente com a habitação (adquirida ou arrendada), especialmente no Algarve, AML, RAM, e genericamente nos municípios costeiros, penalizada pela desaceleração da nova construção. Aliás, o fator custo habitacional é um dos que apresenta maior dispersão entre regiões (por exemplo, em 2021 o valor mediano por metro quadrado de alojamentos familiares situou-se entre os 743 euros no Alentejo e os 1630 euros na AML). Esta combinação de fatores associa-se em parte, à dificuldade de atração e fixação de população e de atração de mão de obra para as empresas, especialmente na AML e nas principais áreas urbanas.

No que respeita à evolução de ativos entre 2011 e 2021, o desemprego diminuiu, atingindo o mínimo em 2019, antes da pandemia, havendo níveis de desemprego mais notórios nos municípios fronteiriços e no nordeste do país. Por sua vez, a dinâmica das empresas e do emprego tem sido alavancada pelos investimentos dos programas de financiamento comunitário, variando localmente o valor *per capita*, dependendo do investimento absoluto, população, condições territoriais, dinâmica económica e características sociais e ambientais. Associado à natureza dos programas e regiões, no programa Portugal 2020 investiu-se mais *per capita* em áreas menos desenvolvidas, especialmente no Alentejo, Norte e Centro, contrastando com os investimentos do programa REACT-EU, focado na recuperação da crise da Covid-19, mais evidente nas áreas metropolitanas e grandes centros urbanos.

Relativamente às dinâmicas de transformação das atividades económicas em Portugal, tema central deste estudo, sublinha-se o crescimento efetivo do número de empresas, estabelecimentos e pessoal ao serviço entre 2011-2021, mais evidente no período que antecedeu a pandemia de Covid-19: acima de 20% de crescimento de empresas e estabelecimentos enquanto a subida no emprego se situa nos 17%. A distribuição do emprego e das empresas e estabelecimentos revela a elevada macrocefalia do sistema económico nacional, com três regiões/sub-regiões a concentrar mais de metade de todas estas variáveis (30% na AML, 17% na AMP e 5% no Algarve), e uma litoralização das atividades resultado da subrepresentatividade das sub-regiões do interior do país (cerca de 7% do emprego, empresas e estabelecimentos). Por outro lado, o crescimento de empresas/estabelecimentos e pessoal ao serviço foi mais evidente em regiões de grande contraste: AML e sub-regiões do Norte, Alentejo e Algarve, com destaque para o Nordeste do país, área que apresenta grandes vulnerabilidades socioeconómicas. O impacto da pandemia nestas dinâmicas foi diferenciado, afetando mais o emprego do que as empresas, ou seja, enquanto o período 2019-2021 revelou quebras generalizadas no emprego, e em particular no Algarve, já a variação negativa de empresas/estabelecimentos apenas se sentiu no nordeste transmontano (não afetando negativamente a evolução na década censitária).

As dinâmicas de transformação no setor dos Serviços registam grandes diferenças quando analisadas por grandes grupos de atividades económicas. Para este estudo, foram considerados seis grandes grupos de atividades económicas na perspetiva das empresas/estabelecimentos e emprego: a) Comércio, b) Transportes e armazenagem; c) Alojamento e Restauração; d) Serviços de Apoio à Produção; e) Serviços Sociais; e f) Serviços Pessoais.

Da análise global, destaca-se:

- > Em 2021, uma maior representatividade em termos de pessoas ao serviço, empresas/estabelecimentos dos grandes grupos de Serviços de Apoio à Produção (25% e cerca de 30%, respetivamente), em crescendo, e Comércio (19% e cerca de 16%, respetivamente), com representatividade em decréscimo, por oposição à menor representatividade dos serviços de Transportes e armazenagem (4% de pessoas ao serviço e 3% de empresas e estabelecimentos) e de Serviços Pessoais (4% de pessoal e 8% de empresas e estabelecimentos);
- > Entre 2011 e 2021, observou-se um crescimento generalizado, tanto de pessoas ao serviço como de empresas e estabelecimentos, nos vários grandes grupos de atividades, com especial incidência no aumento de empresas e estabelecimentos de Transportes e Armazenagem (com aumento de 50%) e nos Serviços de Apoio à Produção (com crescimentos a rondar os 40% tanto de pessoas como de empresas e estabelecimentos);
- > Contrariando a tendência positiva observada desde 2011, o impacto da pandemia de Covid-19 (refletido no período 2019-2021) foi mais sentido nos serviços de Alojamento e Restauração em função dos constrangimentos nas deslocações que afetaram gravemente o turismo, gerando uma quebra de número de pessoas ao serviço e, em menor escala, nas empresas e estabelecimentos. Pelo contrário, o número de empresas e estabelecimentos do setor de Transportes e Armazenagem registou um crescimento relevante no mesmo período, em resposta aos confinamentos e constrangimentos nas deslocações pessoais, substituídas por outras tipologias de deslocações (ex. entregas de produtos alimentares e não alimentares ao domicílio);
- > A dimensão dos estabelecimentos tem-se mantido relativamente constante, mas diferenciada entre grande grupo: os serviços de Transporte e Armazenagem apresentam o maior número de pessoas ao serviço por estabelecimento (cerca de 5), contrariamente a serviços próximos da dimensão unipessoal (ex. Serviços Pessoais e Serviços Sociais).

Os grandes grupos de atividades económicas dos Serviços revelam as suas especificidades, em termos de dinâmica e da sua expressão territorial, que são merecedoras de nota, abordando-se em seguida de acordo com a sua dimensão em termos de emprego.

No **Grande grupo "Serviço de Apoio à Produção"**, o mais representativo ao nível nacional, evidenciam-se as atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas. Este Grande grupo representa entre 10% (Terras de Trás-os-Montes) e 38,7% (AML) das pessoas ao serviço em estabelecimentos, refletindo a natureza económica dos territórios e estando mais presente em territórios com maior dinâmica empresarial. Entre 2011 e 2019, este setor cresceu na grande maioria das sub-regiões portuguesa, tendo conseguido absorver os impactes da Covid em termos de crescimento do emprego, empresas e estabelecimentos. A maioria das sub-regiões manteve uma tendência de crescimento, algumas de forma mais branda, e em 13 das 25 sub-regiões o crescimento anual em pandemia foi superior ao verificado no período pré-pandémico. Destaque-se apenas os casos do Algarve e do Oeste que registaram uma significativa variação negativa do emprego em estabelecimentos no período pandémico. Este grupo de atividades registou um acréscimo de emprego particularmente relevante no tecido económico do Alto Minho, Cávado e Região de Aveiro.

No **Grande grupo "Comércio"**, o destaque vai para as atividades de Comércio a retalho, exceto de veículos. A representatividade do emprego, em 2021, variou entre 17% (Tâmega e Sousa) e 27% (Terras de Trás-os-Montes). O crescimento do emprego entre 2011-2019 revelou-se espacialmente dicotómico, com crescimentos em parte da região Centro e região Norte e decréscimos em parte da região Centro e genericamente nas sub-regiões para Sul, com exceção do Algarve. A dinâmica foi fortemente impactada pela pandemia, colocando a grande maioria das sub-regiões numa situação de decréscimo simultâneo de estabelecimentos e de pessoas ao serviço. Na década censitária, destacam-se as sub-regiões Cávado, Ave e Tâmega e Sousa, todas no Norte, com os maiores crescimentos de pessoas ao serviço.

O **Grande grupo "Alojamento e Restauração"** é dominado pelas atividades de restauração e similares. Em 2021, o peso do emprego no setor revela-se altamente discrepante entre territórios, representando entre 4% (Tâmega e Sousa) e 22% (Algarve). Este foi o setor mais impactado pela pandemia. No período pré-pandémico de 2011-2019, era generalizada a dinâmica de crescimento do emprego e de estabelecimentos no setor por todo o país, com maior incidência nas sub-regiões onde o turismo é uma atividade relevante (ex. RAA, Algarve, AMP, Oeste, AML, Alentejo Litoral). O Covid viria a ser devastador quanto à dinâmica observada até então, levando a uma quebra generalizada do emprego por todo o país, e especialmente nos territórios onde, novamente, o turismo é dominante (ex. Algarve, AML, Beira Baixa). Entre 2011-2021, a Região Autónoma dos Açores, a AMP e o Alentejo Litoral foram as sub-regiões onde o número de pessoas ao serviço mais cresceu.

As principais atividades do **Grande grupo "Serviços Sociais"** prendem-se com Atividades de apoio social sem alojamento. Em 2021, a sua representatividade à escala sub-regional situava-se entre os 5,1% no Tâmega e Sousa e Região de Aveiro e os 9,7% na Região de Coimbra. Dado o papel destes serviços para o bem-estar da população, cada vez mais envelhecida em todo o país, a importância da mesma em situação de pandemia tornou-se evidente: a tendência de crescimento do emprego em estabelecimento entre 2011 e 2019 manteve-se no período pandémico. Aliás, em 12 das 25 sub-regiões a taxa de variação anual do emprego foi mesmo superior durante o período pandémico comparado com o até então. Na década censitária 2011-2021, os maiores crescimentos de emprego no setor realizaram-se em Tâmega e Sousa, RAA e Viseu Dão-Lafões.

Apesar da sua diminuta dimensão, no **Grande grupo "Transporte e Armazenagem"** sobressaem as atividades de Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos. O peso do emprego, em

2021, variou entre 2,1% (Cávado e Baixo Alentejo) e 6,4% (Lezíria do Tejo). Entre 2011-2019, verificou-se um comportamento aproximado entre as várias sub-regiões, com a grande maioria a ter registado acréscimos significativos no emprego combinado com decréscimos pouco expressivos no número de estabelecimentos; dinâmica que evoluiu, no pós-pandemia, para a manutenção do crescimento laboral agora associado a um crescimento relevante do número de estabelecimentos do setor, embora discrepante entre regiões. Entre 2011 e 2021, destacam-se as sub-regiões Ave, Alentejo Litoral e Algarve, com os aumentos mais significativos de pessoas ao serviço.

Finalmente, no **Grande grupo "Serviços Pessoais"**, com uma representatividade reduzida no cômputo geral dos serviços, as Outras atividades de Serviços Pessoais (ex. cabeleireiros, salões de beleza) são as mais relevantes em termos de dimensão de emprego, verifica-se uma amplitude sub-regional entre os 2,4% (Tâmega e Sousa) e os 4,9% (Alto Tâmega). Dada a natureza dos serviços, este foi um dos grupos mais afetados pela pandemia, levando a que a tendência de crescimento de emprego e estabelecimentos em todas as sub-regiões do país se invertesse em mais de metade dos territórios, entre 2019 e 2021, afetando particularmente a dinâmica do emprego (com situações de variação negativa), permitindo, contudo, que a dinâmica no global da década censitária registasse um crescimento positivo. O crescimento de emprego neste grande grupo foi mais expressivo nas economias do Ave, Cávado e Tâmega e Sousa, todas no Norte.

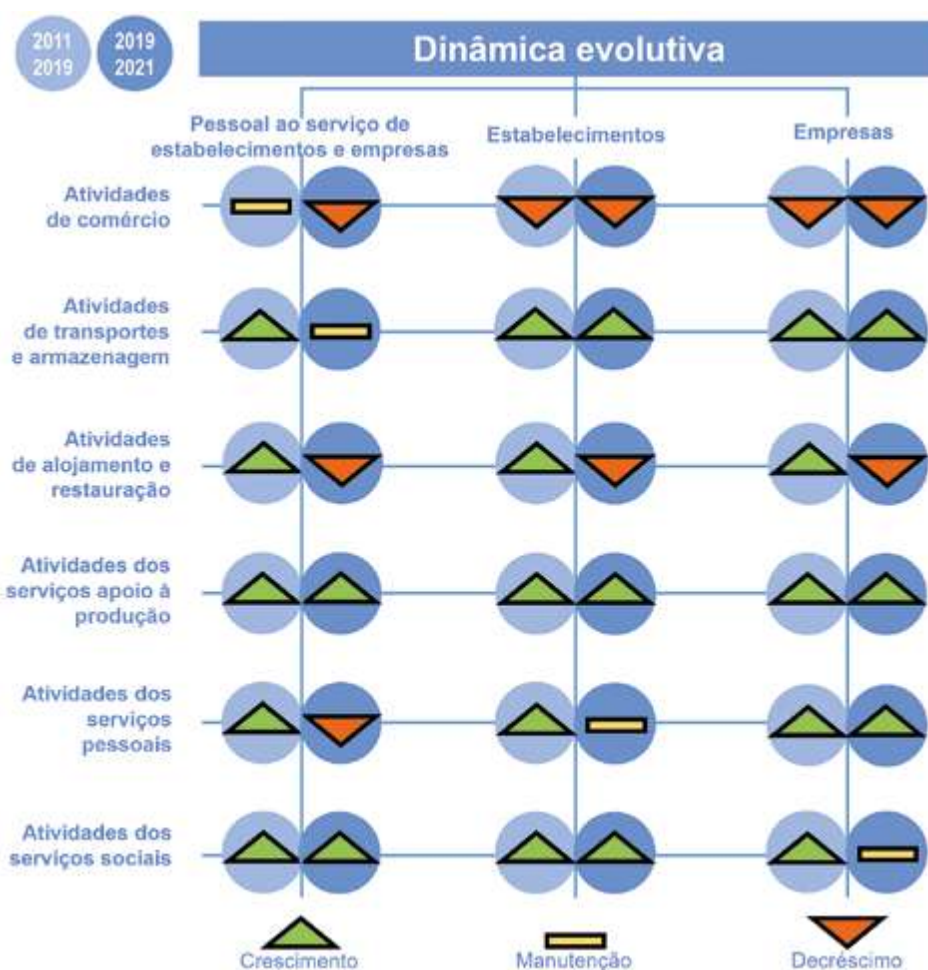


Figura 50 – Dinâmica evolutiva do pessoal ao serviço, estabelecimentos e emprego, por grupos de serviços (Comércio, Transportes e Armazenagem, Alojamento e Restauração, Serviços de Apoio à Produção, Serviços Pessoais e Serviços Sociais), entre 2011-2019 e 2019-2021.

Em síntese, apesar do crescimento nacional positivo em termos do volume de emprego, empresas e estabelecimentos, entre 2011 e 2021, sintetizam-se três grandes padrões das dinâmicas observadas nos Grandes grupos de atividades económicas em estudo (Figura 50):

- > No Comércio, observou-se um decréscimo geral de empresas e estabelecimentos, antes e durante pandemia, e no emprego, apenas no último período;
- > Nas atividades de Alojamento e Restauração e atividades dos Serviços Pessoais, registaram-se crescimentos significativos até à pandemia e quebras ou estagnação durante a mesma;
- > Nas atividades de Transportes e Armazenagem, Serviços de Apoio à Produção e atividades dos Serviços Sociais, observou-se um crescimento tendencialmente positivo em ambos os períodos, em alguns casos potenciados exatamente pelos cuidados de saúde e sociais necessários e pelos constrangimentos de mobilidade gerados pela pandemia, substituídos por outras necessidades de transporte.

Entre os principais fatores de influência destas tendências está a pandemia da COVID-19, que veio colocar entraves importantes ao desenvolvimento das atividades económicas – impossibilitando ou menorizando o crescimento –, mas surgem também outros fatores de ordem demográfica, socioeconómica e territorial que se evidenciam, como são os casos do sistema urbano nacional e da litoralização, da qualificação da população, ou ainda do rendimento e do poder de compra das populações.

Em conclusão, o estudo das dinâmicas das atividades económicas, numa abordagem multiescalar, é de extrema importância para entender as complexidades da economia portuguesa. A análise detalhada das tendências e padrões emergentes permite sustentar a identificação de oportunidades e desafios, bem como formular políticas eficazes para promover o crescimento sustentável, adaptadas a cada realidade.

Assim, a relevância crítica do Observatório e dos seus dados reside na sua capacidade de proporcionar um contexto rico e em constante evolução sobre as atividades económicas em Portugal, permitindo uma análise profunda e abrangente das dinâmicas económicas e a sua relação com o contexto dos territórios e das comunidades. Desta forma, a sistematização dos dados estatísticos e sua representação espacial fornece uma base sólida para investigações futuras e políticas orientadas para uma economia competitiva baseada num crescimento económico sustentável e integrado.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alpestanda, D. (2020). Os novos desafios do turismo urbano. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LV(115), 217-221. <https://doi.org/10.18055/Finis20342>
- Alves, N., Centeno, M., & Leal, A. C. (2009). Apresentação. In Banco de Portugal (Ed.), *A Economia Portuguesa no Contexto da Integração Económica, Financeira e Monetária* (pp. 1-4). Banco de Portugal.
- Amador, J. (2019). Introdução. In Banco de Portugal (Ed.), *O Crescimento Económico Português: Uma Visão sobre Questões Estruturais, Bloqueios e Reformas* (pp. 11-22). Banco de Portugal.
- Brito-Henriques, E., & Larrabure, S. (2021). Impactos da Covid-19 no turismo em Portugal: uma avaliação rápida dos primeiros nove meses. In R. C. A. Cruz, S. A. Silva, S. P. Larrabure, C. Todesco, H. R. H. Serra & J. J. J. Guambe (Eds.), *Turismo em tempos de Covid-19: ensaios sobre casos na Argentina, Brasil, Moçambique e Portugal* (pp. 108-115). FFLCH/USP. ISBN: 978-65-87621-45-6. <https://doi.org/10.11606/9786587621456>
- Cardoso, F., Alves, N., & Monteiro, N. (2020). Uma caracterização da desigualdade do rendimento e do consumo em Portugal. *Revista de Estudos Económicos*, 6(1), 3-24.
- Carmo, F. (Coord. Geral) et al. (2020). *Território Portugal. Onde o país encontra o futuro. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Primeira Revisão. Lei nº 99/2019 de 5 de setembro, Diário da República nº 170/2019*. DGT.
- CCRE-CEMR. (2022). *Cohesion Policy funds 2021-2027 – An overview of the management and implementation of European Structural and Investment Funds in the European countries*. CCRE-CEMR.
- Costa, A. F. (2020). Desigualdades sociais e pandemia. In R. M. Carmo, I. Tavares & A. F. Cândido (Eds.), *Um olhar sociológico sobre a crise covid-19 em livro* (pp. 4-16). Observatório das Desigualdades.
- EY – Parthenon. (2021). *Os Serviços numa Estratégia de Competitividade Valor*. CCP.
- Gonçalves, P. L. M. (2022). Caracterização das infraestruturas logísticas em Portugal. [Dissertação de Mestrado, Mestrado em Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/39571>
- Marques da Costa, E. (2017). As pequenas e médias cidades portuguesas – dinâmicas demográficas e funcionais nos últimos quarenta anos. In F. Maturana, M. E. B. Sposito, C. Bellet, C. Henríquez & F. Arenas (Eds.), *Sistemas Urbanos Y Ciudades Medias En Iberoamérica* (pp. 258-301). Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile.
- Ministério do Planeamento. (2022). *Portugal 2020 – Versão 2.0 do Acordo de Parceria*. República Portuguesa.
- Monteiro, N., & Jalali, C. (Coord.). (2020). *Impactos da pandemia de COVID-19 em Portugal*. Resumos da Fundação, 16. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Oliveira, C. R. (2021). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2021*. 1ª ed. (Imigração em Números – Relatórios Anuais 6). Observatório das Migrações.
- Parlamento Europeu. (2023). *Assistência À Recuperação Para A Coesão E Os Territórios Da Europa (REACT-EU)*. UE.
- Pereirinha, J. A.; Pereira, E., Branco, F., Amaro, M. I., & Costa, D. (2020). *Rendimento adequado em Portugal. Um Estudo sobre o rendimento suficiente para viver com dignidade em Portugal*. Almedina.



Pires, S. I. V. (2021). E-Commerce e Pandemia: Comportamento de Compra Online Antes e Durante a Pandemia Covid-19. [Dissertação de Mestrado em Data-Driven Marketing, NOVA Information Management School]. Run – Repositório da Universidade Nova.  
<https://run.unl.pt/handle/10362/129344>

Portugal 2020. (2022). *O que é o Portugal 2020*. Portugal 2020-UE.  
<https://portugal2020.pt/portugal-2020/o-que-e-o-portugal-2020/>

Ritchie, H., & Roser, M. (2019). *Urbanization. The world population is moving to cities. Why is urbanization happening and what are the consequences?* Our World in Data.  
<https://ourworldindata.org/urbanization>

Rodrigues, P. M. M., Gonçalves, D., Castro, E. A., Duarte, J. B., Marques, J. L., Pereira dos Santos, J. ... Reis, V. (2022). *O mercado imobiliário em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sá Marques, T., Saraiva, M., Santos, H., Tavares, A., Ribeiro, D., Ferreira, M. ... Torres, M. (2019). *O papel dos sistemas urbanos na caracterização do território nacional no contexto ibérico e europeu*. CEGOT-FLUP.

Tavares, I., Cândido, A. F., Caleiras, J., & Carmo, R. M. (2022). Mapeamentos das dinâmicas do desemprego: impactos da pandemia da Covid-19 em Portugal continental. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, LVII(120), 73-101. <https://doi.org/10.18055/Finis25185>

Tiago, A., & Veiga, P. M. (2021). Comércio tradicional: O novo paradigma de comportamento do consumidor resultante da COVID-19. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*, 7(14), 85-105. <http://u3isjournal.isvoug.pt/index.php/PJFMA>

Wang, X., & Rainer, V.H. (2007). *Research Methods in Urban and Regional Planning*. Springer.

# FONTES ESTATÍSTICAS

IEFP. (2021). *Desempregados por género*. IEFPP. <https://www.iefp.pt/estatisticas>

INE. (2019). *População residente em cidades (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Não periódica*. INE, Sistema integrado de nomenclaturas estatísticas. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0007307&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0007307&lingua=PT)

INE. (2022a). *Proporção da população residente com ensino superior completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal*. Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011649&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011649&lingua=PT)

INE. (2022b). *Proporção da população residente com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal*. INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011648&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011648&lingua=PT)

INE. (2022c). *Proporção da população residente com pelo menos o ensino secundário completo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013) e Sexo; Decenal*. INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011660&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011660&lingua=PT)

INE. (2022d). *Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Trimestral*. INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0009490&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0009490&lingua=PT)

INE. (2023a). *Empresas de serviços criadas - Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3); Anual*. DGPJ - Direção Geral da Política da Justiça, Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0011420&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0011420&lingua=PT)

INE. (2023b). *Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual*. INE, Sistema de contas integradas das empresas. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008508&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008508&lingua=PT)

INE. (2023c). *Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013), Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual*. INE, Sistema de contas integradas das empresas. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008512&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008512&lingua=PT)

INE. (2023d). *Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (alojamento turístico); Anual*. INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0009875&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0009875&lingua=PT)

INE. (2023e). *Densidade populacional (N.º/km²) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual*. INE, Estimativas anuais da população residente. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008337&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008337&lingua=PT)

INE. (2023f). *Despesas das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesas (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual*. INE, Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0010322&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0010322&lingua=PT)

INE. (2023g). *Despesas em ambiente (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013), Classificador económico (Despesas) e Domínios de ambiente; Anual*. INE, Estatísticas dos municípios em ambiente - série longa. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008291&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008291&lingua=PT)

INE. (2023h). *Empresas criadas - Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (CAE Rev. 3); Mensal*. DGPJ - Direção Geral da Política da Justiça, Constituição e dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008067&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008067&lingua=PT)

INE. (2023i). *Estabelecimentos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (CAE Rev. 3); Anual*. INE, Sistema de contas integradas das empresas. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008597&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008597&lingua=PT)

INE. (2023j). *Fogos concluídos (N.º) em construções novas para habitação familiar por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipologia do fogo; Anual; Edifícios concluídos (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de obra; Anual*. INE, Estatísticas das obras concluídas. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0000076&lingua=PT&var\\_cd=0000085&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0000076&lingua=PT&var_cd=0000085&lingua=PT)

INE. (2023k). *Índice de envelhecimento (N.º) por Sexo; Anual*. INE, Estimativas anuais da população residente. <http://smi.ine.pt/Indicador/Detalhes/1943?LANG=PT>

INE. (2023l). *Índice de renovação da população em idade activa (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual*. INE, Indicadores demográficos. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008267&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008267&lingua=PT)

INE. (2023m). *Pessoal ao serviço (N.º) dos estabelecimentos por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (CAE Rev. 3); Anual*. INE, Sistema de contas integradas das empresas. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008598&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008598&lingua=PT)

INE. (2023n). *Poder de compra per capita por Localização geográfica (NUTS - 2013); Bienal*. INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008614&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008614&lingua=PT)

INE. (2023o). *População empregada por conta de outrem (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Nível de educação; Anual*. MTSSS/GEP, Quadros de pessoal. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0010384&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0010384&lingua=PT)

INE. (2023p). *População estrangeira que solicitou estatuto de residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Nacionalidade (Grupos de países); Anual*. INE, Estimativas anuais da população residente. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0009108&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0009108&lingua=PT)

INE. (2023q). *População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual*. INE, Estimativas anuais da população residente. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008273&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008273&lingua=PT)

INE. (2023r). *Rendimento bruto declarado por agregado fiscal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Anual*. INE, Estatísticas do Rendimento ao nível local com base na informação produzida pelo Ministério das Finanças - Autoridade Tributária e Aduaneira. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0009762&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0009762&lingua=PT)

INE. (2023s). *Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro); Anual*. INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0008573&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0008573&lingua=PT)

INE. (2023t). *Valor mediano das rendas por m<sup>2</sup> de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares nos últimos 12 meses (€) por Localização geográfica (NUTS - 2013); Semestral*. INE, Inquérito à avaliação bancária na habitação. [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0009817&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0009817&lingua=PT)

Portugal 2020. (2022a). *Investimento associado ao programa Portugal2020*. Portal Portugal2020. <https://portugal2020.pt/projetos-aprovados/lista-de-operacoes-aprovadas/>

Portugal 2020. (2022b). *Investimento associado ao programa REACT-EU*. Portal Portugal2020. <https://portugal2020.pt/projetos-aprovados/lista-de-operacoes-aprovadas/>

Edição cofinanciada por:

---



**Cofinanciado pela  
União Europeia**